



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1860/15	DATA: 24/09/2015	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 10h24min	TÉRMINO: 15h17min	PÁGINAS: 133

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
VITOR TIAGO LACERDA - Executivo da PETROBRAS — Petróleo Brasileiro S.A. LEONARDO MEIRELLES - Doleiro. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Executivo da PETROBRAS — Petróleo Brasileiro S.A. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Doleiro.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis. Há orador não identificado em breve intervenção. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Grafia não conferida: Ênio Queiroz Jorge.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental declaro aberta a 52ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A., PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015 relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósitos específicos pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios -sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da Ata da 51ª Reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura por solicitação do Deputado Luiz Sérgio.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Expediente.

Ofício do Sr. Ernesto Escórcia de Araújo Camacho, Diretor de Contratos do Consórcio Ipojuca, apresentando em mídia digital as notas fiscais referentes ao ano de 2014, de acordo com a proposta encaminhada na carta protocolada no dia 3 de agosto na Secretaria desta CPI, referente ao Requerimento nº 912, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes.

Ofício reservado proveniente da Controladoria-Geral da União, pelo qual a instituição encaminha documentos solicitados pela CPI por oportunidade da tomada de depoimento do ex-Ministro Jorge Hage Sobrinho, na data de 7 de julho de 2015. A documentação encontra-se em volume reservado no arquivo da CPI, podendo ser consultada na Secretaria, obedecidos os critérios previamente estabelecidos em provimento da Presidência.



A presente reunião destina-se a audiência pública para a tomada de depoimentos com a presença dos Srs. Vitor Tiago Lacerda, Executivo da PETROBRAS, requerimento do Deputado João Carlos Bacelar; Marcos Guedes Gomes Morais, Executivo da PETROBRAS, requerimento do Deputado João Carlos Bacelar; Paulo Pires de Almeida, doleiro, requerimento do Deputado Altineu Côrtes, e Leonardo Meirelles, doleiro, requerimento dos Deputados Onyx Lorenzoni, Efraim Filho, Ivan Valente, Edmilson Rodrigues e Altineu Côrtes.

Após examinar os requerimentos e aprová-los, esta Presidência informa que os depoentes Vitor Tiago Lacerda, Marcos Guedes Gomes Morais e Paulo Pires de Almeida serão ouvidos na qualidade de testemunhas, prestando o compromisso de dizer a verdade soube o que souberem e lhes for perguntado, sob as penas da lei. Quanto ao depoente Leonardo Meirelles, este será ouvido na qualidade de investigado, sendo-lhe garantidos os direitos constitucionais de não se autoincriminar e permanecer em silêncio durante a tomada de depoimento.

Convido o Sr. Vitor Tiago Lacerda a tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou só fazer aqui um balanço, para que fique registrado: a CPI ouviu até a data de hoje 111 pessoas, entre as oitivas realizadas aqui em Brasília e nas diligências internas. Com mais quatro pessoas que serão ouvidas no dia de hoje, completaremos 115 oitivas já realizadas, para que fiquem aí registradas nos Anais dos nossos trabalhos.

Registros que V.Sa., Sr. Vitor Tiago Lacerda, prestará seu depoimento na qualidade de testemunha, nesse sentido recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade. Exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto ainda que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho previstas no art. 342 do Código Penal. *(Pausa.)*

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço atenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido ao depoente será de até 20 minutos, prorrogável a juízo da



Comissão, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à secretaria.

Com a palavra por até 20 minutos o Sr. Vitor Tiago Lacerda.

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Bom dia. Meu nome é Vitor Tiago Lacerda. Eu sou engenheiro da PETROBRAS. Entrei na empresa em junho de 2005. Portanto, eu tenho 10 anos de empresa. Eu sempre trabalhei nesse período na engenharia, sempre na área submarina. Em dezembro de 2007, eu assumi um cargo de coordenação, e, depois, em julho de 2012, eu assumi meu primeiro cargo gerencial, gerente setorial de construção e instalação, quando houve a alteração da diretoria executiva da PETROBRAS, com a entrada da ex-Presidente Graça Foster. E, posteriormente, em dezembro de 2013, eu assumi uma gerência de implementação de empreendimento, e estou lá até hoje. Eu fico então à disposição de V.Exas. para esclarecer o que for necessário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A que V.Sa. atribui sua ascensão em cada uma dessas posições que obteve na PETROBRAS?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Ao resultado dos trabalhos. Sempre trabalhei bastante, obtive bons resultados em cada setor que trabalhei, e aí fui tendo uma ascensão gradual: primeiro, coordenador; depois, numa reestruturação da engenharia, assumi o cargo de gerente setorial; posteriormente, na criação de uma nova gerência executiva, eu assumi outro cargo. Então, ascensão gradual e reconhecimento pelos resultados obtidos nos trabalhos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. não considera que foi favorecido por apadrinhamento de superiores ou não buscou apoio político partidário para essas ascensões na empresa?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Não, de forma nenhuma. Não tenho nenhuma relação política. Acho que cada indicação que eu tive foi de um gerente diferente. Não tive nenhum apadrinhamento, nem político, nem pessoal. Não tenho relação pessoal com ninguém de nível alto na PETROBRAS. Então, considero realmente como resultado do trabalho exercido.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. participou de alguma comissão de licitação da PETROBRAS? E, se afirmativo, quais?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Sim, eu participei. Eu participei há algum tempo em uma comissão, se não estou enganado, de gasoduto da P-56 e Tambaurugá, mas faz bastante tempo e a minha atuação foi bem pequena. E mais, associado a essas discussões do momento, eu participei do grupo de contratação do gasoduto de Sapinhoá e Lula Nordeste — o antigo Guará —, e do de Cernambi também.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Algum dos seus superiores, em todo esse processo em cargos que V.Sa. exerceu na PETROBRAS, está diretamente envolvido nesse escândalo denominado Lava-Jato?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Não. Superiores diretos ou próximos, nenhum deles. Como eu estava na Engenharia... A Engenharia faz parte da Diretoria de Serviços. Então, o Diretor... o ex-Diretor Duque e o ex-Gerente-Executivo Barusco estavam na minha linha hierárquica, mas muito afastados de mim. Eu era o nível mais baixo que existia, e eles estavam lá no topo. Dos mais próximos de mim — o Gerente, o Gerente Superior, os Gerentes Setoriais, o Gerente de Empreendimento, os Gerentes Gerais —, não tem ninguém envolvido em nada, até onde eu conheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A PETROBRAS instaurou um grande número de comissões internas de apuração. V.Sa. foi alvo de alguma dessas comissões?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Existe uma Comissão Interna de Apuração que foi, inclusive, solicitada pelo Ministério Público, pelo Juiz Sérgio Moro, para analisar essas contratações — essa contratação de Lula Nordeste-Cernambi, especificamente, e de Sapinhoá-Lula Nordeste também. Então, existe uma comissão de investigação analisando isso. Eu já prestei declarações lá, sim. Então, não me considero alvo, mas estão analisando a contratação em si.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, em uma reportagem publicada no *Jornal do Brasil*, no dia 31 de março de 2015, há uma referência de pagamento de propina a funcionários da PETROBRAS por parte da Saipem, devido às obras na



malha de escoamento de gás dos Campos de Lula e Sapinhoá. O que V.Sa. sabe a respeito dessas denúncias?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Eu participei da contratação. Não tive conhecimento nenhum de oferecimento de propina, de pagamento de propina. Não tomei conhecimento nenhum, nem de suspeita, nem nada. O que eu tomei conhecimento foi pela mídia, acompanhando a imprensa, essas notícias e os processos que saem na mídia sobre o que está acontecendo agora. Apenas isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nessa mesma reportagem, é citada uma pessoa com o nome de João Antônio Bernardi. V.Sa. conhece essa pessoa? Teve contato com ela? Tratou com ela alguma questão referente às obras?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Durante essas contratações todas, eu não conhecia de forma alguma o Sr. Antônio José... Como é? João Antônio Bernardes, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - João Antônio Bernardi.

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Bernardi. Eu não o conhecia de forma nenhuma. Acredito nunca ter tido contato nenhum com ele nesse período. No final de 2013, quando eu estava substituindo um gerente meu que estava em viagem, eu participei de reunião em que se encontrava também o Sr. João Bernardi, mas somente agora em 2013. Então, durante essa época, não tinha contato nem conhecimento nenhum com ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Da ordem hierárquica, o mais próximo e com quem V.Sa. se relacionava mais era o Barusco?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Não, eu nunca tive relacionamento nenhum com o Barusco. Nunca encontrei, nunca vi o Barusco na minha... Nesse momento todo, na ordem hierárquica, eu só tinha contato com o gerente do empreendimento, que era o gerente do meu gerente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quem era essa pessoa?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Era o engenheiro Marcos Guedes.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, vamos prosseguir com os Sub-Relatores. Havendo necessidade, eu retorno.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



O primeiro Sub-Relator a falar é o Deputado Bruno Covas, que tem a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Bom dia a todos. Bom dia, Presidente, Relator.

Sr. Vitor Tiago Lacerda, de acordo com os autos, V.Sa. foi o coordenador do grupo de contratação da obra de instalação do gasoduto submarino de interligação dos Campos de Lula e Cernambi. É isso?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Segundo a denúncia oferecida pelo Ministério Público, o Sr. João Bernardi ofereceu vantagem indevida a Renato Duque para favorecer a empresa Saipem na celebração do contrato com a PETROBRAS.

V.Sa. desconfiou em algum momento desse processo de contratação da empresa Saipem, de que havia um acordo, um acerto, de propina, de “pixuleco”, envolvendo o ex-Diretor Renato Duque?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - De forma nenhuma. Não desconfiamos. Não havia suspeita. Não havia nada que indicasse que havia algo de errado com essa contratação. Mesmo hoje, lendo, relendo os relatórios, estudando tudo isso, não enxergo nenhuma indicação disso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Na época, ou agora, revendo todos os atos que foram realizados naquela oportunidade, o senhor identifica algum ato de ofício praticado pelo Sr. Renato Duque que possa ter infringido o dever funcional?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Não identifico nenhum.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - No dia 27 de maio de 2011, a Saipem foi convidada pela PETROBRAS a participar desse certame. No dia 21 de junho, também desse ano, apenas três empresas apresentam a documentação técnica — a própria Saipem, a Subsea 7 e o consórcio Allseas Marine, além da Technip.

Entretanto, no dia 1º de agosto, apenas a Saipem apresenta proposta comercial válida. As duas outras apresentam carta de declínio.

V.Sa. saberia o motivo pelo qual apenas a empresa Saipem tenha apresentado proposta comercial válida?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - A gente está falando de um gasoduto submarino em águas ultraprofundas. Então trata-se de um gasoduto rígido, de 18



polegadas de diâmetro, mais ou menos 40, 45 centímetros de aço puro, na época, a ser instalado em 2.200 metros profundidade. Então, esse é um tipo de obra que é muito específico, não é? Existem poucas embarcações no mundo que têm capacidade pra fazer esse tipo de serviço. Essas embarcações são muito caras. Por isso, os valores são muito altos, não é? E um gasoduto de 22 quilômetros... Vinte e dois? De 19 quilômetros é muito curto, ele tem pouca atratividade. Você mobilizar uma embarcação do exterior muito cara, gastar 30 dias para trazer e se preparar para uma obra muito pequena acaba que tem muito pouca atratividade. Então, a gente entende, a gente acredita que é resultado disso que só tinha a proposta da empresa Saipem, as outras empresas não tinham interesse de fazer o gasoduto.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A estimativa da PETROBRAS para a obra era de 228 milhões de reais, sendo que o desvio aceitável era de até mais 20%, ou seja, 274 milhões de reais. Entretanto, a proposta da Saipem era 286 milhões de reais, 25% acima da estimativa e, portanto, fora do desvio considerado como aceitável. Isso fez com que a PETROBRAS realizasse, no dia 10 de agosto, a primeira reunião desse grupo de contratação com a Saipem.

V.Sa., como coordenador desse grupo de contratação, poderia nos esclarecer se havia alguma pressão para encontrar uma solução para esse impasse?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Havia a pressão da necessidade do gasoduto, né? Esse gasoduto, ele é... esse e os outros todos lá eram muito importantes para o desenvolvimento do polo pré-sal. Quando a gente coloca um FPSO para produzir óleo, junto com o óleo vem gás associado. Esse gás tem que ser levado à terra. Se não conseguimos levar esse gás à terra, você não pode produzir o óleo. Então, esses gasodutos todos, eles eram fundamentais para que a gente, para que a PETROBRAS conseguisse manter a curva de produção, aumentar a produção de óleo. E o prazo era muito apertado, né? Então, todos nós do empreendimento, do grupo contratação, estávamos extremamente comprometidos, engajados com a necessidade da PETROBRAS. Então, havia a pressão do prazo. Mas uma pressão que vinha do próprio conhecimento da necessidade. Não havia uma pressão externa, uma pressão de alguma pessoa específica sobre o grupo.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Depois dessa reunião de 10 de agosto, o Sr. João Bernardi visitou o Sr. Renato Duque no dia 30 de agosto. E, depois, fez uma outra visita no dia 31 de agosto na sede da PETROBRAS.

V.Sa. já disse aqui ao Relator que não conhecia, pelo menos na época, o Sr. João Bernardi. O senhor sabia que ele mantinha esse contato frequente com Renato Duque?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Eu não conhecia o Sr. João Bernardi nem pessoalmente, nem de nome. Então, não teria como saber se teria contato. Não conhecia de jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E o senhor sabia ou sabe, pelo menos hoje, qual o tema dessas duas reuniões entre o Sr. João Bernardi e o Sr. Renato Duque?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Não sei.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Depois dessas duas reuniões entre o seu João Bernardi e o Sr. Renato Duque, a PETROBRAS, ao invés de refazer a licitação, optou pela flexibilização de algumas condições de contratação e pela abertura de prazo para que as três convidadas apresentassem nova proposta comercial.

As alterações feitas para a PETROBRAS foram as seguintes: 1) exclusão do critério de menor valor presente líquido para julgamento das propostas comerciais, de modo a permitir a ampliação da janela de instalação sem penalizar a instalação mais cedo do gasoduto; 2) exclusão do *inline T* do escopo desse processo de contratação, possibilitando a instalação de duas etapas distintas — duto e equipamentos —, ampliando, dessa forma, as possibilidades de aproveitamento de janelas de instalação de embarcação, inclusive das já contratadas; 3) antecipação para dezembro de 2011 da disponibilidade dos tubos necessários à execução do projeto; 4) extensão do prazo contratual para entrega do duto de dezembro de 2013 para abril de 2014 e término da vigência do contrato de abril de 2014 para agosto de 2014 — essas ações em conjunto com as acima descritas também garantiram uma maior janela de instalação para embarcação de lançamento; e, 5) execução da interligação e instalação opcional do *jumper* do PLEM-CMB-001 ao PLT-CMB-001. Foram essas as alterações?



O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Sim. É importante esclarecer que esses gasodutos são lá da região do pré-sal. Portanto, eles são dos consórcios, são de parcerias operacionais de E&P. Então, o gasoduto Sapinhoá é do bloco BMS-9 e o de Lula Nordeste é do bloco BMS-11. Então, nesses projetos, nesses consórcios, a PETROBRAS tem como parceiras empresas privadas. O do Sapinhoá BMS-9 é a BG e a Repsol, e o do Lula Nordeste é a BG e a PETROGAL. A contratação é feita não para a PETROBRAS em si. Mas é a PETROBRAS, como operadora, contratando para os consórcios. Então, o procedimento de contratação segue o acordo de cooperação, o acordo de operações conjuntas — que a gente chama de JOA — e os procedimentos da PETROBRAS. Então, V.Exa. falou que não fez uma nova licitação, mas, na verdade, a gente não chama de licitação, é um processo de contratação. E o que foi feito foi exatamente um novo processo, não é? Uma nova tomada de preços, que seria equivalente a uma nova licitação. Essas alterações que foram feitas, como V.Exa. disse, elas claramente buscam aumentar a competitividade do processo, não é? Elas estendem a janela de instalação, antecipando o período, o momento em que as empresas poderiam começar a instalação, e postergando o término, tirando o VP, para permitir que empresas que conseguissem chegar mais cedo fossem mais competitivas, buscando justamente atrair as empresas que não se mostraram interessadas, mas estavam admitidas tecnicamente, buscando competição e redução de preço.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E quantas empresas a mais se interessaram depois dessas alterações?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Mais nenhuma.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mais nenhuma.

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Continua sendo a mesma empresa.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito bem. Ainda assim, depois dessas alterações, o valor da Saipem continuava acima do desvio aceitável da PETROBRAS. É isso?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Sim, sim. Perfeito.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - No dia 16 de setembro, mais uma vez, João Bernardi visita Renato Duque na sede da PETROBRAS. No dia 20 de setembro, as novas propostas comerciais foram recebidas, após alteração realizada



pela PETROBRAS. No dia 26 de setembro, via mensagem de *e-mail*, o Sr. Roberto Gonçalves informa a Renato Duque o andamento do certame, chegando à conclusão de que deveria incluir outra obra na licitação ou deveria descontar a Saipem. É isso?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Eu não tomei conhecimento desses *e-mails*.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Após essa mensagem, no dia 27 de setembro, o Sr. Renato Duque determina a realização de nova negociação com a Saipem.

Quantas reuniões a comissão, o grupo de contratação teve com a Saipem, desde o início, desde a apresentação da primeira proposta, até a assinatura contrato?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Foram várias as reuniões. Eu não sei precisar o número aqui, mas foram várias.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Faça uma ordem de grandeza. Algo em torno de?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - De dez reuniões, talvez um pouco menos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Essas reuniões eram feitas por decisão de alguém?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Era o próprio grupo de contratação que convocava a reunião. É assim... Havia, primeiro, antes do recebimento de propostas, reuniões para esclarecimento do processo em si, de qualquer dúvida que houvesse, aí havia reuniões para recebimento e abertura de propostas. Depois das propostas, havia reuniões para esclarecimento das propostas comerciais. Eu pulei aqui a parte de admissibilidade técnica. Desculpe-me. Também houve recebimento de documentação de admissibilidade, esclarecimento de admissibilidade. Continuando: reuniões de esclarecimento das propostas comerciais, nas quais se tentava também reduzir o preço da proposta. Isso foi feito em relação à proposta comercial em dois momentos. A mesma coisa depois de a proposta substitutiva recebida: reuniões de esclarecimentos, de negociação, buscando redução de preços. Então, são várias reuniões conduzidas pelo grupo de contratação, em articulação sempre com o superior hierárquico do processo, que é a pessoa que tinha a delegação da



Diretoria-Executiva para fazer a contratação. Com essa pessoa a gente tinha um contato próximo, sempre. Então, as decisões de quantas reuniões, da necessidade, era do grupo de contratação, junto com o superior hierárquico.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Bom, ao final então dessas dez reuniões, ou algo em torno disso, que ocorreram paralelamente às reuniões entre João Bernardi e Renato Duque, a PETROBRAS foi alterando a obra a ser contratada, ou pelo menos as características dessa obra, mudando a sua estimativa de 228 milhões para 210 milhões de reais e, portanto, o seu desvio aceitável de 274 milhões para 252 milhões de reais. E, da mesma forma, a Saipem foi alterando a sua proposta, que era, inicialmente, de 286 milhões de reais, para 248 milhões de reais. É isso?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Perfeito. É exatamente isso. Na solicitação de proposta inicial, nós tínhamos um escopo e uma estimativa de custo de 228 milhões.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Então, ao final de toda essa negociação, encaixou-se a proposta da Saipem com o limite aceitável de até mais 20% da PETROBRAS.

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Com essa redução da estimativa que V.Exa. comentou, de 228 para 210, para o mesmo escopo. Houve uma redução da estimativa.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito. Encaixando-se no valor que a Saipem pedia para realizar essa nova obra, que já não era a mesma da primeira proposta, certo?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Encaixando porque a proposta da Saipem veio reduzindo o valor, e o escopo final foi exatamente o escopo inicial da primeira proposta, exatamente o mesmo.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E por que a PETROBRAS diminuiu de 228 para 210, se era o mesmo escopo?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Então, o processo foi este: nas solicitações de propostas substitutivas, como V.Exa. listou, a gente fez algumas alterações, e aí houve uma alteração de escopo. Foi retirado um equipamento que ficava no meio da linha, que obrigava as empresas a ter todos os equipamentos prontos para fazer a



instalação. Então, ele foi retirado, permitindo que fosse possível lançar só o gasoduto mais rapidamente e, posteriormente, os equipamentos da extremidade. Quando foi feito isso, a estimativa foi refeita para contemplar a alteração de escopo, e ela foi reduzida. Ao final, nas negociações, a gente... Esse equipamento quem decidiu se podia tirar ou não foi a área de negócios, não foi nem a engenharia. Ele foi retirado, mas com um certo pesar. A gente entendia que ele era importante, mas poderia viver sem ele. Nas negociações finais, houve a oportunidade de retornar esse equipamento para o escopo. Então, foi tudo retornado ao que era antes. O prazo final retornou, então houve um encurtamento do prazo; o equipamento *in-line* voltou — esse *in-line* que V.Exa. citou —; e o *jumper* opcional foi retirado. Então, voltou ao mesmo escopo. Quando a gente solicitou que a estimativa fosse refeita para contemplar o retorno dos equipamentos, a estimativa ficou menor do que 228.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Então, é um milagre, não é?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Não, para baixo...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Se o escopo voltou a ser o mesmo...

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - O que significa que...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - ...e se a estimativa inicial era 228 e passou a 210...

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Significa que entre a primeira estimativa e a segunda, o pessoal da estimativa entendeu que havia algo ou incorreto ou não muito perfeito e reduziu a estimativa. Mas essa redução da estimativa só foi favorável à PETROBRAS, porque obrigou que houvesse uma redução maior ainda da proposta comercial. Como o senhor mesmo citou, se fosse mantido o 228, o limite superior para assinar o contrato seria de 274 milhões. Como a estimativa foi reduzida, a gente teve que negociar até que chegasse a 248. Então, essa redução só foi benéfica, não é?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Isso significa então que a primeira proposta está superestimada?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - A primeira proposta... Ambas as propostas a gente sempre considerou que estavam acima do limite superior.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Não, a de 228 da PETROBRAS.



O SR. VITOR TIAGO LACERDA - A estimativa? Existe sempre uma incerteza na estimativa. Eu não sei dizer se ela estava superestimada. Mas havia algum refinamento que foi feito e que reduziu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Desculpe-me, mas incerteza há na administração da PETROBRAS, não é, Sr. Vitor?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais Sub-Relatores inscritos e não estando presente o autor do requerimento, vamos à ordem de inscrição dos membros.

Com a palavra o Deputado Izalci (*Pausa.*) Ausente.

Com a palavra o Deputado João Gualberto. (*Pausa.*) Ausente.

O Deputado Alberto Filho é o próximo inscrito e tem a palavra por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vitor Tiago Lacerda, numa reportagem veiculada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, há a informação de que o Sr. Renato Duque foi denunciado por suposto favorecimento à empresa Saipem, na contratação de obra de instalação do gasoduto submarino de interligação dos Campos de Lula e Cernambi.

Funcionários a Saipem foram denunciados por envolvimento no caso. Uma vez, de acordo com a denúncia, eles atuaram lavando dinheiro proveniente de crime de corrupção em favor do Sr. Renato de Sousa Duque, mediante a utilização de contas das empresas Hayley S.A. e Hayley do Brasil para o recebimento e posterior internalização dos valores provenientes do crime. A Hayley do Brasil, por sua vez, ocultava e dissimulava o pagamento de vantagens indevidas ao Sr. Renato de Souza Duque por intermédio de aquisição e posterior destinação de obras de arte ao ex-Diretor.

V.Sa. pode nos descrever que atividades exerceu em relação aos contratos da PETROBRAS com a Saipem?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - As atividades que eu exerci...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Em relação aos contratos entre a PETROBRAS e a Saipem.



O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Eu participei dessas contratações, desses grupos de contratação que a gente já discutiu aqui. Quando eu fui gerente de CI — eu fui gerente de um projeto desses em Sapinhoá, no Nordeste —, eu era o responsável pela implementação desse gasoduto específico. E atualmente, como gerente em empreendimentos, existem alguns projetos em execução ainda ou em conclusão que são relacionados à Saipem. Eu não sou o gerente dos contratos, mas eu tenho gerentes subordinados a mim que são gerentes desses contratos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Mas V.Sa. se reunia frequentemente com representantes da Saipem ou com o Sr. Renato Duque?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Com o Sr. Renato Duque eu nunca me reuni frequentemente, nunca. Eu diria que ao longo de toda a minha carreira na PETROBRAS eu devo ter tido duas reuniões com o ex-Diretor Renato Duque, reuniões puramente de trabalho. E eu participei; eu também não era nenhuma pessoa principal nas reuniões. Com a Saipem, sem dúvida. Durante as contratações, o grupo de contratação se reúne frequentemente com os responsáveis da Saipem, com o grupo de contratação, com os responsáveis da Saipem pela contratação. Ao longo da execução do contrato, eu era um gerente de projeto, um gerente de contrato pela PETROBRAS, e existia também um gerente de projeto pela Saipem, e a gente se reunia semanalmente para condução do projeto. Então, sim, sem dúvida, existem reuniões frequentes de trabalho a cada nível que existe.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Mas V.Sa. teve conhecimento do recebimento dessas obras de arte por parte do Sr. Renato Duque?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Não, de forma nenhuma. Eu tenho tomado conhecimento agora pela mídia.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sr. Presidente, eu peço só mais um pouco de tolerância, porque no meu tempo já está incluído o tempo de resposta do depoente. Farei a última pergunta, para concluir.

Em depoimento prestado à Procuradoria da República, o Sr. Júlio Camargo, em colaboração premiada, afirmou ter efetuado pagamentos na conta da *offshore* de nome Hayley, que também pagou propinas por meio dessa conta, mediante transferências para contas indicadas por Renato Duque e Pedro Barusco, e que também fez pagamentos de propina usando de tal conta em favor de Paulo Roberto



Costa, mediante transferências para contas indicadas por Alberto Youssef, sempre concentradas na Ásia. Eu pergunto a V.Sa.: V.Sa. conhece essa empresa Hayley?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Não conheço, nunca tinha ouvido falar. Tomei conhecimento pela imprensa, recentemente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - O senhor não tomou conhecimento de nenhuma relação dela com a Saipem?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Não tomei conhecimento de nenhuma relação dela com a Saipem, não, Excelência.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Então, V.Sa. também não tem conhecimento de pagamentos efetuados pela empresa Hayley aos Srs. Renato Duque, Pedro Barusco, Paulo Roberto Costa?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sr. Presidente, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Aluisio Mendes é o próximo inscrito e tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Vitor, o senhor tem 10 anos de PETROBRAS, não é?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Exato.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Entrou em 2005, não é?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Por ocasião do depoimento aqui do Pedro Barusco, ele nos disse — está, inclusive, na deleção premiada dele — que esse esquema de corrupção na PETROBRAS, essa quadrilha que se instalou lá, só foi possível, claro, com a determinação dos Diretores que capitaneavam essa organização criminosa, mas também com a colaboração de funcionários subalternos da empresa. Era impossível que esse esquema se estabelecesse na PETROBRAS sem a participação de elementos abaixo dos Diretores. Uma prova clara disso é o Sr. Pedro Barusco. E ele nos disse claramente que tinha informações e conhecimento de que outras pessoas também, em alguns setores, participavam desse esquema, porque é impossível que uma decisão tomada por um Diretor de forma ilegal e criminosa não fosse determinada para a base, para o setor de licitação ou outros setores, para que esse esquema montado em cima prevalecesse lá



embaixo. Por exemplo, na organização de uma licitação, se você precisa excluir algumas empresas, tem que haver participação de outras pessoas, aquelas que estão conduzindo o processo licitatório.

O senhor, nesses 10 anos de atuação na PETROBRAS, já ouviu falar, já ouviu dizer ou tinha conhecimento de que isso acontecia em algum setor da empresa?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Não, não. Eu nunca tomei conhecimento, nunca fiquei sabendo desse tipo de coisa, de forma nenhuma, ao longo desses 10 anos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Mas o senhor tem que concordar — eu acredito que o senhor concorda — que esse esquema só poderia... O senhor tem conhecimento pela imprensa do que ocorreu na PETROBRAS. O senhor poderia não conhecer na época, mas hoje tem ciência do nível de atuação dessa quadrilha dentro da PETROBRAS. O senhor entende, conhecendo o mecanismo da PETROBRAS, como funciona a empresa PETROBRAS, com 10 anos de casa, que era possível que esse esquema fosse estabelecido e implantado na empresa sem a participação de setores subalternos dela?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Isso já é uma opinião, não é?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Não, o senhor conhece o funcionamento da empresa, com 10 anos de casa, e ocupa uma função hoje de destaque na empresa. Conhece como funciona a sistemática de governança da empresa, não é correto? Não é possível que, com 10 anos, o senhor não conheça como funciona. Era possível que esse esquema tivesse sido implantado dentro da empresa... E essa é uma coisa que sabemos que não é recente. Há um depoimento recente, por delação premiada, em que se disse que desde 1978 acontecia isso na empresa, talvez em menor grau. Mas era possível que isso tivesse sido implantado e executado na empresa sem a participação de outros setores que não fossem os Diretores?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Então, do que eu tenho tomado conhecimento... Bom, primeiro, durante a minha atuação na PETROBRAS, eu nunca vi, nunca tomei conhecimento nem vi indício de que houvesse alguma relação das pessoas do meu nível ou junto de mim nesse tipo de coisa. Até é importante



destacar — eu ia falar, mas acabei me esquecendo — que eu estou colocado como executivo no requerimento de convocação, mas eu não sou executivo. Eu sou simplesmente um técnico, conforme eu já expliquei aqui. Então, nesse nível técnico, eu nunca vi, nunca tomei conhecimento nenhum. O que a gente está vendo na imprensa, na mídia — e aí é por isso que eu digo que é simplesmente uma opinião da observação do que eu tenho visto —, é que o que se tem falado é que existia um cartel, que havia a combinação de preços, que havia a definição de quem seria vencedor e tudo. E isso poderia ser feito, sim, enganando completamente uma comissão de licitação. Não precisaria ter uma participação dela. Eu não tomei conhecimento até agora de nenhuma comissão de licitação ou de um grupo de contratação que tenha tido participação em nada, até porque seriam, nesse caso específico, oito pessoas de diferentes setores, inclusive de diferentes Diretorias, que teriam que estar todos combinados para fazer alguma coisa desse tipo. Eu acho pouco provável.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A minha dúvida é justamente essa. É inegável que a PETROBRAS tem um dos melhores quadros técnicos do Brasil e, talvez, do mundo e que esse esquema pudesse ser implantado e sobrevivesse tanto tempo na PETROBRAS sem a aquiescência de setores importantes da empresa. Esses aditivos em cima de aditivos são coisas que chamariam a atenção de qualquer técnico que conhece processos de licitação, de contratação e os meandros da empresa PETROBRAS. A preocupação é essa.

Esses contratos tiveram vários e enormes aditivos. Eles começaram com um orçamento de 4 bilhões e chegaram a 30 bilhões. E impressiona que ninguém da empresa, do quadro técnico, tenha levantado alguma suspeita sobre isso, dado o quadro técnico de excelência da PETROBRAS. É essa a minha preocupação.

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - É, eu posso falar pela área em que trabalho.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Um exemplo claro é o Sr. Pedro Barusco. Ele não era Diretor, era um Gerente-Executivo, e só ele amealhou mais de 100 milhões de dólares.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Colaborando com o Deputado Aluisio, o que nos causou espanto foi que o Barusco disse que, em um cargo que era



intermediário, em um grande período na PETROBRAS, ele conseguia roubar sozinho.

Então, V.Sa., que ocupou cargos e que participou de processos de licitação, acha que é possível alguém roubar sozinho, como ele roubou, por um longo período?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - É, eu consigo falar pela minha área, a área submarina. Dentro da Engenharia, a gente vivia de forma bem isolada e não sentia interferência nenhuma do Pedro Barusco.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Vitor, para encerrar aqui, até porque o tempo já se esgotou, você conhecia, pessoalmente, o Sr. Pedro Barusco?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Nunca...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Nunca esteve com ele?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Nunca estive, nunca vi.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Ouvia falar dele na empresa, mas não o conhecia pessoalmente.

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Ele estava na minha linha hierárquica.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - É, porque ele era o seu chefe imediato. Ele fazia parte da Diretoria à qual você era subordinado, não é?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Não imediato. Havia três gerentes entre mim e ele.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Mas nós ouvimos vários depoimentos aqui, inclusive da própria Presidente Graça Foster e da Venina, de que o Pedro Barusco era conhecido na empresa, primeiro, por ser uma pessoa muito arrogante e que tinha sinais exteriores de riqueza muito aparentes e que não condiziam com o excelente salário que ele recebia na PETROBRAS. Você nunca ouviu falar sobre isso na empresa? Não tinha conhecimento dele e de outros técnicos de nível executivo que tenham essa postura dentro da empresa?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Não. Com relação ao ex-Gerente-Executivo Pedro Barusco, realmente, a distância entre o trabalho que eu exercia — e hierarquicamente também — era muito grande. Eu nunca tive... Realmente, nunca vi, nunca participei de reunião com o Sr. Pedro Barusco. Eu não tinha informação



nenhuma. Eu não sabia nada do que ele fazia nem profissionalmente, quanto mais da vida particular ou dos bens dele. E em relação...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Você despachava com o Renato Duque, mas não com o Pedro Barusco?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Eu não despachava com o Renato Duque.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Você disse que esteve em quatro oportunidades com o Renato Duque, não é?

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Não, eu não despachava com o ex-Diretor Renato Duque. Eu falei que me lembro de ter participado, ao longo de todos esses 10 anos, de duas reuniões, não eram despachos. Uma reunião foi o que a gente chama de ROA, era uma reunião de alto nível relacionada a um projeto específico, em que o Presidente da empresa vem explicar o andamento de um projeto. Eu era o técnico, sem cargo nenhum, que cuidava de *design*; me chamaram para participar, eu fui lá e assisti. Em um segundo momento, o superior, o gerente do empreendimento passou na minha baia e me levou para uma reunião com o Diretor e apresentou o que a gente estava fazendo, estratégia e tudo. O Diretor falou: “*Concordo. Beleza. Pode seguir*”. E essa é toda a relação que eu tive com o Diretor.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E nessas duas reuniões o Pedro Barusco não estava presente, só o Renato Duque.

O SR. VITOR TIAGO LACERDA - Não, não estava presente.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Está bem.

Presidente, eu estou satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Celso Pansera abriu mão da inscrição. O Deputado Onyx Lorenzoni é o próximo inscrito e também abre mão.

Com a palavra o Deputado Carlos Andrade. (*Pausa.*) Ausente.

O Deputado Ivan Valente também abre mão da inscrição.

Não havendo mais Parlamentares inscritos, eu dispenso o depoente.

Houve aqui um pedido, se não houver maiores problemas, para haver uma inversão. O Deputado Ivan Valente pediu para trazer primeiramente o Sr. Leonardo Meirelles. É isso, Deputado Ivan Valente? (*Pausa.*)



Há algum problema? *(Pausa.)* Não?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Só porque é o Deputado Ivan Valente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Altineu pediu que se obedeça à ordem, para ouvir, primeiro, a PETROBRAS, porque ele não está presente.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu acho que nós temos que dar preferência para o Deputado que está presente aqui na reunião. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu convido o Sr. Leonardo Meirelles a tomar assento à mesa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O próximo passo é trazer o Júlio Camargo e o Jaime Careca. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, isso mostra o prestígio de V.Exa. com este Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, eu entrei com outro pedido, o último, ontem.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Deputado Ivan, isso já é reflexo do aumento da bancada do PSOL. Aumentou em 25% a bancada ontem. Ganhou um Deputado e aumentou em 25% a bancada.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Muito importante é a qualidade, não é só a quantidade, entendeu? *(Pausa.)*

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria só que V.Exa... Não sei se os outros Deputados também estão sentindo, mas há um problema no som. Pelo menos até há pouco estava com um eco muito forte aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço ao serviço de som que resolva esse problema, para que a acústica esteja favorável para os Parlamentares.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sr. Leonardo Meirelles, advirto V.Sa. de que será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor do



requerimento, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes à sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e o de ser assistido pelo seu defensor constituído. Entretanto, informo a V.Sa. que a sua colaboração para elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Só para registrar, V.Sa. entrou com um *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal, e esse *habeas corpus* foi negado pelo Ministro Teori Zavascki. Entretanto, o direito que V.Sa. tem de permanecer em silêncio e de ser assistido pelo seu defensor é uma praxe nesta CPI, não sendo necessária a decisão judicial para que isso seja cumprido. Então, eu quero dizer que V.Sa. terá todos os direitos constitucionais aqui garantidos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu já fiz críticas muito duras ao Ministro Teori, aqui e em outros espaços da Câmara dos Deputados, e eu queria, então, por dever de justiça, reconhecer que a decisão de hoje é uma decisão que respeita a tradição desta CPI e das CPIs desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. faz justiça com a Justiça brasileira.

Com a palavra o Sr. Leonardo Meirelles por até 20 minutos.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Bom dia a todos. Na qualidade de réu em quatro processos penais e com alguns indiciamentos em alguns inquéritos policiais, estou aqui para colaborar e responder o que for possível e necessário para o bom entendimento desta Casa. E, dentro disso, estou em tratativas adiantadas com a Procuradoria-Geral da República e o Ministério Público Federal do Paraná e me reservo o direito de não responder alguma questão que possa produzir prova contra a minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Sa. se compromete a responder aos Parlamentares aquilo que não lhe autoincriminar.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos dar seguimento ao depoimento.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, Relator desta CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. foi sócio do Sr. Alberto Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Correto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em que período?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - De 2012, final de 2012, até a deflagração da Operação Lava-Jato.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como se deu o início dessa sua relação com o Sr. Alberto Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Iniciou-se em 2009, para a utilização das minhas empresas, utilizadas por ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas V.Sa. já tinha conhecimento de que o Sr. Alberto Youssef havia sido preso na Operação Banestado, por lavagem de dinheiro, e, naquele período, estava beneficiado em decorrência de uma delação premiada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dá para aumentar um pouco o som? O som está baixo.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Deputado, eu não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. não tinha conhecimento de que o Alberto Youssef havia sido preso? Não tinha conhecimento disso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. disse... Tem que confirmar se disse ou não, porque saiu na *Folha de S.Paulo*, em 1º de fevereiro de 2015, que V.Sa. teria feito uma afirmação de que o Alberto Youssef possuía patrimônio oculto no exterior, em sociedade com empresas que não foram declaradas no acordo de delação premiada. V.Sa. fez essa afirmação que saiu no jornal? Confirma?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Confirmando.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Confirma. V.Sa. poderia aqui detalhar onde se encontra esse patrimônio oculto do Sr. Alberto Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, não posso responder isso para o Deputado neste momento.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não poderia, por exemplo, dizer se o Alberto Youssef possui negócios e patrimônio no Líbano?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não tem conhecimento ou não pode fazer essa afirmação.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso fazer essa afirmação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É diferente.

V.Sa. disse que não teve conhecimento de que ele foi preso. Mas como se deu essa parceria? O que ele buscava? O que lhe prometeu Alberto Youssef, quando lhe procurou para essa parceria?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Num primeiro momento, teria recebimento de serviços que haviam sido prestados a algumas estatais. E, dentro disso, ele tem o recebimento, todo ele de forma lícita, através de notas fiscais emitidas, com os seus devidos tributos recolhidos, e que necessitaria de estar utilizando as minhas empresas para receber esses recursos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, quando houve a negociação, ele já teria feito a afirmação de que precisava das suas empresas para, por intermédio das suas empresas, receber ou trazer esses recursos que estavam no exterior para o Brasil?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. Na realidade, é receber.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Receber?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Receber.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Utilizando a sua empresa?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., então, aceitou essa proposta?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, por uma comissão de 1% do valor nominal, do valor dos depósitos, de acordo com alguns depoimentos que já foram prestados por mim e confessados.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, se o Youssef era um empresário que tinha um grande faturamento, tinha um grande recurso, qual o argumento que ele utilizou para ter a necessidade de usar as suas empresas?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, não sei responder isso para o Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não sabe ou não pode em decorrência do acordo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É... Não posso. Não posso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Porque V.Sa. está negociando um acordo de delação premiada.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não é delação, é colaboração.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Colaboração.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Aliás, ela é espontânea desde o princípio, desde o primeiro dia da deflagração da Operação Lava-Jato.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu o ex-Deputado André Vargas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Que tipo de relação tinha com o ex-Deputado André Vargas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Num primeiro momento, fui apresentado por Youssef. Uma das minhas empresas é detentora de algumas patentes de fabricação de insumos farmacêuticos e tinha a possibilidade de participação dentro do projeto do Ministério da Saúde, onde... do qual deveria transcorrer todo um projeto que seria bom para o País, e é um bom projeto, no caso da saúde...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É, específico. E foi feito um contato com o André Vargas exatamente...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Para te auxiliar nesse processo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim. Eu procurei ele aqui, nesta Casa, inclusive, por algumas oportunidades.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Relator, permite-me uma colaboração? V.Exa. poderia perguntar qual é a formação do Sr. Leonardo Meirelles?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sim. O Deputado Onyx Lorenzoni pergunta qual...



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perdoe-me, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Qual a formação de V.Sa.?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Bacharel em Direito.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Bacharel em Direito. Agora, o senhor detém... V.Sa. detém essa patente por quanto tempo? Quando V.Exa. obteve essa patente?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - As licenças da minha empresa são vitalícias. Elas são constituídas há 28 anos. Ela foi constituída em 1987. Eu a adquiri em 2008, por conta dessas licenças de fabricação e de fornecimento, inclusive para o Governo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quando V.Sa. comprou a Labogen, ela já detinha essas patentes?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ela já detinha essas patentes. E essa empresa Labogen estava cadastrada no Ministério da Saúde para fornecimento desses insumos básicos para a saúde?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É, na ANVISA, sim — ANVISA e todos os órgãos competentes da atividade da empresa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Relator, sem ser chato, quanto pagou? Como foi a operação da compra? *(Pausa.)*

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O.k.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em que ano V.Sa. conseguiu registrar, na ANVISA e em todos os órgãos federais, os registros da empresa, dessa patente?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É, na verdade, isso acompanha desde a criação da empresa. Isso foi por volta de 1995. E eu adquiri a empresa em 12 de maio de 2008 — já foi esclarecido, tanto no juízo quanto na Polícia Federal —, dentro do qual foi adquirida a empresa pelo seu passivo, na ocasião da compra, respondendo a pergunta...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Aí incorporo a pergunta do Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - De quanto era o passivo da empresa?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Cinquenta e quatro milhões de dólares.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Cinquenta e quatro milhões de dólares? E qual era o seu patrimônio pessoal?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Pessoal, na ocasião da compra?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É. Acho que 1,5 milhão de reais.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Exa. comprou, assumindo o passivo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, na realidade, V.Sa. ganhou a empresa. Foi praticamente...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Comprei por 1 real.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Por 1 real? Assumindo esse passivo de 54 milhões?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Permita-me só perguntar, Sr. Relator, se ele comprou sozinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Corajoso. V.Sa. é o proprietário único? Houve sócios nesse projeto de compra da empresa?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nesse primeiro momento, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E no segundo momento?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Quando teve o Sr. Alberto Youssef e outros investidores que tiveram o interesse de dar sequencia na construção de uma nova fábrica e eventual fornecimento futuro.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Num segundo momento, Alberto Youssef, então, entrou como sócio da Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu o Alberto Youssef, o Alberto Youssef entra como sócio da empresa, e, nesse período, V.Sa. não tomou conhecimento das várias atividades do Sr. Alberto Youssef no mundo do câmbio? Depois, nessa relação estabelecida, V.Sa. não chegou a ter conhecimento desse seu passado, em que já havia sido preso várias vezes? Porque aqui se cita muito o Banestado, mas, no total, eu acho que ele já foi preso sete vezes. Se se fizer um cálculo dos anos que ele tem de vida para o número de prisões que ele teve, é uma



reincidência permanente. Então, V.Sa. aceita uma pessoa de sócio e não teve o mínimo cuidado de levantar quem é essa pessoa, quais eram as suas atividades?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não tive, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E sobre essa relação que o Alberto Youssef tinha com políticos e com partidos políticos? O que V.Sa. tem a dizer sobre isso? Teve conhecimento de que ele operava para partidos políticos, repassava dinheiros a políticos? V.Sa. chegou a presenciar isso? Teve conhecimento? O que V.Sa. tem a contribuir nesse capítulo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, eu o conheci desde 2009. Primeiramente, num escritório, na Avenida São Gabriel, em São Paulo. Posteriormente, no Dr. Renato Paes de Barros, onde, nas vezes em que houve reuniões e conversas sobre o nosso projeto, havia uma frequência de vários Parlamentares e funcionários. Agora, depois, tive conhecimento de algumas pessoas que estão na mídia que são funcionários de estatais. E tive contato com essas pessoas. E o Alberto tinha reuniões regulares com políticos, a respeito de...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas quem? V.Sa. poderia citar algum nome?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Já foram citados e estão em depoimentos, Deputado. Já foram esclarecidos, e algumas coisas estão no tema de acordo que está sendo proferido.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o senhor pode dizer quais são os Parlamentares que V.Exa. viu no escritório do Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Ah, não poderia. Não poderia porque eu estou, como eu disse, em tratativas com a Procuradoria. Não poderia estar citando, agora, neste momento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, no dia 22 de outubro de 2014, há 11 meses, o jornal *O Estado de S. Paulo* trouxe uma reportagem, que V.Sa. está conseguindo aqui visualizar, sobre política, que diz assim: *“Em depoimento à Justiça Federal, Leonardo Meirelles, dono do laboratório Labogen, disse que Alberto Youssef atuava em favor da sigla de oposição. Além do PT, PMDB e PP, advogado de delator aponta interesse eleitoral e influência estranha na declaração. Testa de ferro do doleiro”* — no caso V.Sa. — *“afirma que o esquema operava também para o*



PSDB". V.Sa. confirma essa declaração? O que V.Sa. sabe da relação de Alberto Youssef com o PSDB?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - A colocação foi muito... Eu acho que está um pouco distorcida a publicação. O que eu coloquei e confirmo, em depoimento, é que, em uma determinada oportunidade, Alberto Youssef estava ao telefone com alguém, onde confirmou que faltava uma parte de valores a ser paga, não é, naquela situação do Sérgio. Foi uma menção, não foi nada específico. E eu não vi especificamente recursos ou dinheiro sobre essa situação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Sérgio a que V.Sa. se refere é o Sérgio Guerra, que presidiu o PSDB, naquela história da CPI da PETROBRAS?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Algo do gênero, sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Algo do gênero?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na oportunidade, eu estava na sala, mas eu...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não dá para precisar.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - ...não posso precisar. Não posso falar inverdades.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas se referia ao político do PSDB, à época?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O.k.

Sr. Presidente, vamos dar prosseguimento. Se houver necessidade, eu retorno às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O primeiro Sub-Relator presente é o Deputado Bruno Covas, que tem a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Leonardo Meirelles, V.Sa. foi citado por Alberto Youssef em pelo menos 22 termos de colaboração do Sr. Alberto Youssef. Percebe-se, portanto, um relacionamento estreito entre o senhor e o Sr. Alberto Youssef.

V.Sa. operou para o Sr. Alberto Youssef durante qual período?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Em 2009... Final de 2009 a 14/03/2014.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor é bem específico em relação inclusive à data do término. O que o faz lembrar com tanta... Qual foi o episódio que marcou esse rompimento?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - *(Riso.)* A minha prisão na Operação Lava-Jato.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Além do Sr. Alberto Youssef, para quem mais o senhor fazia esse mesmo serviço que o senhor prestava ao Sr. Alberto Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Já falei isso em depoimento. Algo em torno de 90%, 95%, eram as operações direcionadas dele, tanto recebimentos como pagamentos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E os outros 5%?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Comerciantes que eventualmente possam ter feito algum outro pagamento.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Algum agente político?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, não. Nunca. Nunca direto.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Desde quando o senhor atua no mercado de câmbio?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu não atuo no mercado de câmbio. Eu atuo no mercado farmacêutico, desde 2008, onde, só para... O nobre Deputado não está mais aqui presente.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Estava aqui.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É, na verdade... Perdão. Na verdade, a empresa tem uma tecnologia industrial, tem todo um patrimônio, mas, na verdade, a análise da compra da empresa, na ocasião, essas moléculas, essas patentes resultantes de pesquisas de mais de 12 anos, do período da abertura da empresa até o funcionamento dela, que está avaliado em torno de 78 milhões de reais — isso está contabilizado no ativo da empresa — e teria um potencial de desenvolvimento de fabricação para o País. Sabe-se que o Brasil é dependente de praticamente 80% do que consome na área farmacêutica, e nós temos hoje em operação de cinco a oito empresas que estão ativas e que podem operar no País.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas, apesar de não atuar no mercado de câmbio...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - ...pelo que eu entendi, o senhor disponibilizava reais no Brasil para o Sr. Alberto Youssef em troca de dólares que eram depositados em contas no exterior. É isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Inclusive.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Por que isso? É porque o senhor Alberto Youssef tinha dificuldade de resgatar valores expressivos aqui no Brasil em reais — é isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Qual a origem desses dólares que eram depositados em contas no exterior?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - A origem... Na verdade, se analisarmos com frieza e clareza... Na verdade, é assim: discute-se e fala-se de coisas pontuais sobre Alberto Youssef e empresas que não existiam, que isso veio para as contas das minhas empresas; só que, na verdade, tudo isso partiu das contas da PETROBRAS, uma boa parte desses recursos. Então, tem a PETROBRAS e grandes empresas que foram contratadas para efetuar serviços, e, na sequência, tem as empresas e as subempreiteiras pelas quais foram emitidas as notas fiscais. Daí isso entrou nas minhas empresas e as minhas empresas fizeram a compra dos dólares das importações.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Então esse...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Só estou citando isso por um esclarecimento, porque, às vezes, parece que o dinheiro ou veio do espaço ou alguém encostou um caminhão cheio de dinheiro. Então, essa movimentação perdurou por 4 anos, acredito eu. São milhares de operações. E todos os bancos em que foram operacionalizadas essas operações não foram citados ou chamados, em nenhum depoimento, tanto na Justiça Federal quanto na Polícia Federal. Acredito até que... Acho que os senhores deveriam aproveitar a oportunidade e também pedir esclarecimento: como é que uma empresa pode receber hoje um volume de recursos dessa ordem — e não foi num dia; foram vários depósitos —, e os bancos



tendo serviços de *compliance*, os bancos tendo serviço de fiscalização, na verdade, estarem direcionando a coisa para a ponta mais fraca, não é?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor está aqui no caminho a que nós gostaríamos de chegar na CPI: havia um organograma envolvendo a PETROBRAS, as grandes empresas contratadas pela PETROBRAS, as empresas pequenas e médias que eram subcontratadas, depósitos nas contas do senhor, das empresas que o senhor tem no exterior, e a própria participação do sistema financeiro, para isso não chamar nenhuma atenção — perfeito?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito. Todas elas foram feitas ou pelo Bradesco, ou pelo Itaú, ou pelo Citibank.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O.k. Então, vamos começar pelas grandes empresas. Envolviam, por exemplo, obras da Odebrecht?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Da OAS?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Que outras grandes empresas estavam envolvidas, além dessas duas, por exemplo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Já foram apresentadas numa oportunidade — inclusive está no processo, é público. Foram entregues, acredito eu, 28 ou 30 contratos dessas subcontratações, em que estão praticamente todas: Engevix, Toyo Setal. Não vou conseguir citar todas agora aqui... A Galvão Engenharia... Enfim, praticamente todas elas têm contratos que foram fornecidos, e essas provas foram concedidas pela minha pessoa, de forma espontânea, o que está no processo em Curitiba, com o Dr. Moro.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor poderia depois, através do seu advogado, passar uma cópia dessa lista para a CPI. São tantos documentos que acho que esse é importante nós termos.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, quem iniciou... A materialidade de todos esses contratos foi apresentada por mim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito bem. E qual era a origem desses reais que eram disponibilizados para o Alberto Youssef aqui no Brasil?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - A origem desses contratos? É exatamente uma oportunidade, acredito eu, em 2012, em que fui chamado pelo banco que operava naquela ocasião — o Banco Bradesco, Agência Campinas. E me perguntaram exatamente a pergunta que o Deputado está fazendo agora. E eu respondi que era de forma lícita, que teria contratos, e esses contratos todos tinham o recolhimento dos tributos pertinentes a essas emissões desses serviços prestados. Eu levei, encaminhei esses contratos, estive lá pessoalmente. E o banco, acho, deve ter feito uma defesa e a encaminhou provavelmente para o COAF. Enfim...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quando foi isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Em 2012. Acredito eu que em outubro ou novembro de 2012.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Em outubro de 2012, o senhor foi chamado a uma agência bancária.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perguntaram a origem disso, e o senhor disse que a origem era ilícita.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Lícita.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - É lícita?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Lícita.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Ah! Muito bem, desculpe-me. Eu tinha entendido ilícita.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Lícita. Eu levei os contratos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - E tenho documentos disso, comprovando isso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Dentre essas empresas, o senhor confirma o uso da Labogen e da Piroquímica também para essa lavagem de dinheiro, mediante importações fictícias de medicamento?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É... Na verdade... É...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Essa o senhor não pode responder.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É. Essa eu não posso responder.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu acho que ele estava buscando a palavra. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não pode colaborar, Deputado Bruno Covas. Deixa o depoente! *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Exa. pode depois também tentar refazer a pergunta sem a colaboração, para ver se ele responde. *(Risos.)*

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, Deputado, é a minha confissão. Eu não tive inúmeros depoimentos. Na verdade, eu tive um depoimento desde o início da Operação. Ele é público, e lá estão todas as informações basicamente dos atos praticados.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor tem uma ideia...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Inclusive, isso foi a base que me colocou em liberdade, tanto pelo Delegado Márcio quanto pelo Dr. Moro, desde o princípio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor tem uma ideia de quanto é a soma de todas essas operações nesses 4 anos?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Algo em torno de 120 milhões de dólares, aproximadamente.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - É porque os números que nós temos aqui, por exemplo, só em relação à Labogen e à Piroquímica, são de 111 milhões de dólares. Mas na hora em que se somam empresas como RMV & CVV Consultoria em Informática Ltda., Bosred Serviços de Informática Ltda., HMAR Consultoria em Informática Ltda. já dá algo em torno de 233 milhões de dólares.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito. Não são só os recursos do Brasil. O valor aumenta em decorrência de depósitos que foram feitos, efetuados no exterior, diretamente nas minhas contas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E a RFY Import & Export Ltda. também pertence a V.Sa.?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Essa empresa recebeu, entre 23 de setembro de 2011 e 18 de maio de 2012, oito depósitos que somam 4 milhões e 267 mil dólares. É isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Qual a origem específica desses 4 milhões e 267 mil dólares?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É a mesma sistemática dos outros depósitos de todos os valores.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Não... Mas...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Específico desse?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A origem específica desse.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Das empresas VNO, RCI e acho que da Rigidez. Essas três empresas são de onde...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe dizer se esse valor é parte do pagamento das obras da COMPERJ e da RNEST?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Isso eu não conseguiria afirmar. Não poderei responder ao Deputado especificamente sobre a obra, não. Mas a origem do recurso, sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe se é recurso que vem da Braskem?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não sei responder ao Deputado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas a Braskem é uma das empresas do grupo que participava também de toda essa negociata — não é isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O que consta aqui é que V.Sa. auxiliou Alberto Youssef na evasão de 444 milhões de dólares. É esse o valor que consta dos autos?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Isso é o que consta dos autos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E o senhor confirma esse valor?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu não posso responder isso ao nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Desculpe-me, não entendi.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu não posso responder isso ao Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas é porque não sabe?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor pode...



O SR. LEONARDO MEIRELLES - É da colaboração. Estamos em tratativas adiantadas, e tem alguns assuntos em que eu não posso ficar criando provas contra mim mesmo.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor pode apontar, pelo menos, parte desse valor, qual é a parcela desse valor de 444 que vem do esquema da PETROBRAS?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu não posso responder isso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas pode responder, pelo menos, se a parte da PETROBRAS está dentro desses 444 milhões?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, com certeza. A origem disso são os contratos que já foram apresentados, como eu coloquei para o Deputado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito! O senhor pode aqui apontar para a gente quais são as fragilidades do sistema que permitem essa tamanha evasão de divisas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade... Deputado, eu sou, na verdade, uma ponta de uma grande história. Na verdade, as falhas eu não tenho como apontar, porque a Receita Federal... Uma das que eu posso colocar, na verdade, foi uma normativa de 2006 — eu acredito que seja, que eu não tenho aqui a data específica —, na qual o sistema de câmbio não tem vinculação mais com as importações, e vinculadas ao capital social da empresa. Então, como empresas de capital social de 50 mil, de 100 mil reais podem ter vultosos pagamentos ao exterior de importações muito acima do patrimônio líquido delas?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Isso ajudou bastante, essa alteração em 2006?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É, porque você não tem mais obrigatoriedade.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Consta dos autos registro em que V.Sa. admite, em depoimento à Polícia Federal, que, antes da atuação de André Vargas, tinha tentado várias vezes, sem sucesso, firmar parcerias com o Ministério da Saúde, utilizando a Labogen. V.Sa. teria dito inclusive que *“somente após (...) André Vargas passar a atuar fortemente no ano 2013 junto ao Ministério da Saúde é*



que a Labogen conseguiu firmar a parceria” com o mencionado órgão. O senhor confirma isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Confirmo isso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Qual foi exatamente a participação do ex-Deputado André Vargas para conseguir essa parceria entre a Labogen e o Ministério da Saúde?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, foi desde o princípio do projeto. Eu vim aqui até a Casa, fiz uma explanação do que se tratava e onde deveria ser o ramo de atuação e o benefício que traria esse projeto para o País. Na realidade, isso teria que ter sido feito desde o princípio: a construção da fábrica, o desenvolvimento de projetos, de produtos, licenciamento de fornecedores internacionais, que são donos das patentes no exterior. Foi feito um trabalho — afora a parte política —, em conjunto com mais de 30 profissionais, para se poder ter o desenvolvimento por completo, tudo isso assistido e tudo isso de forma muito transparente com o Ministério da Saúde, onde do Deputado André Vargas, desde o princípio, todos os passos foram sendo encaminhados, de conversa no Ministério, conversas técnicas. Houve inúmeras reuniões e conversas com a parte técnica, a parte de elaboração de produtos e efetivação dos mesmos. O que eu posso dizer, de forma muito clara e implícita, é que o Deputado André Vargas, de forma alguma, em nenhum momento, me pediu propina, me pediu dinheiro ou qualquer coisa que seja do gênero. Na parte de política e de articulação, quem conversava sobre isso eram os meus outros sócios, inclusive Alberto Youssef. Eu não participava desse tipo de... dessa conversação.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas as conversações existiram?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Existiram, senão não teria...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Essa primeira conversa aqui em Brasília foi no apartamento do André Vargas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. Todas as reuniões que eu tive a respeito do projeto da Labogen foram aqui na Casa, no gabinete da Vice-Presidência.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quem mais participava dessas reuniões?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado Bruno Covas.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na realidade, nessas reuniões, na grande maioria, éramos eu e ele mesmo. Às vezes em que eu estava em Brasília, e eu ia ter uma reunião no Ministério da Saúde, eu passava por aqui, conversava com ele assuntos técnicos, e ele perguntava como estava o andamento, se eu precisava de alguma coisa específica.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Obrigado. Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. O Deputado Altineu Côrtes é o próximo Sub-Relator e tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, quero usar o tempo da Liderança do PR, antes dos 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa., então, tem até 6 minutos e, em seguida, 10 minutos para questionar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, primeiro, antes de entrar nos questionamentos ao depoente presente, quero dizer que eu vim denunciando alguns contratos da PETROBRAS. Um deles foi alvo ontem de uma matéria no jornal *O Globo*, o que comprova que nós estamos no caminho certo. E hoje eu venho trazendo aqui, como já abordei na nossa última reunião, a questão de contratos, que possivelmente ainda vão ser alvo da Lava-Jato, de fretamento de aeronaves.

Para o senhor ter uma ideia, Sr. Presidente, a PETROBRAS hoje tem fretamento de quatro empresas: a empresa Omni, a empresa BHS, a Líder Táxi Aéreo e a Aeróleo, no total de 18 bilhões e 480 milhões de reais. Nos últimos 10 anos, de 2005 para cá — segundo o levantamento que eu tenho, mas eu vou trazer o número redondo —, são mais de 40 bilhões de reais destinados a fretamento de aeronave. Esses contratos ainda estão em vigor, alguns até o ano de 2019. Então, nos últimos 10 anos, ultrapassam 40 bilhões de reais, em quatro empresas; se não me engano, quatro empresas. Parece-me que tem outra empresa, e que ainda se somaria outro valor a esse número aqui.

Só para ilustrar, a companhia Azul comprou agora 50 aviões da EMBRAER, por 3,2 bilhões de dólares; comprou por 3,2 bilhões de dólares. O maior negócio que



a companhia Gol Linhas Aéreas fez — o maior negócio da América Latina, se não me engano, nos últimos tempos — foi quando ela comprou da norte-americana Boeing 60 aviões Boeing 737 MAX, por 6 bilhões de dólares — 60 aviões. Esses aviões, obviamente, duram 15 anos, 20 anos. E a PETROBRAS, nos últimos 10 anos, gastou mais de 40 bilhões de reais fretando aeronaves.

Os senhores podem dizer: *“Mas, Altineu, fretamento tem pessoal, tem combustível.”* É verdade, tem. Mas a maior parte do contrato é de locação dos equipamentos.

Então, eu quero registrar isso aqui. É uma coisa que me chama muita atenção. São poucas empresas donas desse mercado, com cifras bilionárias. Eu espero que esse assunto possa ser investigado.

Na semana passada... Não é só esse assunto; vou citar outro assunto aqui agora. Eu tenho dito que muitos contratos ainda não foram alcançados e investigados. E a nossa CPI é uma CPI da PETROBRAS, para investigar a PETROBRAS, não a Lava-Jato. Senão, nós ficamos andando atrás daquilo que já foi investigado. *“Ah, mas não vai dar tempo!”* Então, nós vamos falar aqui em público, como eu estou falando, citar e, depois, encaminhar, no nosso relatório, enfim, para que essas coisas sejam investigadas, porque chamam muito a atenção.

É o caso dos contratos de fornecimento de tubos, Sr. Presidente. Tem duas companhias que fornecem tubos para a PETROBRAS. Contratos vigentes da PETROBRAS com a CONFAB correspondem a 8,5 bilhões de reais, até 30 de novembro de 2017. Um só contrato é de 6,9 bilhões de reais. Com a Vallourec, os contratos são de 27 bilhões e 900 milhões de reais, até 5 de novembro de 2017. Um só contrato é de 13,8 bilhões de reais. As duas companhias fornecem tubos para a PETROBRAS. Até março deste ano, a Vallourec, sozinha, concentrou 53% do valor dos contratos da PETROBRAS em 2015. Quando ela fechou um negócio, só um negócio dela, a estatal gastou 18,9 bilhões de reais.

E aí eu pergunto: será que nós não temos que apontar essas questões? Por que, durante todos esses anos que passaram, 4 bilhões foram comprados desse material? Será que os preços são compatíveis com preços de empresas no exterior? Por exemplo, será que a Exxon paga esse preço no exterior? Será que a Shell paga esse preço no exterior? Será que Saudi Aramco, da Arábia Saudita, paga esse



preço no exterior? Será que a empresa lá da Noruega paga esse preço no exterior? Ou será que esses aqui também possivelmente possam ser preços combinados?

Então, eu quero registrar que a cada reunião eu venho trazer aqui alguns contratos — mesmo que a gente não tenha condição de ouvir a todos; não vai dar para ouvir, não é? —, para a gente apontar contratos que eu considero contratos aí suspeitos. E por que suspeitos? Porque foram feitos nas diretorias dessas pessoas que corromperam a PETROBRAS. As mesmas pessoas que corromperam a PETROBRAS, que sentam aqui, os depoentes, os que fizeram parte dessa quadrilha, são as pessoas que assinaram esses contratos. Então a gente tem que desconfiar desses contratos, desse e de muitos outros que nós vamos trazer aqui.

Aliás, só para registrar, e finalizando, Sr. Presidente, os contratos estão na CPI, para qualquer Deputado ver — um requerimento que a gente fez. Foram entregues aqui, à CPI. Seria bom os outros Deputados darem uma olhada para poderem nos ajudar a estar apontando aqui esse tipo de situação.

Agora, Sr. Presidente, eu vou passar aqui ao depoente.

Sr. Leonardo, eu quero... Em primeiro lugar, bom dia ao senhor.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Bom dia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A primeira pergunta que eu faço ao senhor: o Alberto Youssef, ele apontou todas as contas no exterior?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Lembrando que V.Exa. tem 15 minutos. V.Exa. é autor também.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Muito obrigado, Excelência.

Ele apontou todas as contas que...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É um latifúndio de tempo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - ...ele tem no exterior? Que o senhor tenha conhecimento.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Que eu tenha conhecimento, sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor acha que ele apontou todas as contas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - A investigação está indo no caminho correto.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então ele ainda não apontou. Se a investigação está indo no caminho correto, ele não apontou.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu não posso responder isso para o Deputado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então o senhor já respondeu. Foi a primeira pergunta, e eu gostei da resposta do senhor. Não, o senhor está sendo sincero. Se a investigação está indo no caminho correto é porque ele ainda não apontou. Eu também acho que ele não apontou. Fala pra gente! O senhor sabe. O senhor não pode falar mais do que o senhor já falou?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso falar porque eu estou em acordo com...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor está em acordo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É. Em tratativas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor confessou à Justiça que o senhor possuía contas na China, pelas quais passaram mais de 440 milhões de reais, não é? A primeira pergunta que quero fazer ao senhor é a seguinte: quando o senhor entrou nessa operação, em relação a ter as contas na China, o senhor foi levado pelo Alberto Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, eu já tinha no passado. São empresas *offshore* e *traders*, que fazem importações, compra e venda de mercadorias. E eu já tinha, já, essas contas, essas empresas, independente de Alberto Youssef.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas esses recursos que entraram nessas contas, eles eram provenientes de onde?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Do que nós estamos tratando aqui. Na verdade, os contratos... Inclusive os contratos do...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Do Alberto Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, quer dizer, os contratos que o Alberto Youssef operava abasteciam essas contas também. Ele usou essas contas, vamos dizer assim.



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim. Tanto as do Brasil quanto as do exterior.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem o senhor apontaria, se o senhor disser... Se a gente fizesse a pergunta para o senhor aqui sobre quem era o principal comando que o Alberto Youssef atendia... De todos que ele atendia, quem era o principal?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso responder isso para o nobre Deputado porque eu não tenho esse conhecimento.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas o senhor não era sócio dele?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, mas eu não convivia no dia a dia dele.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas quem eram as pessoas mais importantes para ele? O senhor convivia, o senhor era sócio dele, amigo dele. Ele dizia: "*Era Fulano...*". Toda hora comentava: "*Fulano me procurou; Beltrano me procurou; Beltrano estava lá, Sicrano estava...*". Quem são as pessoas? Quem são os dois, três nomes que o senhor mais ouvia?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso responder isso para o nobre Deputado, me perdoe.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu só estou fazendo pergunta boa. As perguntas que eu posso fazer o senhor não responde. (*Risos.*) Então...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - As pessoas que estão no processo, Deputado. O Paulo Roberto...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, mas tem...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O Dr. Paulo, alguns políticos, as pessoas sobre quem eu já fiz as declarações e já confirmei tanto na Polícia Federal quanto na Justiça Federal.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor conseguiu reunir provas de outras contas no exterior que o senhor já entregou à Operação Lava-Jato?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Além dessas ações, em relação à Operação Lava-Jato, a essas empresas, qual o outro... Da PETROBRAS, qual o



outro assunto que o senhor resolveu para o doutor, que o senhor tratou com o Dr. Alberto Youssef? Eu também não estou me referindo ao caso da Labogen.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, as reuniões e as tratativas eram apenas de valores, não eram de onde é que veio, do porquê do recurso, ou de que obra que era. Isso não entrava nesse mérito da questão.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor responde a quantas ações penais?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Quatro.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Foi condenado em alguma?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Em uma.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Qual foi essa ação em que o senhor foi condenado? Por quê? Cinco anos?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Cinco anos e quatro meses, se não me falha a memória. Onde... Da qual já recorreremos. E indiciado em alguns inquéritos que estão em andamento.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor foi preso na Operação Lava-Jato?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Aí, o senhor permaneceu quanto tempo preso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Vinte e três dias.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E a delação premiada do senhor?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu não tenho delação premiada. Eu tenho uma colaboração espontânea, que está se transformando numa colaboração premiada. Está em curso, está em tratativas...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Por isso...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - ...com a Procuradoria-Geral da República e com a força-tarefa do Ministério Público do Paraná.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Por isso é que o senhor tem aqui, às vezes, limites nas suas respostas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E como é que foi, e como é que foi, assim... Onde é que o senhor viu que... Na realidade, o Dr. Sérgio Moro, nessa operação, vem fazendo um trabalho que considero muito aplicado, não é, junto com o Ministério Público, enfim, com a Polícia Federal. São muitas provas. E, óbvio, essas delações — e aí é que eu vou fazer uma pergunta ao senhor —, essas delações, essas colaborações premiadas, elas vão se cruzar num determinado momento, porque são muitas informações que eles têm, de todos os lados, não é, e isso vai, obviamente, com as provas que eles têm, fazendo a convicção, para o juiz condenar aqueles que cometeram crime. Por que o senhor resolveu fazer essa colaboração? O senhor está vendo que o assunto está caminhando?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, Deputado, a primeira pessoa... Desde o dia da deflagração da operação, a primeira pessoa que deu à luz, tanto para a Polícia Federal quanto para a Procuradoria, quanto para o Dr. Sérgio, em relação a contratos, a esclarecimentos, à forma de como a coisa se operacionalizava... Sem nenhum tipo de troca, desde o primeiro... Inclusive, isso foi base do meu pedido de liberdade, não é, que foi um relaxamento de prisão. Eu não tive nenhuma interposição judicial. Na verdade, foi uma revogação de prisão, porque a minha colaboração é... Eu, provavelmente, seja a primeira pessoa que tenha colocado os fatos de forma, com cronologia e com entendimento. E dentro dessas informações foi onde o bom trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público, que estão em desenvolvimento... E as pessoas, as informações se cruzam, na verdade.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quer dizer que, desde...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não tive nenhum benefício e não tive nenhuma troca até este momento. Foi de forma espontânea.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Desde o primeiro momento, o senhor demonstrou que está aí afim de colaborar.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, tanto que meu depoimento é uma confissão, o.k.?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E o Alberto Youssef, ele está falando a verdade ou a polícia vai descobrir aquelas contas que ele ainda não colocou?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Aí, o trabalho de investigação está num bom caminho.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Depois, o pessoal vai implicar comigo e dizer que estou olhando nos olhos das pessoas, porque esta semana veio uma depoente aqui que fez um olhar do tipo que responde aquilo que a gente estava perguntando. Eu sinto que, quando pergunto ao senhor também sobre essas situações, ele não está falando tudo, não é; ele está sonhando dinheiro no exterior.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nobre Deputado, eu não posso entrar nessa seara porque posso atrapalhar as investigações. Eu não posso comprometer.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas o senhor está ajudando as investigações então?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Desde o princípio da operação.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É porque o Alberto Youssef senta aqui com aquela cara de santo dele, cara de coitado; veio aqui outro dia e fez a maior falta de respeito com o colega, dizendo que: “Ah, que eu sou ameaçado...” O que é isso? O senhor me desculpe: ele foi seu sócio, mas é um bandido. Foi ele quem desviou esse dinheiro da PETROBRAS. Foi por ali que passou o dinheiro todo. Ele é peça central nessa questão. E, para mim, ele está mentindo para a polícia. Acho que o Dr. Sérgio Moro deve ter conhecimento disso, assim como o Ministério Público. Ele está escondendo, na minha opinião, muito dinheiro no exterior, muitas contas no exterior. E acho que o senhor deve ter essa posição mesmo de estar falando, porque essas coisas vão ser descobertas, não têm mais como não ser. Ele está enganando, está enrolando; vem aqui, participa do BANESTADO, participa disso, está metido nisso, está metido naquilo, com aquela cara dele de coitado.

Outro dia, foi colocado o assunto das contas, de que ele poderia ter contas em nome de familiar. É claro que ele pode ter conta em nome de familiar. Ele vai usar quem para lavar o dinheiro dele? *(Pausa.)*

Aí, o senhor já respondeu de novo. Essa aí eu não vou nem fazer, porque o senhor já respondeu. Eu não vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.



Ah! V.Exa. tem mais 5 minutos. Achei que o tempo de V.Exa. já tinha se esgotado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - V.Exa., Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Cabe a este Presidente cumprir o Regimento.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor tem sido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Generoso!

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - ...generoso com os Deputados. O meu tempo nem acabou, e o senhor já está querendo desligar o meu microfone aqui. Faça isso não, Presidente!

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Continuando...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A empresa... É isso, não é? O senhor quer que eu continue? O senhor vai responder? Então, responda aqui, para o Brasil ouvir: ele está escondendo as contas no exterior? Fala, doutor!

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso responder.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor é um jovem.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso responder isso para o Deputado porque pode atrapalhar minhas negociações. Não é por questão de não falar a verdade; é questão de procedimento mesmo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Entendi. A empresa DGX é sua?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Os maiores valores da RFY e DGX eram da Odebrecht?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perdoe-me, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Os maiores valores que passaram por essas contas eram da Odebrecht?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Inclusive.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas eram da Odebrecht os maiores valores. E mais de quem?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - De todas que, de todos os contratos que já foram entregues e já foram...



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas, por essas contas, além da Odebrecht, qual era a maior empresa que recebia dinheiro?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - As investigações já receberam as informações, e elas estão sendo analisadas. Eu não posso falar muito.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Como você fazia esse dinheiro chegar aqui no Brasil em espécie?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Também não posso responder ao nobre Deputado. Todas as informações já foram coletadas e entregues às autoridades competentes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Com qual representante da Odebrecht o senhor tratava?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu nunca tratei com ninguém da Odebrecht.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem era Naruto?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Pessoa com a qual Alberto Youssef tinha contato.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem era?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não sei quem é. Eu sei que ele tinha contato, tinha contato telefônico e de troca de mensagens. Mas...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Naruto era da Odebrecht, não é?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Provavelmente, sim. Eu tive conhecimento pela imprensa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E qual valor o senhor recebia para fazer essa transação?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Todas elas, 1%.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Aí, Sr. Presidente, é outra coisa a que a nossa CPI deveria estar atenta, e acho que o Dr. Sérgio Moro e o Ministério Público devem estar atentos: se o senhor recebia 1%, como é que a propina que eles pagavam era de 2%, 3%?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. Era 1% do valor que transitava. O valor da...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Fora da propina.



O SR. LEONARDO MEIRELLES - É. O valor da propina é sobre o contrato. É muito maior.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Esse era outro assunto?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Era muito mais. E, onde o Alberto Youssef não era doleiro, ele era lobista. Ele intermediava as duas pontas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Entendi, entendi. Então, era outra coisa. Então, esse 1% não era do contrato.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Do valor movimentado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Do valor do movimento. Então... Mas o senhor afirmou no seu depoimento que o Alberto Youssef não delatou todos os valores na delação dele. Eu queria que o senhor explicasse melhor isso. Eu já perguntei também.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Respondendo: as informações já foram entregues e estão em apuração.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, existia um valor sonegado, e o senhor já entregou as informações.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Já, já. As informações... Eles estão verificando a veracidade.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Olha, o senhor sabe que faria um bem ao Brasil — eu sei que o senhor foi sócio dele, imagino que o senhor está arrependido, o senhor é um jovem —, mas faria um bem ao Brasil se o senhor pudesse entregar essas situações que o Alberto Youssef está enganando o Ministério Público e o Dr. Sérgio Moro, porque ele está enganando todo mundo, fazendo todo mundo de bobo. Ele diz que está falando a verdade, está colaborando e tal, mas está mentindo, está guardando dinheiro.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Está fazendo de acordo com a conveniência.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Está fazendo de acordo com a conveniência. Então, ele está mentindo na delação dele. Ele mentiu na delação do BANESTADO e está mentindo na delação dele. É muito importante o que o senhor falou. Ele está fazendo de acordo com a conveniência dele. Acho que ele deve estar



querendo guardar o dinheiro para quando, um dia, ele sair da cadeia, achando que vai sair agora...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. usou a expressão “fazendo de acordo com a conveniência”. Aqui todos elogiaram a postura firme, rígida, do Juiz Sérgio Moro. O Youssef estaria enganando o Juiz Sérgio Moro?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - A palavra não é “enganar”, Deputado Luiz Sérgio. Na verdade, depois de 1 ano e 4 meses, 1 ano e 6 meses, estão vindo memórias e lembranças de coisas assim: “Ah, eu me lembrei!”. E isso depois de ano e meio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor está lembrando?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. Na verdade...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Deve tomar aquele remédio, Memorex.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - As informações que foram prestadas já estão com a Justiça e está sendo feita a devida apuração.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Porque, na realidade, o Alberto Youssef quebrou o acordo de delação premiada dele, de colaboração premiada no BANESTADO, não é. E acho que a palavra não é “mentindo”; mas ele sonega grande parte das informações. E, obviamente, sonegar, no caso da colaboração premiada, se for descoberto, é como uma mentira. Ele vai perder a delação premiada.

Sr. Presidente, eu teria mais 5 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor já me concedeu os 15 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. já falou por 21 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu tinha mais 22 perguntas. Mas, então, vou deixar para uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se V.Exa. quiser se inscrever como membro, ao final eu lhe darei a palavra. V.Exa. deseja a reinscrição?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Neste momento, não. Eu quero ouvir os companheiros.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou reinscrever V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Passa para mim aqui, Altineu.

V.Exa. tem um latifúndio de tempo, passe um pouquinho para o pessoal aqui.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, eu só estou tentando colaborar, Deputado. Eu sou apenas um soldado da CPI.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu sei, eu sei... Obrigado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O próximo autor, obedecendo-se à ordem, é o Deputado Onyx Lorenzoni, que tem até 5 minutos para falar.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, ao final de 5 minutos eu vou decidir se vou pedir o tempo de Liderança. Depois eu volto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Estamos aqui à disposição de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O.k. Obrigado, Presidente.

Sr. Leonardo, eu tenho algumas curiosidades em relação ao passo um pouquinho atrás do que a gente já sabe. É como o senhor disse: o que o senhor falou nós já sabemos. Está lá nos depoimentos, e a gente tem lido. O senhor fala que conhece o Sr. Alberto Youssef desde 2009. Correto?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Correto.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Muito bem. E daí para frente tem toda uma relação que vai ser rompida lá em 2014.

A minha pergunta é quanto ao Leonardo Meireles antes de 2009, o Leonardo Meireles de 2008. Quando é que o senhor fez a aquisição da Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Em 12 de maio de 2008.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, vamos voltar no tempo 3 anos: em 2005, o que fazia o Sr. Leonardo Meireles?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nobre Deputado, eu não vou responder a essa pergunta do senhor porque acho que não é pertinente ao assunto.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Muito bem. A outra pergunta que eu quero lhe fazer é a seguinte: como é que o senhor tomou a decisão — aí, sim — de comprar a Labogen?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Em virtude das tecnologias industriais que a empresa detinha, das patentes. A fábrica estava parada, paralisada há 2 anos, e eu achei que era um bom projeto para reestruturar a empresa e estar atuando novamente no cenário nacional de fabricação de insumos farmacêuticos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E essa aquisição foi feita em 2008.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O.k. Quando é que o senhor conheceu o Sr. André Vargas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Final de... No segundo semestre de 2012, para 2013, quando começaram as conversas e as tratativas para ver se o projeto ia dar sequência ou não.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E quem é que lhe sugeriu que a Labogen poderia ser um bom negócio?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Ninguém. Eu mesmo. Em 2009, através dos projetos de PDP, de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo de transferência de tecnologia, de fabricação para o Estado, ela precisaria de investidores, de força política e de recursos para que isso vingasse e frutificasse. Eu não tinha duas dessas condições. E, na época, quando conheci e convivi com o Alberto Youssef, fui explicando sobre o projeto. Eu já tinha conhecimento. Esse projeto começou em 2008 ou em 2009, com o Ministro Temporão. Algumas dessas Parcerias de Desenvolvimento Produtivo foram firmadas...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Em 2009, a Labogen firmou essa parceria?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, não. Começaram esses processos, não é, de transferência de tecnologia através desses contratos. E é uma das empresas que estão inseridas e que teriam as licenças necessárias para estar participando desses projetos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Em 2009, 2010, 2011, qual era o faturamento médio da Labogen sem os contratos do Alberto Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, a empresa ficou paralisada por 2 anos, não é? Eu estava reestruturando...



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, em 2009 e em 2010 ela não fez negócio nenhum?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Provavelmente, não.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Tá. E, em 2011, faturou o que, sem o Alberto Youssef e as suas operações?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não sei recordar agora. Mas toda a parte contável está entregue à Justiça Federal.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas não tem um valor?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não tenho. Não tenho agora como precisar aqui para o Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Tá. E em 2012...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Posso passar todas essas informações de 2009. Desde quando eu comprei até a deflagração da operação, eu posso apresentar as demonstrações.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Quantos por cento do movimento financeiro da Labogen eram por vendas de produtos fabricados pela Labogen? Quantos por cento do faturamento anual eram por vendas e quantos por cento eram das operações que o senhor fez com o Sr. Alberto Youssef, em busca de capital — eu já entendi — e apoio político, que veio pelo André Vargas, para o senhor poder fazer a parceria? Quantos por cento incidiam sobre o seu faturamento?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso responder isso, não, Deputado. As informações estão lá no processo, e eu não quero criar conflito de informações. Mas tenho como apresentar, sem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - De quantos por cento era a operação financeira que o senhor fez com o Sr. Alberto Youssef? (*Pausa.*) Na média, no ano de 2011, 2012...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Os valores estão todos declarados no COAF. Eu não sei precisar agora.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - No COAF, não. O COAF não tem nada a ver com isso.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim. O Banco Central. As operações são registradas no Banco Central e no COAF.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Vamos com calma, porque aqui tem alguém que entende.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O senhor levanta aqui um fato muito importante: em 2006, a normativa que altera a condição do mercado de câmbio no Brasil é na gestão Palocci...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito. O.k.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, isso é relevante, por uma razão objetiva: 1) desconectou a operação de câmbio contra a compra ou da confirmação da compra de bem...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Através da declaração de importação.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Exatamente. 2 - estabelece que, independente do capital social, a empresa pode fazer operação do tamanho que quiser.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Basicamente, sim.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E foi esta brecha construída pós-CPI dos Correios, pós-mensalão, que permitiu toda essa movimentação. Então, durante muito tempo no Brasil a gente achou que as coisas às vezes aconteciam por acaso; mas elas não acontecem por acaso, elas acontecem propositalmente. E o Banco Central — Presidente, eu já vou aqui anunciar que vamos atrás da área de câmbio do Banco Central e da área de normas do Banco Central, porque esse caminhão de bilhões e bilhões de reais que foi desviado da PETROBRAS encontrou caminho através de uma decisão que quebrou uma lógica que eu conhecia no passado, porque trabalhei com e para empresas que faziam compras de produtos para elaborar produtos no Brasil, inclusive do mercado chinês...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. deseja o tempo de Líder?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mais 5 minutos para o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, na verdade, esse fato eu considero, talvez, um dos mais importantes já surgidos na CPI, porque causava



muita espécie o fato de que o COAF, ao longo desse tempo todo, com as conhecidas limitações de pessoal e de estrutura do COAF, não tivesse em nenhum momento ligado o alerta por operações sucessivas de altíssimo valor que foram feitas no Brasil.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - A não ser que houvesse uma orientação para que assim fosse procedido. Então, o depoimento que o Sr. Leonardo Meirelles traz — e aqui não vai nenhum menosprezo ao senhor; por favor, eu quero ser respeitoso com o senhor — eu apenas posso classificar — e agora já não posso mais lhe perguntar, é o meu tempo de Líder —, eu posso classificar o seu trabalho, durante uma boa parte em que esteve vinculado à Operação da Labogen e das outras empresas junto a Alberto Youssef, como o de um lavador de capitais.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Fazia lavagem de capitais. Mas o senhor fazia a lavagem de capitais porque havia um espaço legal que lhe permitia fazer isso. O senhor recebia dólares, contratava câmbio para trazer algo e o dinheiro ia embora. E de lá o senhor operava ou para lá ou para cá, seja para que interesse fosse. E no sentido inverso, muitas vezes o dinheiro era colocado lá e acabava entrando aqui, o que é o reverso, e podemos lembrar das operações de dólar-cabo, que era uma forma muito conhecida de levar e trazer capitais para o Brasil. O Sr. Alberto Youssef trabalhou anos a fio nessas operações de dólar-cabo.

Sr. Presidente, eu quero dizer que, com a decisão tomada ontem pelo Supremo Tribunal Federal, de fazer um fatiamento das investigações da Lava-Jato, o Supremo Tribunal Federal nega decisões anteriores. Existem inúmeras decisões anteriores que diziam que as CPIs deviam investigar o fato principal e todos os fatos conexos. Numa operação do tamanho da Lava Jato, o Ministro Gilmar Mendes lembrou bem, ontem. Os fatos conexos são tão importantes quanto o fato principal. E o fatiamento efetuado ontem nada mais é — e agora quem está dizendo sou eu, Onyx Lorenzoni — do que a partidarização do Supremo Tribunal Federal.

O atual Governo foi ao limite extremo de colocar como Ministro do Supremo Tribunal Federal alguém desqualificado chamado Ministro Toffoli. O Ministro Toffoli tinha como atributo pessoal apenas, na sua biografia, o fato de ter sido advogado do



PT, nada mais do que isso. E coincidentemente é ele que vai presidir o inquérito, provavelmente, onde será avaliada a situação de Paulo Bernardo, a situação de Gleisi Hoffmann, retirando do Dr. Sérgio Moro essa atribuição. Isso é um fato da maior gravidade.

Fatos como esse e um dado de extrema relevância, como aqui foi trazido por alguém que operou nesse mercado... O Sr. Leonardo Meirelles tem lá seus problemas e vai resolver com a justiça, mas o Sr. Leonardo Meirelles se aproveitava de uma oportunidade de negócio que foi criado no país chamado Brasil, e foi adotado por comando ou diretamente pelo Ministro Palocci, que nós já sabemos que é o mesmo que praticou operações não muito recomendáveis. A própria CPI está investigando, junto com a Operação Lava-Jato, uma tomada de dinheiro indevido do assalto da quadrilha na PETROBRAS para a campanha do Presidente Lula, para a campanha da Presidente Dilma. Portanto, o Ministro Palocci é alguém a quem o Brasil tem que olhar com muita atenção. E eu quero dizer, Sr. Presidente, que nós do Democratas vamos atrás de quem é que tomou essa decisão dentro do Banco Central, desvinculando o mercado de câmbio. Primeiro, de que produto viria ao Brasil, apenas uma declaração era suficiente; e, segundo, desvinculando da capacidade financeira óbvia para fazer operações dessa magnitude. Ou uma empresa tem capital ou não tem capital ou essa empresa tem faturamento que autorize ou contratos que autorizem a operação de câmbio. Então, no momento em que isso é fragilizado, está muito próximo, Sr. Presidente, daquilo a que nós estamos assistindo aqui no Congresso Nacional, de um trabalho que tem sido feito nos escaninhos do Congresso Nacional, para abrir a possibilidade da repatriação de recursos que estão no exterior. Eu me lembro de um projeto que ajudei a dar conta na Legislatura anterior, lá na CCJ da Câmara, em que um dos autores é o Deputado José Mentor — eu já concluo, Sr. Presidente —, que era um projeto criminoso: trazer dinheiro de fora do Brasil, sem ter que dar nenhuma explicação, pagando uma taxinha bem pequena, ou seja, seria o Governo lulopetista referendando que o Brasil pode se valer do dinheiro obtido com crime, seja ele do tráfico de drogas, seja ele do tráfico de produtos, seja ele obtido com os descaminhos da corrupção existentes dentro do Brasil.



Então, eu estou trazendo este alerta e concludo, Presidente, dizendo da importância de a CPI da PETROBRAS não se concluir em novembro. Há fatos gravíssimos vindo à tona. O Deputado Altineu trouxe mais uma coleção de dados importantes em relação à PETROBRAS — está falando aqui de fretamento aéreo, que obviamente precisa ser revisto. Nós temos as delações que estão ocorrendo neste momento, de novos atores nesse esquema criminoso que afetou a PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Estivemos aqui esta semana com a Sra. Venina, que disse com todas as letras que ela avisou a Maria das Graças Foster, que ela avisou a José Sergio Gabrielli, que ela avisou à Diretoria-Executiva da PETROBRAS, que o corpo técnico que ela comandava comunicou ao Conselho de Administração, que a Ministra Dilma Rousseff sabia que a RNEST, lá em Pernambuco, era um saco sem fundo de superfaturamento. E nada ninguém fez. Por ação ou omissão, praticaram crime de responsabilidade.

Portanto, esta CPI deve continuar, independentemente desse limite temporal, Presidente, de novembro. Ela deve avançar até dezembro, janeiro, fevereiro, porque o Brasil precisa tentar limpar e sanear a maior companhia que este País já teve. E esta CPI precisa continuar dando eco à Lava-Jato, porque as forças do Governo e do petismo — e falo isso com todo o respeito ao Partido dos Trabalhadores, pois estou me referindo ao petismo, que é uma doença que tomou conta do Brasil — já minaram o Supremo Tribunal Federal.

Não é aceitável nem é possível que se venha a calar a possibilidade de a sociedade brasileira se informar a respeito dos desdobramentos da mais importante investigação já feita neste Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O Brasil era um antes da Lava-Jato e será outro depois da Lava-Jato. Mas, entre o Dr. Sérgio Moro, os investigadores do Ministério Público e a sociedade brasileira, esta CPI tem um papel fundamental, Presidente Hugo Motta, que é de transferir, simplificar e permitir que, pedagogicamente, a população brasileira possa mudar a cultura de corrupção neste País.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo autor é o Deputado Ivan Valente. V.Exa. tem a palavra por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria que o meu tempo de Líder fosse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer usá-lo antes ou depois dos questionamentos?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Antes?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Além disso, eu estou inscrito. Poderia acoplar também esse tempo, Sr. Presidente? V.Exa. poderia acoplar o meu tempo de inscrição também? Eu vou precisar de tempo agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem 3 minutos como Líder. O tempo de V.Exa. foi reduzido de 5 para 3 minutos, diante da diminuição da bancada.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, a bancada foi aumentada. Ela ganhou mais um membro! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então me desculpe, Deputado Ivan. V.Exa. tem direito a 5 minutos por semana. Como V.Exa. já usou esses 5 minutos, V.Exa. tem 3 minutos a cada vez que necessitar usar da palavra.

Então, V.Exa. tem esses 3 minutos, além de 5 minutos como autor e de mais 3 minutos como membro. V.Exa., portanto, tem 8 minutos para questionar e 3 minutos para fazer a fala. V.Exa. quer fazer a fala ou quer questionar primeiro?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Sr. Presidente. Primeiro eu vou fazer a fala.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, só quero fazer um registro, com todo o respeito ao Deputado Ivan. Eu sou totalmente a favor da conta que V.Exa. fez. Eu concordo que o tempo seja adicionado. Mas essa não era a regra anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso. Não era a regra anterior.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, ela valerá a partir de hoje. Eu fico satisfeito e aplaudo a decisão de V.Exa. Era só isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não era a regra anterior. É verdade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu acho que o Deputado Altineu também usou...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - V.Exa., como sempre, está abrindo concessões para o Deputado Ivan Valente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ainda bem que o juízo não foi feito por mim, foi feito pelo companheiro Deputado Augusto Coutinho. Que isso sirva para V.Exa. reconhecer que este Presidente tem sido benevolente com V.Exa. desde o início do nosso trabalho.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Muito generoso, Sr. Presidente! Muito generoso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem 3 minutos pela Liderança do PSOL, partido que cumprimento pelo grande aumento da sua bancada esta semana.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O aumento foi de 20%, mas foi de qualidade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não tenho dúvida!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Deputado Glauber, sem dúvida, foi uma incorporação importante, muito bem-vinda.

Sr. Presidente, eu queria primeiro colocar o seguinte: eu quero anunciar aqui à CPI que eu estou entrando hoje com um pedido de acareação entre o Sr. Alberto Youssef e o Sr. Leonardo Meirelles.

Eu faço um pedido de acareação e que ele seja votado, Presidente, o mais rápido possível. Eu vou explicar por quê. Eu estou aqui primeiro com... O Sr. Leonardo Meirelles não é uma peça secundária no processo, isso não é verdade. E eu acho que o tratamento que está sendo dado aqui é o de uma peça a mais no processo de lavagem de dinheiro. E vou dizer por quê: ele operou, junto com Sr. Youssef, 400 milhões de dólares! O senhor foi... O senhor, inclusive, disse que foi buscar...

(Não identificado) - De reais!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - De reais, que seja!



O senhor foi à China buscar documentos para incorporar. E o senhor foi condenado a 5 anos e 4 meses, mas ficou só 23 dias preso. Veja a quantidade de recursos que o senhor operou, e teve a sua prisão revogada rapidamente.

Ao mesmo tempo, eu estou aqui com a petição da advocacia do Sr. Alberto Youssef. O Deputado Altineu deveria estar aqui, eu queria que ele estivesse, para ver que uma longa digressão da advocacia do Sr. Youssef trata do Sr. Meirelles como *“um criminoso confesso, mentiroso contumaz, uma figura já caricaturada por engenheiros em ‘O Homem Medíocre’, que goza de privilégio, age nas sombras”*. E diz mais: *“A quem interessa atacar o acordo de colaboração de Youssef? Quem é o mentor verdadeiro da postura de Meirelles e a quem ele serve?”*.

Eu quero que o senhor fale sobre isso depois da minha fala. Veja, veja: aqui foi dito muito que a colaboração do Sr. Youssef deve ser anulada. É isso que está sendo falado aqui. Na minha opinião, se quiser saber, todos os grandes de delação premiada aí esconderam patrimônio, em geral! O Sr. Barusco está lá na sua mansão tomando uísque e tal, liberado, etc., e repassou 97 milhões de dólares, Deputado Altineu. Todos eles!

O problema principal aqui é outro. Realmente, por que o Sr. Meireles e o Sr. Youssef tiveram, então, esse atrito? Então até eu quero que... Seria muito importante para a CPI que o Sr. Meirelles falasse como conheceu o Sr. Youssef, como ele se tornou sócio do Youssef.

E diz aqui a matéria do *Estadão*: *“Testa de ferro de Youssef afirma que doleiro operava também para o PSDB”*. Eu vou querer que o senhor explique essas questões todas. O senhor pode, primeiro, responder? Eu já estou no meu tempo dos 8 minutos.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito. Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É, é... Respondendo aos questionamentos que o nobre Deputado colocou, é, é... Eu nunca tive contato com nenhum político, eu nunca tive contato com nenhum funcionário da PETROBRAS e nem de nenhuma outra estatal. E todos os questionamentos...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu não estou perguntando isso; eu estou perguntando como é que o senhor conheceu...



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Bom, eu estou respondendo!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É que o meu tempo...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É curto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A não ser que o Presidente me dê o tempo.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É lógico.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu preciso de respostas bem diretas, entende? Como o senhor conheceu o Youssef? Como é que o senhor se tornou sócio dele? Só isso me interessa; o resto não é importante.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É... Foi em 2009. É... Tudo isso já é público, está nos meus depoimentos, tanto na Polícia Federal quanto na Justiça Federal.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço a V.Exa. que seja objetivo, novamente.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Conheci ele em 2009.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Onde?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Em São Paulo, através de Waldomiro de Oliveira. E durante...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quem é o Waldomiro de Oliveira?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O... A pessoa que era proprietária das empresas MO Consultoria, Empreiteira Rigidez.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - E RCI.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não. O senhor se tornou sócio rapidamente dele...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, não me tornei sócio. Num primeiro momento, foi questionado a mim o posicionamento em relação às operações, e, num segundo momento, em 2012, foi quando houve a possibilidade e onde ele se tornou meu sócio, de 2012 a 2013.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor acha importante fazer acareação com ele aqui?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Já foi pedido por mim.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A Polícia Federal já fez?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu, eu... Nós já fizemos esse pedido.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas já foi feita acareação na Justiça?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - No Juízo, na Justiça Federal do Paraná.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Já foi feita a acareação?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. Não foi feita acareação, porque foi negada pelo Dr. Sérgio Moro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu peço aos Deputados que nós aprovemos, Deputado Pansera, a acareação, porque ela é muito importante.

Em segundo lugar, eu vou ler aqui agora um texto da delação, da delação, não, do processo do Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, a denúncia que foi feita pelo Ministério Público Federal:

“Júlio Camargo se valeu do auxílio de Alberto Youssef para operacionalizar o pagamento de parte da propina mediante forma de ocultação e dissimulação. Pela primeira vez, foram transferidos valores a partir da conta de Júlio Camargo no Banco Cramer, na Suíça, em nome da empresa Vigela Associated para as empresas RFY e DGX, ambas de Leonardo Meirelles, (...)”

Certo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Correto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - *“(...) doleiro que trabalhava com Youssef. Foram feitas transferências da ordem de 2,350 milhões de dólares (...)”*

Certo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É, É...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - *“(...) para a conta da empresa RFY.”*

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso responder, Deputado, em virtude do meu acordo que está em andamento. Mas essas informações já foram prestadas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor conhece o Sr. Júlio Camargo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não conheço.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Conhece o Sr. Fernando Soares, o Baiano?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - De vista. Não tenho contato.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - De vista onde?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É... No escritório de um dos sócios que participavam do projeto na GPI em São Paulo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - G?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - GPI.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O que é GPI, por favor?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Paulo Leoni Bergamaschi Ramos, o cara do Collor!

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Era um dos sócios do projeto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Em sequência: *“Corresponde ao primeiro depósito (ininteligível) foi entregue para o Leonardo Meirelles em espécie. Dois milhões e 355 foram entregues em espécie no escritório de Alberto Youssef no Brasil pelo senhor”*. O senhor entregou?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso responder a essa pergunta, Deputado, porque estou em decurso de um acordo com a Procuradoria-Geral da República.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Aqui está escrito o seguinte: *“Inclusive em apreensão no escritório (...)”*

Vou lhe dizer: o senhor pode falar aqui, o senhor pode falar, sabe por quê? Aqui está na denúncia: *“Inclusive, em apreensão no escritório de Alberto Youssef, foi apreendido o extrato da conta RFY, demonstrando que referida conta era utilizada pelo Youssef. Alberto Youssef e Leonardo Meirelles já foram denunciados por evasão de divisa e lavagem de dinheiro”*. É óbvio! Tem até recibo lá no escritório do Youssef.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O.k. Não vou responder a esta pergunta, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou lhe dizer mais: *“O repasse ocorreu por meio de duas entregas de valores (...)”*

Veja: o Youssef no Brasil, depois que o senhor entregou os 2 milhões, ele, o Youssef se encarregou de repassar os valores para os destinatários finais, que eram os denunciados Eduardo Cunha e Fernando Soares.



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso responder a essa pergunta, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor tem conhecimento disso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor tem conhecimento de que foi entregue ao Fernando Baiano e ao Eduardo Cunha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso responder a essa pergunta para o Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - *“O repasse ocorreu por meio de duas entregas de valores em espécie no escritório de Fernando Soares no Rio de Janeiro. Ambas foram feitas pelo entregador de Youssef, Jaime Oliveira, o Careca, sendo que, em uma das entregas, Alberto Youssef foi pessoalmente com ele.”*

É interessante isso, não é? O senhor conhece o Jaime Careca também?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Deixe-me fazer uma colocação, Deputado. Na verdade, todas as informações, todas as declarações, todos os extratos, todas as informações pertinentes a todas essas questões que o senhor está fazendo já foram entregues no Juízo e estão fazendo parte de um acordo. Eu não posso responder por força desse acordo que está sendo exigido neste momento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu só estou colocando tudo isso, Presidente, porque, na verdade, o Sr. Leonardo Meirelles, como a denúncia prova, é uma figura importante nesse processo, não é tão desconhecido. Inclusive, ele não quer falar aqui, mas ele ia frequentemente ao escritório do Youssef, ele era sócio de Youssef.

E eu vou lhe dizer mais: o senhor deveria dizer aqui quais são os políticos que o senhor conhece que iam ao escritório do Youssef buscar dinheiro em espécie.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor pode dizer quem são?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu gostaria de dizer, mas não posso informar, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o senhor confirma que iam buscar dinheiro?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Óbvio. As investigações...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vários Deputados?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Muitos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Muitos denunciados na lista do Procurador Janot?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito. Mais uma pergunta: aqui no seu processo, o senhor cita inclusive, na questão do padrinho, que o senhor ouviu conversas que inclusive muitos políticos, não só do PT, do PMDB e do PP, mas também — aí é o senhor falando — *“acredito que do PSDB também, e, eventualmente, algum padrinho político do passado e provavelmente conterrâneo da região do Sr. Alberto Youssef”*. Inclusive, numa citação aqui, diz o seguinte: *“O Senador reeleito Álvaro Dias confirmou que em sua campanha de 1998 a empresa Táxi Aéreo San Marino, que pertenceu ao doleiro Alberto Youssef...”* Ele fala: *“Houve contratação de horas de voo para a equipe da campanha, mas não para o meu uso, afirmou Dias, deixando claro que nunca utilizou avião fretado pelo doleiro Youssef.”*

O senhor confirma que esse padrinho da região de Londrina pode ser o Senador Álvaro Dias?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso responder, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o senhor não pode responder por que a essa pergunta? Isso está na delação premiada?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu não estou fazendo delação premiada. Estou fazendo uma colaboração espontânea.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É por causa disso? E tem a ver com essa questão?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Talvez.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ou o senhor não quer responder?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Talvez. Talvez tenha. Eu não posso responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Deputado Ivan...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu pediria que V.Sa. respondesse a essa pergunta, porque eu acho que ela não tem nada a ver com a colaboração que V.Sa. está fazendo.



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Vou permanecer em silêncio, de acordo com meu direito constitucional, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o senhor não tem um *habeas corpus* aqui não é? O senhor pode permanecer em silêncio, mas, então, a pergunta o incomoda, não é?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, não me incomoda. Eu só não posso...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, uma última pergunta, Presidente, para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - O seu latifúndio já foi todo consumido, não é?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas houve latifúndios aí, o do Deputado Covas, em que ele ficou parado nos 10 minutos, e eu anotei aqui também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Vamos à última pergunta, então, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ouviu, Deputado Covas? V.Exa. parou nos 10 minutos e falou mais 5 ainda. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu não falei nada do seu tempo, e V.Exa. fala do meu?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu falo porque V.Exa. é um privilegiado do PSDB aqui. A última pergunta é a seguinte: realmente, eu queria entender o que o senhor foi fazer na China, que documentos são esses? O senhor parece uma pessoa até jovem. Quantos anos o senhor tem?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Quarenta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quarenta anos? O senhor é bem aquinhoado mesmo, porque o senhor já lidou com 400 milhões de reais, foi para a China, não quis dizer ao Deputado Onyx o que o senhor fazia em 2005. Mas o que o senhor foi fazer na China exatamente? Que transações eram essas na China com suas empresas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Deputado, essas informações já foram entregues à Justiça, e eu fui num processo de colaboração tanto com a Procuradoria-Geral da República, quanto com o Ministério Público.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eles acompanharam o senhor?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eles sabem de todo o processo, é lícito, é público, e inclusive o juízo dessa ação também. Todos têm conhecimento, e os documentos já foram entregues e eu não posso antecipar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o senhor tem contas no exterior? O senhor podia citar quais são?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu já respondi a essas perguntas. Acho que o senhor não prestou atenção, mas essas perguntas eu já respondi a todas elas, mas, de qualquer forma, é RFY.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Última pergunta, Presidente: o senhor, a exemplo de outros que fizeram colaboração, vai devolver dinheiro aos cofres públicos?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não há o que devolver, no seu caso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - No meu caso, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Queira concluir, Deputado. Vamos passar para a lista dos inscritos, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A colaboração não impõe ou o senhor é que não vai devolver? É isso que eu queria entender.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Isto está dentro da tratativa da colaboração.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Esgotadas as perguntas dos autores de requerimento, vamos passar para a lista dos inscritos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu só queria que V.Exa. me inscrevesse aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Tudo bem.

Tem a palavra o Deputado Izalci, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, só 30 segundos: eu queria a atenção do Deputado Ivan Valente, porque o Deputado Ivan Valente propôs



aqui uma acareação que poderá ser muito interessante. Só quero trazer um dado: ela só pode ser feita depois da homologação pelo Dr. Sérgio Moro do acordo que está sendo construído pela defesa do Sr. Leonardo Meirelles. Senão, nós vamos cair naquele mesmo limbo, onde a própria Lei nº 12.850, de 2013, determina que, enquanto não for feita a denúncia, não se retira o sigilo. Nós estamos discutindo que, entre a fase da homologação até a denúncia, esta CPI, ou qualquer CPI sobre reunião reservada, aí os dois estariam obrigados a falar. É só isso. Eu vou votar a favor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Eu sei, Deputado Onyx. Ele sabe disso...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ...e concordo com a proposta. É só para chamar a atenção de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Vamos, vamos, Srs. Deputados. Isso está superado. Vamos para os inscritos. Nós temos dez Deputados inscritos para falar.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, é rapidinho. A proposta foi do próprio depoente. Ele está se propondo a fazer a acareação

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Ele estaria impedido se ele não quisesse fazer essa acareação. A proposta foi dele, então não cabe o que o Deputado Onyx está citando. Ele poderia vir, como é intuito dele, é interesse dele fazer a acareação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Vamos aguardar o requerimento do Deputado Ivan Valente...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas as duas defesas se escudariam atrás da lei. Esse é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Vamos passar para a lista dos inscritos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, V.Exa. está no exercício agora. Nós vamos entrar com o requerimento hoje mesmo. Gostaria que ele fosse recebido numa reunião administrativa na semana que vem e que a Comissão



aprovasse a acareação. Depois nós vamos ver quais são os trâmites que são necessários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Eu passo sua demanda para o Presidente Hugo Motta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa., inclusive, está com uma postura de Ministro aí na Presidência. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Deputado Izalci, V.Exa. tem a palavra por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu quero que V.Exa. adicione meu tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Então V.Exa. tem também 3 minutos mais 8 minutos de Liderança; primeiro Liderança e depois perguntas?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vou falar pela Liderança e, depois, no final, eu faço as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - São 8 minutos mais 3 depois.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas já vai anotando as perguntas para responder depois.

Bem, em primeiro lugar, o que eu disse em Curitiba, quando nós estivemos lá, eu fui o primeiro a levantar a questão da Medida Provisória nº 315, de 2006, que veio para o Congresso, em 2006, e que foi transformada na Lei nº 11.371. O que o próprio Procurador recentemente disse é que essa operação, mensalão, petrolão, eletrolão, tudo que tem "lão" aí, nessa lama, foi elaborada minuciosamente, detalhadamente, no Gabinete Civil do Presidente Lula, sob a liderança do Sr. José Dirceu. Então nada é por acaso. Tudo em que esse Governo percebe que há uma demanda popular, uma demanda empresarial, ele aproveita essa demanda e resolve sua vida.

Vou dizer aqui o que eu já disse algumas vezes. O Mais Médicos, ninguém é contra o Mais Médicos, mas aí aproveitam a demanda, o apelo popular... *"Como é que nós vamos desviar recursos do Mais Médicos?"* Aí resolvem a questão do desvio e a questão do apelo popular. Competitividade: lá atrás, o Brasil tinha dificuldades com relação à importação e à exportação, burocracia. Aí, então: *"Não,*



as empresas estão demandando que melhora a competitividade, senão nós vamos perder e tal"... Aí fazem então a medida provisória, mandam para cá, para atender essa competitividade, mas, evidentemente, por trás disso já estava o planejamento de como mandar para o exterior, ou desviar recursos via operação de câmbio. Aí fizeram a medida provisória minuciosamente. O Sr. Waldomiro, que é amigo de V.Sa., ele tinha o escritório de contabilidade, várias empresas paralisadas, e oferecia essas empresas para emitir nota fiscal fria. Essa era a operação. Chegou um determinado momento, alguém o procurou, provavelmente o Youssef, e disse: "Ó Waldomiro, estou com um problema aí, rapaz, eu preciso mandar um dinheiro para fora. Conhece alguém?" Aí ele disse assim: "Não, tem um amigo meu lá, Leonardo".

V.Sa. comprou a Labogen após a MP 315/06. V.Sa. já sabia, naquele momento, que havia uma facilitação muito grande para importar e exportar ficticiamente, sem contrato, sem nada, sem controle nenhum. E aí V.Sa. pegou uma empresa, a Labogen, que é uma empresa familiar, de credibilidade, que tinha projetos maravilhosos, era muito respeitada no mercado, e que tinha todo o processo aprovado no exterior, de importação, de exportação, tinha tradição nesse ramo. Quebrou em função de governo, provavelmente por falta de financiamento, por falta de privilegiar, realmente, de incentivar a pesquisa no Brasil, como sempre foi feito, inclusive agora, principalmente.

E aí o que acontece? Percebendo isso, que havia essa empresa, V.Sa., não sei se era o ramo, "Vamos comprar algumas empresas aí". Tem gente que faz isso, compra as empresas para fazer alguma coisa. Como acho que V.Sa. já conhecia esse mercado, comprou essa Labogen, para, primeiro, fazer de fato operações de importação e exportação. E olha o que eu vou dizer para você, 1%... Alguém perguntou: "Quanto é que você está pensando em devolver?" Se tiver que devolver alguma coisa, com este câmbio de hoje, a R\$4,15... As operações feitas pela Labogen montam 1 bilhão, 845 milhões e 335 mil. Se tiver que devolver 1% disso, serão 18 milhões. É uma grana razoável.

Então V.Sa. comprou essa empresa e, atendendo a indicação do Sr. Waldomiro para o Sr. Youssef, V.Sa. passou a operar essa instituição, essa empresa que já tinha os registros todos na ANVISA, provavelmente, no Banco Central, na Receita Federal... Então, caiu ali como uma luva. O objetivo não era



simplesmente tocar o negócio, era fazer operações a cabo e transferências de recursos.

V.Sa. já deve conhecer a Nelma, o Sr. Carlos Roberto. O Alberto Youssef utilizou a operação de câmbio com a Nelma, que foi até amiga dele, depois passou para o Carlos Roberto também e passou a operar também com a Labogen, quando virou sócio. Na realidade, não era sociedade. Havia uma conta corrente, uma dívida, e para saldar a dívida como é que você vai pagar isso para o Alberto Youssef? Ele disse: *“Não. Então vamos fazer isso. Vamos fazer uma sociedade aqui e tal”*. Mais ou menos foi isso. Não havia, realmente, esse entendimento de criação de uma empresa em conjunto, foi uma questão de saldo de dívida.

Mas essa empresa operou? Porque ela tinha milhões de dívida. Tanto é que V.Sa. a comprou de graça. Comprou, não, assumiu um passivo de milhões de dólares, que não iria pagar nunca. É. Pegou a empresa não foi para resgatar. E, evidentemente, começou a vender, vender não, a fazer esse trabalho, ganhando comissão de 1%. Depois apareceram outras oportunidades, com o André Vargas, o Vaccari, mais alguém que tinha penetração política. E aparece, então, a grande oportunidade do Ministério da Saúde, com o Sr. Padilha, etc. E veio aquela tentativa de operação com o Ministério da Saúde, envolvendo o Padilha.

Então eu pergunto — não entrei na parte de perguntas ainda. Tenho mais 3 minutos. Primeiro isto: confirmando, acho que você já confirmou que a medida provisória abriu mesmo a porteira. Segundo as informações que nós tivemos da Nelma e da sua amiga, eles operavam dessa forma, pegavam um monte de empresas paralisadas, fictícias, empresas fantasmas, e daí emitiam as notas, iam lá e faziam o câmbio. Não havia conferência nenhuma. A empresa de alimentação exportava material eletroeletrônico, a empresa de... qualquer empresa... porque não havia e não há esse controle por parte da Receita Federal, do Banco Central...

Eu ouvi isso aqui outro dia do Diretor de Fiscalização do Banco Central. Ele disse que é o melhor sistema de controle do Banco Central e que foi elogiado pelo Banco Mundial. Pois não, fica à tarde para você ouvir aqui o corretor da TOV, que também fez centenas de operações fictícias, porque não há controle nenhum.



Vamos começar as perguntas, então. Quando V.Sa. comprou Labogen — é óbvio que já conhecia a fragilidade da lei e da MP 315/06 —, V.Sa. já fazia esse tipo de operação antes, em outras empresas, antes da Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nunca exportou nem importou nada.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nunca fiz... O senhor está fazendo uma referência em relação a câmbio, mercado paralelo...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não. Importação e exportação?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não. Nunca mexeu com isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Foi a partir da Labogen.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - A partir da Labogen. Deixe eu só fazer uma colocação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem era o especialista que orientava você nessas operações? Porque, pelo jeito, V.Sa. não era do ramo.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não era do ramo, mas tinha um pouquinho de conhecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em importação e exportação?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Tenho conhecimento da lei...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Do processo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Do processo e de como... Só para eu fazer uma colocação...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vou fazer as perguntas, e se V.Sa. puder anotar, porque vai acabar o meu tempo e eu não consigo fazer as perguntas. Primeiro é isso, essa fragilidade da MP 315/06. Eu queria que V.Sa. mostrasse... porque o objetivo da CPI inclusive é aperfeiçoar o sistema.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nós temos que mudar a legislação. Então a MP 315/06, não tenho nenhuma dúvida hoje de que ela foi feita premeditadamente, minuciosamente, para poder viabilizar o petrolão. Imagine: como pegar todo esse dinheiro da corrupção, que são bilhões, e jogar para as contas no exterior? Tinha



que haver uma fragilidade, e aí veio a MP 315/06. Peço que fale um pouquinho sobre essa fragilidade, que você conhece bem.

Então houve aqui uma operação. Primeiro, a Malga, foi colocado num depoimento aqui que, em um determinado momento, foi vendida. Era de sua propriedade também, você era sócio e depois vendeu essa empresa. Eu pergunto: a empresa Malga foi adquirida por V.Sa., por Alberto Youssef e depois também por Luiz Argôlo? Essa é a pergunta, a primeira.

A segunda pergunta entra naquilo que você já falou, mas eu quero mais detalhes. No depoimento do Alberto Youssef, o Pedro Paulo pediu que recebesse por conta da operação na BR alguns recursos no exterior, que foram mandados então para a RFY, no HSBC, Hong Kong, controlada por Leonardo. Eu pergunto: V.Sa. poderia dizer se a empresa RFY Importação e Exportação, controlada por V.Sa., recebeu 2 milhões de dólares em razão da operação conduzida por Pedro Paulo? V.Sa. confirma que entregou os reais correspondentes aos 2 milhões de dólares a Alberto Youssef aqui no Brasil, mais especificamente no escritório da GFD? V.Sa. manteve algum tipo de contato com o Pedro Paulo e com o Senador Fernando Collor?

Eram essas as considerações, mas, principalmente, com relação à medida provisória, porque eu acho que o "x" da questão está aí. Realmente, o Deputado Onyx tem razão, assim como o Deputado que também levantou essa questão de que V.Sa. não é periferia. V.Sa. está no meio do furacão, tendo em vista o volume de importação e exportação, que chegou a 444 milhões de dólares, que hoje correspondem a quase 1 bilhão e 800 milhões.

Eu sou bem pontual, Presidente.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Antes do começo das respostas, Deputado, na verdade, a empresa é apartidária, não tem nenhuma conotação de cunho político.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Lógico.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Ela forneceu para o Ministério da Saúde durante 14 anos... Ela importou, ela fabricou, ela entregou...

O SR. DEPUTADO IZALCI - A Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, a Labogen, sim, senhor.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Lá atrás, não é, antes de você. Você a comprou para outra coisa.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, o senhor está afirmando e eu tenho o direito de...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Está certo? Então parece que as coisas não foram por acaso ou porque a empresa, da noite para o dia, pode fazer um volume de recursos dessa maneira. Então ela não...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só para você não perder o raciocínio, é o seguinte: você comprou a empresa que tinha tradição no mercado de importação e exportação, etc. Aí, você comprou, sabendo que tinha milhões de dólares de dívida, deixou paralisada por 2 anos...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, ela já estava paralisada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, já estava, mas continuou paralisada na sua gestão. Aí veio o Alberto Youssef e começou o grande negócio, não é?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, é assim: nesse período, eu estava atrás de investidores, de pessoas que fizessem o investimento para que o negócio acontecesse. A oportunidade do câmbio, em específico, foi para levantar recursos para saldar alguns compromissos que eu tinha mensalmente. Isso já está nos depoimentos, está comprovado, tanto na Polícia Federal, quanto na Justiça Federal, que eu tinha um custo aproximadamente de 80 a 100 mil reais por mês com despesas com funcionários e com atividades na empresa de importação, não de fabricação, neste momento, foi quando teve a brecha e quando eu conheci o Alberto Youssef, respondendo já a duas perguntas do Deputado. Então, a fragilidade, quem é que fez a medida provisória, se foi por conta de quem foi, eu não posso afirmar e seria leviano da minha parte colocar isso de forma que não seja a verdade. Em relação à Malga...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tem fragilidade, tecnicamente, você sabe, não é?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Tanto tem que não foi específico com a Labogen. É o mercado como um todo, que aí acho que vocês vão investigar e vão chegar ao caminho, ao bom termo. Em relação à Malga, realmente era uma



empresa de minha propriedade que executou pequenos serviços de subcontratação de empreiteira, e houve uma oportunidade de uma construção de um consórcio chamado NGT, do qual haveria locação de alguns equipamentos, e o Alberto me chamou e me questionou se eu teria uma empresa do setor ou do ramo, e eu disse que teria, e tinha, tanto é que a empresa operacionalizava, mas pequenos contratos. Aí eu vendi para ele por 300 mil reais, mas não recebi, inclusive, na oportunidade. E havia outras pessoas que estavam envolvidas no processo. Isso está dentro do acordo da Procuradoria.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Além do Luiz Argôlo, há mais alguém como sócio?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - A princípio só o Argôlo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só o Argôlo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O Argôlo. Os nomes das pessoas que estão no contrato não condizem. Então, basicamente é isto: no início das tratativas, eu participei das reuniões, tive entendimento dos equipamentos que seriam locados e colocados no projeto, mas, com certeza, aqui, pelo meu conhecimento, não há nada de ilícito aqui em relação aos contratos, aos equipamentos que foram locados. Tanto é que todos eles foram comprados, foram enviados para o pátio, para onde estava sendo efetuada a obra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Parque?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É um parque eólico, se eu não me engano, um parque onde estava sendo feita a construção e precisava dessas máquinas. Por isso se utilizou a empresa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A PETROBRAS usou essas máquinas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Deputado Izalci, deixe uma resposta, porque está se alongando demais.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Então, não há, pelo que eu tenha conhecimento, não há nada de ilícito. Em relação ao Pedro Paulo, eu não posso responder, porque isso está dentro das informações que já foram obtidas por mim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você acabou de falar aí, já respondeu...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Deputado Izalci, vou ter que cortar...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele respondeu sobre o negócio do Pedro Paulo. Eu só quero lembrá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - V.Exa. fica perguntando por 3 minutos e meio. Ele está respondendo há 7 minutos já, e V.Exa. não deixa ele terminar as respostas!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para responder ao que eu perguntei, ele tem que saber o que eu perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Mas não dá, eu vou ter que cortar a sua palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou ajudando a lembrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - V.Exa. fez as perguntas, e ele está respondendo, por favor!

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Dentro do assunto Pedro Paulo e BR, essas informações já foram fornecidas, tanto no Juízo, quanto na Procuradoria, e eu não posso dar maiores informações, porque está em decorrência da investigação. Em relação ao que é a RFY, a empresa é minha. E a pergunta da China, exatamente por que eu fui lá em busca dessas...desses... a veracidade desses documentos, os quais já foram entregues também, mas isso eu não posso adiantar. Dentro desta última pergunta, se eu recebi e se eu entreguei os reais para o Alberto Youssef, isso está tudo dentro das minhas declarações que estão em sigilo neste momento, que eu não posso estar revelando aqui neste momento. Mas já foram todas elas, todas essas perguntas que o Deputado fez já foram já respondidas e entregues os documentos comprobatórios em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - O Deputado João Gualberto não se encontra.

Concedo a palavra ao Deputado Alberto Filho.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sr. Leonardo Meirelles, V.Sa. chegou a fazer um alerta de que o Sr. Alberto Youssef não teria declarado todo o seu patrimônio em acordo de colaboração premiada, o que foi reafirmado aqui por V.Sa., não é isso?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - V.Sa. possui elementos que indiquem ocultação de patrimônio por parte do Alberto Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Alguns documentos já foram entregues à Procuradoria-Geral da República. Eu não posso antecipar. Já foram entregues os documentos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Que tipo de documento?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - V.Sa. tem conhecimento de outros delatores que tenham adotado essa conduta?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu não tenho conhecimento, porque eu não conheço os outros delatores.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - O STF concedeu liminar suspendendo a quebra de sigilo da ex-mulher e das filhas do doleiro Alberto Youssef. Eu pergunto aqui se o senhor tem alguma informação que possa colaborar com a nossa CPI sobre o patrimônio das filhas do Alberto Youssef, se realmente o patrimônio declarado por elas é a realidade do padrão de vida que elas têm.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não sei responder isso, não, Deputado. Eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - O senhor não conhece as filhas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Conheço a família, mas não tenho conhecimento e...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Mas o senhor não sabe do padrão de vida que elas levam?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Isso não é do meu...Não posso responder isso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - O advogado de V.Sa. chegou a declarar que pleiteará a anulação da colaboração premiada do doleiro Alberto Youssef. V.Sa. pode detalhar os vícios que podem ensejar essa anulação?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso responder, em detrimento do acordo que está em curso neste momento. Eu não posso, eu não posso responder.



O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Mas o senhor já fez o pedido de anulação?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso responder.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Nem seu advogado?

O SR. HAROLDO CESAR NATER - Na realidade, Deputado, existe, no recurso de apelação da primeira ação, um questionamento quanto à colaboração premiada do doleiro Alberto Youssef. Nós fizemos esse requerimento. Tem o momento adequado também para discutir a constitucionalidade dessa colaboração, que, na nossa visão jurídica, vai se dar exatamente quando chegar o processo em nível de recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sr. Presidente, já encerrando, eu queria saber do depoente se ele pode descrever as empresas de que é proprietário e os respectivos sócios; se todas as empresas são de fachada; se ele conhece ou já realizou operações com o Sr. Carlos Habib Chater ou com o Sr. Raul Henrique Srouf e se pode descrevê-las.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Com essas últimas duas pessoas, não, nunca tive contato. As empresas, já são sabidos os nomes: Labogen S.A. Química Fina e Biotecnologia, Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen e Piroquímica Comercial. Elas não são de fachada, e foi utilizada uma prestação financeira, que foi utilizada nas minhas empresas. Ponto.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Pronto, Sr. Presidente, já estamos satisfeitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Deputado Alberto Filho.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - O Deputado Valmir Prascidelli está pedindo a palavra como Líder do PT. S.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Leonardo Meirelles, eu não vou, pelas nossas regras aqui, lhe fazer nenhuma pergunta em função de que, na fala como Líder, segundo nossas decisões anteriores, não se pode fazer pergunta. Mas eu quero fazer algumas observações aqui.



V.Sa. percebeu claramente, pelos questionamentos dos Deputados, pelas observações dos Deputados, que aqui, além de se mostrar publicamente um espaço de apuração de ilícitos no âmbito das PETROBRAS, busca-se construir uma narrativa que condiz, evidentemente, com a disputa política que nós temos no plenário, em outros cantos deste Parlamento e em outros cantos do Brasil.

Partidos que ocuparam o poder, o Governo, durante bastante tempo, o Poder Executivo; personalidades que ocuparam o Executivo ou que estiveram em conjunto, durante muito tempo, não conseguem admitir terem sido derrotados nas últimas eleições e não conseguem aceitar, em hipótese alguma, os avanços que o Brasil teve em função das derrotas que eles tiveram; da implementação de políticas públicas que contradizem, e muito, aquilo que eles defenderam e continuam defendendo neste Parlamento e nas disputas que ocorrem.

Nós, aqui nesta CPI, às vezes ficamos perplexos com algumas ilações, com a construção de uma narrativa que, para mim, não é diferente da construção de uma narrativa feita por parcela do Judiciário e por parcela do Ministério Público — que, aliás, acho que é construída nos gabinetes de alguns Deputados daqui ou de alguns partidos que aqui atuam. Vejam só: nós poderíamos fazer ilação com relação a diversas coisas, mas questionar o Supremo Tribunal Federal, questionar um Ministro do Supremo pelo fato de ser desmembrada uma ação que não diz respeito à PETROBRAS? Aqui acontece isso.

Quando nós fazemos perguntas a alguns depoentes que vêm aqui, alguns que dilapidaram o patrimônio, réus confessos que foram tratados por heróis, eles dizem assim: *“não posso falar sobre isso porque isso não está no âmbito da investigação da PETROBRAS”*. Quando o Supremo define e decide por 8 a 2 — por 8 votos a 2! — que tem que ser desmembrado, aí é irregular. Quando um Ministro, como o Ministro Gilmar Mendes, dá declarações absolutamente parciais e acusatórias contra o Partido dos Trabalhadores, aí não é parcialidade, aí o Supremo pode tudo. Quando o Ministro Gilmar Mendes segura por mais de 1 ano um processo que diz respeito a contribuições de empresas privadas, aí não é parcialidade.

Agora, é um absurdo fazer essas ilações. Mais do que isso, construir narrativas com relação às decisões proferidas pelo Governo em função de



programas e projetos construídos para beneficiar a população brasileiro e, a partir disso, dizer que isso foi feito porque havia um conluio e havia sido montado um sistema para roubalheira?

Eu poderia aqui fazer uma ilação, por exemplo, com relação a este depoente que esteve aqui, que deu delação premiada, que já mentiu lá na CPI do BANESTADO. Aquilo que ele fala é, absurdamente, considerado por alguns como sendo de alto valor quando se trata de acusar alguém que seja do PT, por exemplo, mas não serve para nada quando ele fala que o Aécio Neves recebeu dinheiro, ou que outros políticos receberam dinheiro.

Eu poderia fazer mais ilações. Em 1996, a Circular 2.677, de 10/04/1996, do Banco Central, presidido então por Gustavo Franco, cujo Ministro da Fazenda era Pedro Malan, do PSDB, determinou que cinco bancos poderiam operar em dinheiro em espécie na fronteira do Brasil com o Paraguai — cinco bancos, entre eles o BANESTADO. Então, posso dizer que Pedro Malan, que Gustavo Franco estavam mancomunados com alguns que iam fazer atos ilícitos e receberam milhões e milhões através da fronteira Brasil-Paraguai, Deputado Izalci, porque eles tomaram essa medida. Eu posso fazer essa ilação, de acordo com as observações feitas por alguns Deputados aqui. Eu posso dizer que eles dilapidaram o patrimônio público através de uma normativa do Banco Central.

Eu posso ir além: o Presidente Fernando Henrique queria mudar o nome da PETROBRAS para PETROBRAX. O Presidente Fernando Henrique emitiu um decreto mudando o critério de compra e contratação da PETROBRAS. Ele queria dilapidar o patrimônio público. Ele queria fazer a roubalheira. Ele queria privatizar a PETROBRAS e embolsar dinheiro.

Segundo a ilação de alguns Deputados, eu posso afirmar isso, porque a narrativa construída aqui é uma narrativa semelhante, repito, àquela que o promotor no Paraná construiu lá: foi feita a montagem de um sistema para dilapidar o patrimônio público, para roubar, ou coisa parecida.

Para mim, essa narrativa foi construída ou na sede do DEM ou na sede do PSDB. Essa narrativa foi construída lá. E eles reproduzem essa narrativa aqui para desviar as atenções das investigações. Todo mundo passou a ser bandido e todo



mundo passou a ser ladrão; todas as decisões tomadas passaram a ser decisões arquitetadas de uma forma esquematizada para receber dinheiro lá na frente.

Repito: não estou fazendo nenhuma pergunta a V.Sa., mas eu compactuo da ideia que foi colocada aqui de fazermos — aceito essa ideia, e vou, evidentemente, se puder, assinar —, sim, a acareação. Até porque nós aqui, infelizmente, esta CPI corre atrás daquilo que é feito lá na tal Operação Lava-Jato. Pelo menos 80%, 85% dos pedidos, dos requerimentos de convocação aqui foram feitos em função daquilo que saiu na imprensa, ou em função daquilo que se apurou numa investigação às vezes questionável.

Não é possível que alguns delegados coloquem escuta dentro da cela de alguns presos e isso passe despercebido. Não é possível! E não é possível que, sistematicamente, tenha-se a recusa por parte do juiz Moro, por parte daqueles que fazem a investigação, em passar documentos para nós dizendo: *“Olha, isso aí está restrito”*.

Aí, a gente vem falar que esta CPI tem autonomia para investigar; a gente vem falar que esta CPI está dando grandes avanços, etc.? São avanços seletivos, repito; avanços para estimular uma narrativa que agrada alguns partidos, porque estimulam e potencializam a disputa política; porque impedem que a PETROBRAS continue ajudando o Brasil a dar alguns avanços.

Por que impedem que a PETROBRAS tenha esse crescimento e dê esses avanços? Para que alguns partidos, que têm projetos circulando nesta Casa de transferir a grande riqueza desta Nação para o capital internacional, para as grandes petrolíferas internacionais, consigam ter sucesso. Por isso querem continuar estimulando essa narrativa. Mas essa narrativa nós, evidentemente, vamos combater, como temos combatido sempre.

Quem cometeu ilícito, em qualquer hipótese, precisa pagar. Quem cometeu ilícito e dilapidou o patrimônio público, em qualquer lugar, precisa pagar.

Muitos daqueles que vão para as ruas hoje falando da Presidenta Dilma ou do Governo da Presidenta Dilma têm ações judiciais, estão respondendo a processos judiciais; muitos desses estão sendo denunciados no Supremo. Aliás, muitos desses, inclusive, depois de irem para as ruas, tiveram processos abertos contra



eles. Foram presos, inclusive, em função de processos nas Câmaras Municipais, nos Municípios, etc.

A história mostra claramente, mais cedo ou mais tarde, quem efetivamente dilapida o patrimônio público. E não é conjunturalmente, construindo uma narrativa de forma seletiva e de forma parcial, que nós vamos, evidentemente, contribuir com as investigações da PETROBRAS.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que eu quero concluir, dizendo que, ao fazer ilações — repito — e tirar conclusões acerca de julgados do Supremo e de outros casos, precisa-se considerar muito, porque nós temos sempre a contrapartida, que afeta o interesse dessas pessoas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Antes do próximo inscrito, que é o Deputado Aluisio Mendes, o depoente pediu um breve intervalo.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Deputado Aluisio Mendes, tem V.Exa. a palavra por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, eu vou depois pedir para somar meu tempo de Liderança. Primeiro faço as perguntas, depois uso meu tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - São 2 minutos, não?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Não, sou Líder do PRB e Bloco. São 5 minutos; 5 mais 3, 8 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Está bem. V.Exa. vai falar primeiro como Líder?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Não, primeiro pergunto, depois falo como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - O.k., Deputado.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Estou aqui com alguns termos da sua declaração, do seu depoimento na Justiça Federal, e algumas coisas me chamaram a atenção. Seu advogado é o Sr. Haroldo Nater, que está aí ao seu lado, não é?



Durante o período em que o senhor foi ouvido na Justiça Federal, o seu advogado afirmou que eram palavras suas que o Sr. Alberto Youssef não era uma peça secundária nesse esquema. O senhor diz essencialmente isto: que ele não era só o operador; era quem ensinava a fazer. Isso contou o seu advogado, que eram palavras suas, durante o seu depoimento: *“Leonardo afirmou, na sua confissão, que tinha empresas que mandavam recurso para o exterior, que esse dinheiro era retirado por outras pessoas. Questionado sobre quem eram essas pessoas, se eram políticos, disse que sim, mas que não poderia declarar, porque estava sob sigilo.”* O senhor não declarou nem ao Juiz Sérgio Moro quem eram essas pessoas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Nem ao Juiz Sérgio Moro o senhor declarou?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, só na força-tarefa, na força especial.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Está certo. No depoimento à Polícia Federal e ao Ministério Público, o senhor declarou quem eram essas pessoas. O senhor nominou todas essas pessoas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Quem é a força-tarefa a que o senhor nominou essas pessoas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Ministério Público Federal do Paraná, força-tarefa.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor nominou a essa força-tarefa do Ministério Público os nomes dessas pessoas todas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O nome das pessoas, algumas na Procuradoria Geral da República e algumas no Ministério Público Federal. As que tinham foro e as que não tinham.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Está bem. O senhor declara também que o patrimônio de Youssef é bem maior que o declarado na colaboração premiada, e que seria um alerta às autoridades sobre a falsidade dos depoimentos prestados no acordo que o doleiro celebrou com o Ministério Público Federal. O senhor afirma isso? O senhor confirma isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Outro fato que me chamou atenção aqui é uma passagem onde o seu advogado diz: *“Delação premiada é um instituto cheio de vícios, e não optamos porque não acreditamos e achamos que é muito mais digno confessar um erro do que trocar essa informação por benefícios.”* O senhor me diz que está num acordo de colaboração premiada com o Ministério Público.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Colaboração, não delação.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Preste atenção: o termo “delação” não existe no mundo jurídico. É uma criação. O termo correto é “colaboração”. “Delação” não existe no mundo jurídico. O senhor está fazendo um termo de colaboração, como Youssef fez, como Paulo Roberto fez. Todos fizeram um termo de colaboração premiada. “Delação” não existe no mundo jurídico. Então, o que o senhor está fazendo é um termo de colaboração premiada. É correto?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Colaboração premiada, sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, o senhor afirma aqui... O senhor afirmava anteriormente que não era digno fazer, deixe-me terminar, um termo de colaboração premiada, e que preferia confessar seus crimes e admiti-los, do que delatar os outros — em regra geral é isso — em troca de benefícios. O senhor, bem claro, fala isso.

O senhor, então, hoje, está fazendo um termo de colaboração. Correto? Foi oferecido algum tipo de benefício para que o senhor concordasse em fazer essa colaboração? O que mudou no seu entendimento? O senhor disse que era indigno fazer um termo de colaboração. Agora, o senhor aquiesceu e está fazendo um termo de delação. O que mudou nesse meio tempo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não mudou absolutamente nada. Na verdade, tudo o que foi feito foi feito através de confissão. Perfeito? De 17/03/2014 até a data de hoje, se não está confirmado nem assinado, então, neste momento, não há nenhum acordo e nenhum tipo de... Todas as informações e as minhas declarações foram através de confissão.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor está se perdendo na sua resposta. Desculpe-me, é só para lembrá-lo. O senhor afirma ser indigno celebrar um termo de colaboração.



(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Colaboração e delação é a mesma coisa; não existe delação.

Então, o que mudou de quando o senhor considerou que era indigno celebrar um termo de colaboração, tempos atrás, em troca de benefícios? O senhor disse, bem claro, aqui que esses termos de colaboração foram todos celebrados em troca de benefícios, e agora está em andamento um termo de colaboração premiada com o Ministério Público. O que eu perguntei é: que tipo de benefício? Por que passou a ser digno agora fazer um termo de colaboração, se anteriormente o senhor afirmava ser indigno isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso responder a essa pergunta, em virtude das tratativas.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Bom, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Agora V.Exa. tem 5 minutos da Liderança.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Agora é meu tempo de Liderança. Não vou mais fazer perguntas.

Há um fato que me chamou a atenção. O Sr. Leonardo Meirelles, na mesma modalidade do Sr. Alberto Youssef, também só responde o que lhe interessa, só delata o que lhe interessa e escamoteia o que não lhe interessa. Isso está provado, o senhor mesmo confirma isso aqui.

No seu caso também, eu acho que o senhor tinha uma posição aqui, reafirmada nos seus depoimentos, num primeiro momento, de que achava indigno, de que não achava digno entregar os outros, fazer um termo de colaboração no sentido de delatar alguém em troca de benefício. Hoje o senhor mudou essa sua postura. O seu advogado é peremptório em dizer que não concorda com esse tipo de instrumento da colaboração premiada, que o acha indigno, que não é um instrumento eficaz, que não concorda com isso; que a troca de colaboração por benefícios não é uma coisa que seja digna de uma pessoa, e hoje o senhor está, efetivamente, tratando dessa colaboração.

O que me causa surpresa é que, no meu entender, todos esses termos de colaboração têm um foco, que é almejar benefícios com relação às penas. É o



mesmo que aconteceu com Youssef, com Paulo Roberto, com o Sr. Barusco. Ninguém ali está fazendo aquilo porque é bom moço, porque se arrependeu ou porque acha hoje que o que fez é errado. Ninguém engole isso, embora alguns venham aqui posar de bons moços. O seu caso também é esse. Eu acho que o senhor, percebendo que todo mundo estava falando e o senhor ainda estava sem falar, acabou decidindo fazer um termo de colaboração, entregando o que lhe era interessante e escamoteando o que não era interessante.

O senhor mesmo confirma, e me causa surpresa, que tem certeza de que o Sr. Alberto Youssef está escondendo bens; que o que ele declarou na sua colaboração não é a totalidade da verdade. O senhor disse isso no seu depoimento. E hoje o senhor também está aquiescendo com a força-tarefa e fazendo um termo de colaboração premiada.

Então, eu acredito também que o senhor tem o intuito, tem o interesse de entregar o que lhe é conveniente e escamotear o que não lhe é conveniente.

Eu acho que, nessa acareação que o senhor mesmo está propondo fazer com o Sr. Youssef, eu discordo do meu colega Onyx que o impedimento seria trazê-los aqui para fazer a acareação. O Sr. Alberto Youssef não pode se negar, a colaboração dele já foi homologada, ele não tem como se negar, e o senhor está se prontificando a fazer essa acareação. O senhor propôs isso à Justiça Federal, e foi negado. O senhor mesmo confirmou isso aqui. Eu acho que seria muito importante...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Foi ao contrário; o advogado do Youssef...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Propôs, e a Justiça negou. Mas o senhor estaria...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu não recusei, foi indeferido.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E o senhor estaria disposto.

Então, isso é muito importante, porque eu acho que essas contradições e essas informações que o senhor diz ter sobre Alberto Youssef estar negando informações podem ter a consequência de fazer com que a colaboração premiada dele deixe de ter validade legal.

Para isso, Sr. Presidente, seria muito importante que aprovássemos esse requerimento sugerido pelo Deputado Ivan Valente, corroborado por outros colegas aqui, o qual eu quero subscrever também, porque isso vai trazer muita luz para essa



dúvida. Quando nós conseguirmos esclarecer que o Sr. Alberto Youssef está mentindo repetidamente, só entregando o que lhe é conveniente, nós poderemos realmente nos aprofundar nessa investigação da Lava-Jato. Então, eu gostaria que, se fosse possível, após a nossa oitiva, pudéssemos fazer uma reunião administrativa deliberativa para aprovar esse requerimento, que eu acho de suma importância. Já que a Justiça Federal, o Ministério Público Federal não achou interessante, negou o direito de se fazer essa acareação, nós temos interesse em fazê-la, e vamos fazê-la aqui.

Sr. Presidente, são essas as minhas colocações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Deputado Aluisio Mendes.

O depoente quer falar alguma coisa? Fazer um comentário?

O SR. HAROLDO CÉSAR NATER - Se o Deputado achar necessário, eu esclareço o motivo pelo qual, no primeiro momento, nós éramos contrários à colaboração premiada e, posteriormente, nós a efetivamos. Mas só se V.Exa. achar necessário.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Essa foi uma pergunta que eu fiz e que não foi respondida. Se o senhor quiser esclarecer, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Por favor.

O SR. HAROLDO CÉSAR NATER - Existem duas posturas. Uma postura é a que a gente chama de natureza acadêmica. Eu sou professor de Direito Processual Penal e estudo os institutos. Acho que a Lei nº 12.850, de 2013, não é uma legislação que seja compatível com as nossas normas constitucionais. Essa é minha posição na academia; eu defendo essa postura. Acho que existe uma série de irregularidades. O Estado brasileiro ainda não está preparado para receber esse instituto, que é de grande importância e funciona em outros estados, em outros...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Com o que todos nós concordamos.

O SR. HAROLDO CESAR NATER - Sim, eu acho que há necessidade de...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Aprimoramento.

O SR. HAROLDO CESAR NATER - ...de um aprimoramento. Entretanto, a gente percebe que, em razão do ritmo que vem tomando a Operação Lava-Jato... A



colaboração do Leonardo foi fundamental para que a operação chegasse ao momento em que está agora. Foi o Leonardo, num primeiro momento, Excelência, que iluminou o caminho para a Polícia Federal poder compreender qual era a sistemática desempenhada por Alberto Youssef na consecução dos seus objetivos de lavagem de dinheiro, de evasão de divisas e de corrupção nas instituições e nas empresas brasileiras. Então, o Leonardo foi de fundamental importância.

Essa importância foi tão relevante, que, num único momento, o Delegado Márcio Anselmo, da Polícia Federal, em Curitiba, foi favorável, após ser consultado pelo Dr. Sérgio Moro se deveria colocar ou não o Leonardo em liberdade. Eles não estão iludidos de que a participação do Leonardo tenha sido mínima. Todos nós temos consciência disso.

E, desde o primeiro momento, quando eu fui contratado pelo Leonardo, eu já disse que não gostaria de fazer delação premiada, mas que ele podia efetivamente colaborar, porque, assim como o senhor, eu também resido neste País e eu também quero que as instituições sejam aprimoradas. Então, o fato de eu ter, num primeiro momento, dito que esse instituto não é o instituto mais adequado... Ele vem premiando pessoas. Até agora não se definiu quem é o líder dessa organização, quais são os líderes. E os líderes não poderiam sequer colaborar. Na Espanha, na Itália, nos Estados Unidos, o instituto é absolutamente aperfeiçoado. Esta é a oportunidade que V.Exas. têm de compreender, de maneira adequada, o que é importante para este País. E esse instituto é importante. Ele pode colaborar com a capacidade operacional das nossas agências de criminalização, que é muito pequena. Hoje, infelizmente, há que se selecionar quem se vai punir e quem se vai proteger, porque a polícia...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O senhor coloca isso como se fosse uma virtude do Sr. Leonardo, mas ele foi prontamente à polícia se entregar para isso ou ele foi preso?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Não, foi preso.

O SR. HAROLDO CESAR NATER - Ele foi preso e ele confessou o delito.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Não há...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, eu acho que... Só 1 minutinho...



O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Não há virtude nenhuma nisso. Desculpe-me.

O SR. HAROLDO CESAR NATER - Eu não disse que é virtude.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Isso é uma arrumação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Deputado Carlos Andrade, V.Exa. é o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, rapidamente. Eu estou satisfeito com a informação do advogado. Eu só queria falar...

Primeira coisa: eu tenho o mesmo interesse que o senhor. Eu sou da Polícia Federal. Eu tenho o mesmo interesse em aprimorar esse instituto. Eu acho que ele está sendo desvirtuado, que ele precisa ser aprimorado. Eu vou só ler uma frase dita pelo senhor e encerro a minha participação.

O SR. HAROLDO CESAR NATER - Supostamente, não é? Vamos ver se foi o que eu disse ou não.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Está entre aspas. Eu acredito... O senhor declinou da sua posição dogmática, catedrática, porque o senhor disse: *"Delação premiada é um instituto cheio de vícios, e não optamos, porque não acreditamos e achamos que é muito mais digno confessar um erro do que trocar essa confissão por benefício."* São palavras suas, entre aspas, no seu depoimento. Então, é só uma questão...

O SR. HAROLDO CESAR NATER - Não, não foi bem isso que eu disse.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A sua posição dogmática, catedrática foi abandonada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Deputado Aluisio Mendes, vamos, senão não avançamos para os inscritos. V.Exa. tem 1 minuto para concluir.

O SR. HAROLDO CESAR NATER - Deputado, não foi bem isso que eu disse. Na realidade, o que eu disse é que a colaboração premiada, na forma como está posta hoje, é um instituto anômalo à nossa Constituição. Ela não fecha com a nossa Constituição. E foi só isso. Como eu disse a V.Exa., nós temos uma questão de ordem prática, pessoal, e uma questão de ordem acadêmica. E é por isso, evidentemente, que eu devo, na condição de advogado do Leonardo, buscar aqueles benefícios que atendam ao interesse dele.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - O próximo inscrito, Deputado Onyx Lorenzoni, não se encontra. Tem a palavra o Deputado Carlos Andrade.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Leonardo, eu não vou me ater às perguntas que os nossos pares já fizeram. Vou fazer algumas perguntas. Se possível, eu gostaria que o senhor as anotasse, para respondê-las, até porque eu tenho 3 minutos. O senhor viu a generosidade do Presidente da Mesa, não é?

Como o senhor conseguiu viajar para a China estando com suas contas bloqueadas? Quem pagou a sua viagem?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, foi feita uma solicitação...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Eu as concluo e aí... Está bom? Muito obrigado.

O senhor conseguiu reunir mais provas desse pagamento? Já entregou na Justiça? Poderia disponibilizá-las para a CPI? Precisava ir à China para isso?

Uma outra pergunta: V.Sa. afirmou que políticos do PSDB teriam se beneficiado do esquema de corrupção. Deputado Bruno, desculpe-me. A minha pergunta é: o tucano mencionado por V.Sa. foi o Sr. Sérgio Guerra, hoje falecido. Além dele, quem mais teria se beneficiado? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - V.Exa. ainda tem 1 minuto e meio.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O.k.

Outra pergunta: que outros políticos... Nós sabemos que Sérgio Guerra já é falecido. Se existia uma negociação de cotas de propina entre os partidos — PT, PP, PMDB, cada um dos seus operadores —, como o PSDB entrou nesse esquema? Nenhum operador ou político do PT, Partido dos Trabalhadores; do PP, Partido Popular, e do PMDB questionou a parte da propina indo para um partido fora do grupo?

Quem do Ministério da Saúde recebia propina por esses contratos? Quanto a Labogen recebeu do Ministério da Saúde?

Essas seriam algumas perguntas para darmos...



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Presidente, fui citado, eu queria responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Mas não foi ofensivo, foi pedindo desculpas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A mim, foi. A mim foi ofensivo. Como se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Trinta segundos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Pelo PSDB, pelo PSDB.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A mim, foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Vamos ouvir a resposta dele, depois V.Exa. fala.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Não tem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Tem a palavra o depoente, Sr. Leonardo Meirelles.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Vamos lá, Deputado. As viagens à China foram com os meus recursos bloqueados na Justiça Federal, e todas elas foram devidamente, com conhecimento, autorizadas, inclusive, pelo Dr. Sérgio Moro, provenientes da fiança, dos meus recursos. O.k.? Reuni mais provas, sim, são extratos, são *swifits*, são comprovantes e extratos. Teria que ir à China, sim, porque as contas estão encerradas desde 2013 e eles só aceitam dar informação para o proprietário da empresa. Então, não tinha outra forma. E eu não fui uma vez; eu fui por duas ocasiões, e vou ter que ir uma terceira agora. Sobre Deputados do PSDB, não tenho nenhuma informação, não tenho nenhuma afirmação a respeito disso. Em relação aos operadores, como disse anteriormente, eu não tinha envolvimento. Nunca sentei com operador e nem com políticos diretamente. Só conversava com Alberto Youssef e falava sobre valores. Em relação à Labogen...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O senhor disse que não sentou com nenhum operador. E o Baiano?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É, exato. Eu o vi em uma oportunidade, em um escritório em São Paulo, mas não tive contato e não sei quem é. Em relação à Labogen, não recebeu um centavo do Ministério da Saúde. Inclusive foram



investidos 12 milhões de reais, que foram perdidos, em virtude... Para poder fornecer para o Ministério da Saúde, teve que fazer todas as adequações necessárias para que isso ocorresse. Não recebemos um centavo do Ministério da Saúde. Inclusive, houve... Nem do Ministério da Saúde e nem de nenhuma outra instituição do Governo.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Faltavam 52 segundos. Só para consolidar o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Eu concordo quando o Deputado Aluisio Mendes afirma que o senhor responde às questões de acordo com a sua conveniência, e nem todas. Eu observo que o senhor está no mesmo patamar do Sr. Alberto Youssef, mesmos parâmetros, e a sociedade brasileira, certamente, está vendo, a imprensa, e esses Parlamentares que estão na Casa. Nós temos observado... Qual o motivo que lhe leva, por exemplo, a dar mais informações sobre o patrimônio do Sr. Alberto Youssef? O que motiva fazer isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - A verdade.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Deputado Bruno Covas, a Mesa entende que não foi ofensivo. Mas como estamos em uma quinta-feira, V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Obrigado, Presidente.

Até acho que o Deputado Carlos Andrade nem teve mesmo a intenção de o fazer. Entretanto, quando o Deputado disse "*desculpe-me, Deputado Bruno Covas*", pode ficar parecendo, a quem nos assiste, que alguma vez eu reclamei com o Deputado ou com qualquer outro Deputado de qualquer menção feita ao PSDB na CPI. Nunca o fiz, nunca o farei. Inclusive quero deixar mais uma vez registrado que foi no voto em separado do Deputado Carlos Sampaio, que perdeu a votação quando a CPI PETROBRAS, que se colocou lá que se investigasse essa denúncia referente ao ex-Presidente do PSDB, Deputado Sérgio Guerra.

Portanto, da minha parte e da parte dos outros Deputados do PSDB, não há nenhum problema em qualquer referência ao partido. E que se busque a verdade de quem tenha participado de qualquer caso envolvendo corrupção.



Eu queria deixar o registro de que o Deputado não precisa e nunca vai precisar pedir desculpas por qualquer referência que se faça quando se busca a verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - O.k., Deputado.

O Deputado Altineu Côrtes não se encontra. A última inscrita é a Deputada Eliziane Gama, a quem concedo a palavra.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Leonardo Meirelles, V.Sa. foi condenado por vários crimes, num total de 20 crimes, não é isso, por lavagem de dinheiro, enfim; foi condenado a 5 anos, numa movimentação fraudulenta de 5 milhões de dólares, ou melhor, 500 milhões de dólares — pelo câmbio atual, seriam 2 bilhões de reais; é muito, mas muito dinheiro — num movimento de 3.649 de operações. Nós temos, hoje, um controle bancário dessas operações, inclusive com alguns saques em espécie, enfim, ou coisa parecida.

Eu quero fazer duas perguntas, considerando essas informações iniciais. Primeiramente, o senhor utilizava algumas empresas de fachada, por exemplo, o próprio Grupo Labogen, Piroquímica, HMAR, RMV & CVV. Eu pergunto: além dessas, havia outras empresas de fachada que o senhor utilizava?

Ao mesmo tempo, ainda dentro dessa mesma pergunta: como se dava essa movimentação? Parece que, para movimentações dessa natureza, quase 4 mil operações, era necessário ter alguém dentro do próprio Banco Central. Havia essa pessoa? Era feito pagamento de propina para essa pessoa, dentro do próprio sistema, para ajudar a viabilizar essas operações?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Acho que a Deputada está confundindo um pouco os fatos, mas, de qualquer forma, respondendo à questão no momento...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Qual a confusão de fato? Fica melhor...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Só a colocação. Na verdade, todas as movimentações foram realizadas através de transferência eletrônica de dados, que é o TED, informações essas que... Recursos saem de uma empresa...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Certo. Mas não foram feitos saques?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nunca existiu nenhum saque. Essa informação não existe. Isso não existe. Na verdade...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas houve fora. Em uma das informações de Youssef, ele fala que houve um pagamento da ordem de 6 milhões de reais em espécie, dos quais 70% foram fora do Brasil. O senhor participou dessa movimentação, também, fora do Brasil? Trinta por cento foram feitos dentro do Brasil. O senhor não participou?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, mas... Saque nunca. Nunca se faz saques desses valores em banco, Deputada. Na realidade...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E se chegava a esse valor em espécie de que forma?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Através de dólar cabo, através de fornecedores que tenham que receber no exterior uma quantidade de dólares...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Certo.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - ...e as pessoas precisam pagar esses recursos aqui, em moeda local, que é em reais. Perfeito?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim, mas aí há dinheiro em espécie, há uma movimentação.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim. Então não há saque.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Como se dava?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É isso que estou explicando para a senhora. Dólar cabo não tem saque na conta, no banco, na agência. Você não vai fisicamente pegar os recursos. Entendeu?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Certo. E essas quase 4 mil operações que se deram junto ao banco? Tinham auxílio do próprio banco?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ou utilizava o sistema TED normal e passavam impunes?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - A TED normal. Foi como eu coloquei anteriormente, que as instituições financeiras também deveriam conhecimento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não havia...



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não tinha ninguém, não dei propina para ninguém, não tinha ninguém no Banco Central e não tinha ninguém nas instituições financeiras.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não havia uma alteração de valor, porque o COAF, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, ainda tenho duas perguntas para fazer.

Quando se faz uma movimentação em que se altera, na verdade, esse valor, há uma espécie de suspeição, e o COAF tem que agir. A própria direção do banco, na verdade, precisa agir para evitar, já que é uma atividade suspeita. Quer dizer, chegar a 4 mil operações no valor de quase 500 milhões de dólares, é um valor realmente significativo. Teria que haver uma convivência para poder haver esse movimento.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não havia. Não havia.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não havia convivência, ou seja, era feita de uma forma ílesa, sem nada.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu vou fazer mais duas perguntas. Eu queria que o senhor anotasse, Leonardo Meirelles...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Faça objetivamente. V.Exa. já está 1 minuto e meio além do seu tempo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Leonardo Meirelles, eu queria que o senhor anotasse as próximas perguntas, considerando o tempo.

Na investigação que foi feita pelo Ministério Público, por exemplo, houve uma acusação em relação ao Paulo Roberto e ao Youssef de que eles teriam lavado dinheiro sujo e adquirido imóvel da ordem de exatamente... Exatamente não, mas de aproximadamente 3 milhões e 700 mil reais. Eu pergunto: a quem esse imóvel pertencia? Tem conhecimento desse imóvel? Ele foi doado ou ele foi passado a alguém? É a minha outra pergunta.

A segunda pergunta: nesse valor geral que a Justiça... Na verdade, os senhores foram condenados, num quadro de cinco pessoas, a devolver o



equivalente a 18 milhões de reais para a PETROBRAS, como indenização para a PETROBRAS. Qual a parte que lhe cabia? Houve algum bem seu que foi confiscado nesse valor de 18 milhões de reais?

E a última pergunta que eu faço... Não, na verdade, a última pergunta foi a pergunta anterior, que o foi o equivalente ao dólar cabo, que o senhor fez explicação inicial.

Pois não.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Em relação... Só para não confundir...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Vamos lá, a primeira pergunta: o imóvel de quase 4 milhões de reais.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Do imóvel, eu não tenho conhecimento. Em relação a de quem é ou para quem foi, não sei responder.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas sabe da existência da lavagem de dinheiro por esse imóvel?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu soube, eu soube... A informação da Imprensa, como a nobre Deputada soube.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Para concluir, Deputada. V.Exa. já falou 6 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Certo. E o valor dos 18 milhões de indenização e de devolução para a PETROBRAS?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Dentro desses 18 milhões, a parte que cabe à minha pessoa são 119 mil reais que têm que ser devolvidos e já estão depositados.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Cento e dezenove mil reais?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor sabe dizer quem teve a responsabilidade maior no valor de 18 milhões?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não sei. Está na sentença. Isso é público. É só ter acesso e a senhora vai ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Deputada, conclua, o seu tempo foi de 7 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Concluído todos os inscritos, passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Causou-me estranheza porque o Youssef, ao prestar a sua colaboração com a Justiça, logo depois, na colaboração do Sr. Leonardo Meirelles, ele diverge em pontos que são muito essenciais para a Justiça. Ele faz a afirmação de que o Youssef estaria ocultando patrimônio, ocultando empresas em nome de terceiros e ocultando recursos, e o advogado do Sr. Youssef, então, solicita uma acareação. Quem solicita é o advogado do Sr. Alberto Youssef. E o Leonardo Meirelles, de pronto, aceita essa acareação.

Então, a Justiça já fez muitas acareações entre pessoas que estão presas. Causa-me estranheza que, nesse caso específico, em que o advogado do Youssef é quem solicita e o Meirelles aceita a acareação... Quem é indeferiu isso?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Relator, só para contribuir: num depoimento com muita contradição entre duas peças importantes, se nega uma acareação. Não dá, realmente, para entender.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Quem nega foi o Dr. Juiz Moro, Juiz Sérgio Moro.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Há outro fato também que causa estranheza, e a imprensa e todos estão aqui acompanhando. Primeiro, o Juiz Sérgio Moro teria todas as razões e motivos para desconfiar do Sr. Alberto Youssef, levando em consideração que ele fez uma delação premiada. Na delação premiada, ele assumiu o compromisso de não voltar à operação do câmbio paralelo, mas voltou para a atividade criminosa do câmbio paralelo. Então, ele já não havia cumprido o que se comprometeu com a própria Justiça do Paraná. Ao fazer a segunda, vem uma pessoa e contesta a declaração dele. E aí nós não vimos a rigidez, a firmeza e o combate implacável à corrupção do Juiz Sérgio Moro em fazer essa acareação e indeferir essa acareação.

Isso é muito estranho. Também passa a ser estranho o fato de que todas aquelas pessoas que foram presas no Paraná, depois de um determinado momento, foram para presídios, praticamente todos, com exceção do Youssef, que foi o primeiro a ser preso na operação do Paraná. Ele é o único que continua na dependência da Polícia Federal. Quer dizer, é algo que... V.Sa. esteve preso, fez a



colaboração, propôs-se a fazer esta delação. Que comentário V.Sa. faria desses acontecimentos? Não parece estranho tudo isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Em relação a mantê-lo afastado das outras pessoas, eu acho que é por questão de... As investigações estão em curso, e provavelmente não querem que tenha contato ou alguma coisa do gênero. Em relação à estranheza da informação, a diferença muito grande é que, no meu caso, tudo o que eu falei eu confirmei e comprovei tanto na Polícia Federal, quanto na Justiça Federal. E eu trouxe materialidade ao processo, no qual ele fez uma declaração de que faltavam informações. A partir do momento, eu fui para a China, eu fui buscar os contratos... A pessoa que levou essas informações e a verdade, que são documentos assinados e foram colocados no processo... É só terem acesso ao processo que vão ver quem foi que colocou. E aí vamos ver quem está dizendo a verdade e quem não está. Então, em relação à acareação, os meus fatos não são coisas que são pensadas ou eu estou aqui fazendo uma seletiva do que eu devo responder ou não. Na verdade, eu consigo responder o que eu tenho de documento. O que eu não tenho de documento, eu não posso afirmar, como a maioria dos delatores; são informações e são suposições. Em cima disso, estão sendo construídas as prisões e uma série de coisas. Aí é questão técnica, e não cabe à minha pessoa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Apenas para deixar registrado, primeiro, mesmo no presídio, há como manter uma pessoa isolada.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu fiquei isolado dele, inclusive. Houve um fato muito interessante. Após a minha confissão, o advogado dele disponibilizou o meu depoimento e distribuiu para todas as pessoas que estavam no convívio. Isso me causou um problema. Inclusive, eu fui separado dele, porque eu ia ter problemas em ordem de ameaça e outras coisas mais. E aí foi feito um pedido pessoal para o Dr. Luciano, inclusive, tratando desse assunto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Até porque, quando aqui estiveram duas pessoas da Polícia Federal, causou estranheza o fato de que, no primeiro momento da prisão do Youssef e do Paulo Roberto, ambos ficaram na mesma cela durante um período, o que não é usual num processo da complexidade dessa ação, levando



em consideração que, depois, ambos fizeram a colaboração. Abre margem para questionamento — se ambos teriam ou não combinado as versões.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Relator, V.Exa. poderia, só para contribuir, perguntar ao depoente se ele foi preso na primeira fase da Lava-Jato também.

O senhor esteve preso na mesma cela do Youssef e do Paulo Roberto?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Em relação ao Paulo Roberto e ao Youssef, eles nunca ficaram juntos. Na verdade, ficaram, na primeira fase, no dia 17 de março, numa cela. Acredito eu que tenham sido 11 ou 13 pessoas, e 14 pessoas na outra. Todas juntas.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Você ficou na cela junto com...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Com o Alberto Youssef, não.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Você ficou com o Paulo Roberto?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Fiquei com o Paulo Roberto num segundo momento, por conta desse fato.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas aqui... Eu não estou afirmando, eu estou relatando aquilo que nós ouvimos aqui na CPI.

Agora, eu queria que V.Sa. pudesse explicar uma coisa, porque, durante mais de uma vez, V.Sa. usou a seguinte expressão: *“Traria benefício ao País”*. Como o mercado de medicamento é um mercado bilionário, que envolve muitos interesses, em relação ao desafio em que V.Sa. buscou colocar cunhas para fornecer medicamentos, não teria, também, sido vítima desse mercado, que é um mercado feroz, que é o mercado de medicamentos, no Brasil e no mundo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Inclusive, dentro dessa afirmação do Deputado, uma vez que foi colocado o projeto na Secretaria, no departamento que me foi designado no Ministério da Saúde, foi-me informado, acredito eu que 48 horas após o ingresso desse... afirmando exatamente o que o Deputado está colocando. Ligaram-me e pediram que eu incluísse um grande fabricante nacional para dar peso ao processo, ao contrato, para que, se tivesse algum questionamento no futuro, eu pudesse vir a ter uma explicação mais plausível em relação a essa parceria com o Ministério da Saúde, e, no caso específico, dessa “*indicação*” — entre aspas —, vamos dizer assim, que me foi citada. É o maior fabricante de



genéricos do País. Foram feitos vários documentos encaminhados ao Ministério da Saúde, em parceria entre a minha empresa e a empresa dele, para ser feita essa parceria de desenvolvimento produtivo de transferência de tecnologia, que eu sozinho, por poderio financeiro e político... Não teria condições de fazer esse projeto sozinho. No caso, seria o MS, que é um processo que me foi direcionado através do Ministério da Saúde e não tem absolutamente nada a ver com o André Vargas, enfim, com a colocação política. Na época, eu tive um direcionamento — isso foi interno —, em que colocaram de uma forma muito explícita: *“Você tem que fazer dessa forma com essa empresa, porque essa empresa tem liderança nacional”*. E isso... Quem sou eu para discordar. *“Ou faz dessa forma ou não tem contrato”*.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. usa a expressão “benefício para o País”. Poderia descrever aqui, em poucas palavras, o que V.Sa. quer dizer com isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Benefício para o País é... O País, num prazo de 20 anos, deixou de desenvolver e pesquisar, através de programas de incentivos federais, na década de 90 e início dos anos 2000. O País não produz menos de 20% do que se consome na indústria farmacêutica como um todo. Ou seja, nós temos uma dependência externa gigantesca. E o Governo Federal, a partir de 2009, começou a fazer essa tratativa de transferência de tecnologia e, *a posteriori*, a fabricação desses medicamentos pelos laboratórios oficiais públicos, para que a população, o maior número de pessoas, tivesse acesso a medicamentos de alto custo e de muita complexidade de produção.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora a última pergunta. V.Sa. sente que, num processo de acareação com o Youssef, os argumentos... Até porque a maioria dos vídeos, de forma selecionada, das acareações vaza. Mas poderia, em tese, vazar um vídeo no qual V.Sa. poderia estar ali desmontando um pouco das teses do Youssef. O que V.Sa. atribui à decisão do juiz de não fazer essa acareação?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não sei responder o porquê, mas, no meu caso, eu não tenho problema nenhum de acareação, porque as minhas informações são verídicas, e são contratos, são documentos comprobatórios, que ele não apresentou no momento adequado. E aí, sabendo que eu ia trazer essas informações e iam vir à luz da Procuradoria e, no caso, da Justiça Federal,



posteriormente ele veio se recordar de informações. Sabia que viriam informações e iriam confrontar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, o.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Não havendo mais inscritos para o debate, concedo a palavra ao depoente para as suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, antes de V.Exa. passar a palavra ao depoente, eu queria voltar a fazer o registro da necessidade da acareação e pedir aos Deputados que queiram assinar conosco o pedido de acareação e da votação, na semana que vem, desse requerimento de acareação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - O.k., Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E constatar só que a verdade talvez seja a palavra mais chicoteada aqui nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Com a palavra o depoente, Sr. Leonardo Meirelles.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Agradeço a oportunidade, mais uma vez, de estar aqui nesta Casa. Ponho-me à pronta disposição, a qualquer momento e em qualquer oportunidade, tanto aqui quanto na Justiça. Sou réu confesso dos erros que cometi. Arrependo-me bastante de ter-me envolvido com pessoas que não deveria, por falta de cautela da minha parte e pelo hábito de querer desenvolver e trazer algo melhor para o País, para a saúde pública, que tem muita dificuldade. Só declaro que vou pagar pelo que fiz. As inverdades, ou as informações, ou a acareação, não importa o que seja... Estou prontamente à disposição no que eu puder colaborar para que esse processo tenha um final digno, para que a população não sofra mais no dia a dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Eu dispenso, então, o Sr. Leonardo Meirelles e convido o Sr. Marcos Guedes Moraes a tomar assento à mesa.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Sr. Marcos Guedes Moraes, registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar o compromisso e fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo



Penal. Advirto-o, ainda, de que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal fará incidir sobre si as penas culminadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

Peço ao senhor que leia o seu juramento.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Pois bem. Então, concedo ao senhor até 20 minutos para suas considerações iniciais.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Boa tarde a todos, senhoras e senhores. Meu nome é Marcos Guedes Gomes Moraes. Sou formado em Engenharia Mecânica. Ingressei na PETROBRAS em julho de 1979 e passei por um processo de pós-graduação em Engenharia de Petróleo. De novembro de 1979 a abril de 1999 — por conseguinte, quase 20 anos —, eu atuei na área de exploração e produção, focalizado sempre na produção *offshore*, na produção no mar e nos sistemas submarinos de produção. Em maio de 1999, eu fui convidado a ingressar na Engenharia, na área da PETROBRAS de Engenharia, onde permaneci até maio de 2012. Nesse período, eu ocupei a função gerencial de gerente de instalações marítimas, até 2003; e, de 2003 a 2012, conforme já dito, de Gerente de Implementação de Empreendimentos para Dutos Submarinos. Em maio de 2012, eu fui convidado a assumir a função de Coordenador do Programa de Capacitação Tecnológica, chamado PROCAP, que é um programa dedicado à capacitação tecnológica em águas profundas e ultraprofundas da PETROBRAS, onde estou até hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Concedo a palavra ao nosso Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A que V.Sa. atribui a sua ascensão em cada uma dessas posições na PETROBRAS?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Eu atribuo, basicamente, a reconhecimento do meu mérito como profissional.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Teve indicação política em algum momento? V.Sa. buscou algum apoio político para algumas dessas ascensões que obteve na PETROBRAS?



O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Em momento algum.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. participou de alguma comissão de licitação? Em caso afirmativo, de quais?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Na função que eu desempenhava como Gerente de Implementação de Empreendimentos, na Engenharia, a mim cabia a responsabilidade pela coordenação dos trabalhos, não só de licitação; e, após o contrato assinado, na coordenação e na implantação dos próprios projetos, na coordenação dos contratos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. foi alvo de alguma investigação em comissão interna da PETROBRAS?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Não, de investigação não. Eu contribuí, e contribuo atualmente, como testemunha, como ouvinte.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em quê?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Numa companhia... Desculpe, numa comissão interna, que está avaliando todos esses processos de contratação, que no momento estão sendo avaliados.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E quais eram, na hierarquia da empresa, os seus superiores imediatos?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Na minha linha de gerência, eu ocupava uma gerência de quarto nível, e, acima de mim, tinha o Gerente Geral...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quem era?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - ...que era o Enídio Queiroz; o Gerente Executivo, que era o Alberto Gonçalves; e o Diretor, Renato Duque.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E o Sr. Barusco? V.Sa. tinha relação com ele?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - O Barusco... O Dr. Roberto Gonçalves substituiu o Dr. Pedro Barusco na Gerência Executiva da Engenharia.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, em todo esse processo, nessas comissões internas de apuração, na PETROBRAS, V.Sa. não é acusado de nenhum malfeito? Ou existe alguma acusação contra V.Sa. nesses processos?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Não existe nenhuma acusação contra a minha pessoa.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E quais foram as suas atribuições nas malhas de escoamento dos Campos de Lula e Sapinhoá?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Uma vez definida que essa obra será executada e atribuída à Engenharia a sua execução, eu, como gerente da área de instalação de dutos submarinos, cabia a mim, por delegação da Diretoria Executiva da PETROBRAS, coordenar os procedimentos licitatórios, com o envolvimento das várias áreas afins que faziam parte desse processo. Nós tínhamos a área da PETROBRAS, a área cliente, como a gente chama internamente, que era a área de exploração e produção, que é o principal usuário interessado nesse processo. E também a atuação dos parceiros, porque esses projetos aqui são projetos em parceria, onde existe, então, também a participação em fóruns específicos. Existe todo um processo de gestão específico para projetos, quando em parceria.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em março de 2015, houve uma reportagem publicada no *Jornal do Brasil*, que faz referências a pagamento de propinas a funcionários da PETROBRAS por parte da Saipem, devido às obras na malha de escoamento de gás dos Campos de Lula e Sapinhoá. O que V.Sa. sabe a respeito dessas denúncias?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Bem, eu tomei conhecimento dessa denúncia a partir da informação que eu tive de que o meu nome teria sido elencado por esta CPI para prestar depoimento. Buscando saber a motivação, eu tive, então, contato com essa reportagem. Mas, complementando, eu desconhecia qualquer tipo de prática dessa natureza.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nunca ouviu, nunca ninguém propôs?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Nunca ouvi, nunca tomei conhecimento e tampouco alguém me propôs, me fez algum tipo de proposta dessa natureza.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como funcionário da PETROBRAS, quando toda essa questão veio a público, com prisão de ex-diretores e de ex-funcionários, como o senhor encarou todo esse episódio dessa página triste na história da empresa?



O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Eu me senti — e me sinto — extremamente constrangido com tudo isso que está acontecendo, indignado, porque o objetivo do nosso trabalho sempre foi atender as necessidades da empresa da melhor forma possível. Nesse caso específico, desses projetos, além dos interesses da empresa e dos interesses de parceiros... Parceiros que se juntaram à empresa para desenvolver algum tipo de projeto. Então, eu diria que é muito lastimável. Eu sou um profissional que tem 36 anos de empresa e para mim pesa muito ter que ouvir comentários e gracejos sobre a seriedade da empresa, sobre a seriedade de seus empregados. Este, para mim, é um momento que eu nunca imaginei passar na minha vida, com tantos anos de trabalho na companhia.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., hoje, é aposentado ou ainda está na ativa?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Eu estou na ativa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Está na ativa. Ocupando que cargo?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Hoje eu sou coordenador de um projeto tecnológico, lotado no Centro de Pesquisas da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No CENPES?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - No CENPES.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu o Sr. João Antonio Bernardi?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Eu não conhecia o João Antonio Bernardi até o momento em que ele participou de um processo — não consigo precisar qual foi — de assinatura de um contrato, de uma cerimônia de assinatura de um contrato. Ele compareceu ao evento acompanhando a comitiva da Saipem, que fazia a assinatura do contrato, conjuntamente com a PETROBRAS. E eu, no caso, era o designado pela PETROBRAS, pela Diretoria-Executiva, como signatário do contrato com a empresa. Então, eu participei desse momento, mas não o conhecia e... Enfim, não tive nenhum contato com ele, além daquele momento ali, um contato anterior.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O senhor chegou a ter relação com o Sr. Barusco?



O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - O Sr. Barusco era meu gerente-executivo de linha. Então, o contato era mais frequente, porque eventualmente nós tínhamos reuniões, discutindo projetos. Enfim, eram reuniões rotineiras, do dia a dia do trabalho.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E o fato de, depois, ver o Sr. Pedro Barusco ter que devolver 90 milhões de dólares e afirmar que, desde a década 80, já estava roubando dentro da PETROBRAS, e afirmando que roubava sozinho? Como acreditar nessa tese, em toda essa história?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Eu acho lastimável. Eu não tenho como explicar. Não teria nem como explicar e muito menos expressar o constrangimento que tudo isso me traz, principalmente, e a todos os que trabalhavam vinculados ao Sr. Pedro Barusco. Tudo isso é lastimável.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vamos dar continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Relator.

Passo a palavra, então, aos Sub-Relatores. O primeiro a falar é o Deputado Bruno Covas. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Altineu Cortes, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Marcos Guedes, na realidade, o senhor trabalhou quantos anos ao lado do Barusco? Quando o Relator perguntou, o senhor falou que o chefe era o Roberto Gonçalves. O Roberto Gonçalves entrou no final. O senhor ficou quantos anos ao lado do Barusco?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Eu não consigo...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor falou que foi de 2003 até 2012?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Não, eu trabalhei na Engenharia... Eu entrei em 1999, mas não era o Pedro Barusco. Talvez...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, foram uns 8 anos com o Barusco? Uns 6 anos, mais ou menos?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Talvez uns 6 anos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor não percebia que estava dentro de uma quadrilha, não? O senhor não percebia que as coisas estavam acontecendo? Eu não estou acusando o senhor, não. Quero deixar bem claro.



Porque, da quadrilha, na realidade, que estava assaltando a PETROBRAS, o senhor tinha ao seu lado duas figuras centrais: um era o seu chefe, o Barusco; e o outro era o Renato Duque. Um fez delação para devolver 100 milhões de dólares. Na minha opinião, está mentindo; ainda tem muito mais para devolver. Mas espero que o Ministério Público, a Polícia Federal e o Dr. Sérgio Moro o peguem de novo. É o Barusco. E o Renato Duque, agora, só no primeiro processo, pegou 20 anos. O senhor trabalhou direto com eles ali. O senhor não percebia que as coisas estavam acontecendo, não?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - O meu nível de trabalho — e a minha responsabilidade — era muito na condução dos processos e em focar... Eu nunca tive... Nunca percebi nenhum tipo de influência ou ingerência deles em qualquer atividade, tentando direcionar para A, ou para B, ou para qualquer lugar. Então, eu trabalhava na seguinte condição: eles eram meus superiores. Assim como eles eram meus superiores, eu tive outros superiores, porque eu fiquei nessa área um bom período, quase 13 anos, e tive oportunidade de trabalhar com outros diretores, com outros gerentes-executivos. E eu não percebi, assim, atuações diretas em cima do trabalho que estava sendo feito.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor imagina tudo o que foi feito, não é? Porque, na realidade, o senhor... Eu imagino... O Sr. Barusco o chamava de que nome? Guedes?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Não, Marcos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Marcos.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Não, na verdade, Marcão. Esse é o meu nome...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Marcão. O Sr. Barusco devia falar assim: *“Marcão, pegue esse processo, encaminhe-o para mim, por favor. Já assinou? Já passou pela sua responsabilidade?”* É do superior... O senhor estava ali. Então, é uma situação muito delicada. E, na questão da Saipem, o senhor falou do Bernardi. O senhor era o responsável pela PETROBRAS, no contato com a Saipem?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Não, eu... Na atividade desenvolvida pelo grupo que eu gerenciava, o contato com a Saipem ocorria



basicamente — eu posso quase que afirmar que 100% do tempo — com o Sr. Roberto Mendes. O Sr. Roberto Mendes era o espelho, na Saipem, que tratava desse tipo de empreendimento.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, pela parte da PETROBRAS. Quem era o principal interlocutor com a Saipem? Era o senhor.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Para contratos dessa natureza, eu era o interlocutor junto à Saipem, sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, era o senhor? *(Pausa.)*

A Saipem, na época, entre 2007 e 2013, assinou diversos contratos com a PETROBRAS. O senhor era o responsável. Ela está no meio dessa corrupção toda. Os preços — o senhor assinou esses contratos — são preços de mercado?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Todos os preços de contratos que foram assinados são preços de mercado. A PETROBRAS, independente de nós estarmos num processo de parceria, onde nós temos de ter o “de acordo”, inclusive, dos parceiros... Eu não tenho dúvida nenhuma de que os preços são preços de mercado, até porque... senão os próprios parceiros não aceitariam. Por que pagar mais?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, pagar mais para pagar propina. A PETROBRAS comprava mais caro porque os diretores lá estavam levando dinheiro. Tanto é que o Renato Duque, só num processo, pegou 20 anos. Vai pegar 80. E ele vai fazer a delação premiada dele. Ele deve fazer a delação premiada. Ele não vai querer ficar preso. Tem a família lá, neto, filho. Então, a situação é muito delicada. O senhor saiba que o senhor esteve... E o Sr. Barusco, da mesma forma. E ninguém citou o nome do senhor até agora nessas delações. Então, é uma situação muito delicada, porque o senhor estava dentro do maior antro de corrupção da PETROBRAS, no olho do furacão. E o senhor não viu nada, não sabia de nada. Então, é uma situação delicada. O senhor me desculpe, com o respeito que eu tenho pelo senhor, pela sua idade, e também não estou querendo fazer nenhuma acusação, mas o fato é esse.

Eu quero fazer a seguinte pergunta sobre dutos submarinos: quem são os fornecedores dos dutos?



O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Dois dutos... Bem, no Brasil, CONFAB e Mannesmann.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mannesmann é Vallourec, não é?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Vallourec & Mannesmann.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquilo que eu denunciei aqui hoje. E no exterior?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - No exterior, há várias empresas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Pode citar, por favor?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Eu não me recordo de todas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Doutor, o senhor trabalhou lá um tempão! Como o senhor não se recorda?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - É porque é área de compras. Eu não...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu sei, mas o senhor trabalhou lá, o senhor estava lá. O senhor não sabe quem é o fabricante do duto? Por favor, o senhor cite.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Eu posso citar. É Corus.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Como se escreve Corus?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - “Cê”, “ó”, “erre”, “u”, “esse” — CORUS. É uma empresa americana.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Americana.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Há uma empresa na Índia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Qual é a da Índia?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Eu não me recordo do nome.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor se compromete, nesta CPI, a receber um ofício aqui da Secretaria e enviar o nome dessas empresas?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Está feito esse compromisso?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O nome das empresas fornecedoras dos dutos da PETROBRAS.



O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, nesse caso, como o senhor fez esse compromisso conosco e vai colaborar aqui com esse outro aspecto que estamos olhando, eu vou passar a palavra aos outros companheiros, que vão fazer perguntas sobre a questão central da Saipem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Deputado.

Passo a palavra, então, ao Deputado Bruno Covas, que também é Sub-Relator, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Boa tarde.

Sr. Marcos, o senhor, na época, chegou a desconfiar de todo esse acerto que foi feito entre o Renato Duque e a empresa, para a contratação da Saipem, nessa obra específica?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Em momento algum. Eu não tinha nenhuma sinalização de que algo dessa natureza estivesse ocorrendo.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor conheceu o Sr. João Bernardi?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Em um evento de assinatura de um contrato — se não me engano, foi o Sr. Nambiar. Ele compareceu, mas ele não tinha nenhuma participação, não assinou como testemunha de contrato. Ele participou da cerimônia, porque era feita uma cerimônia de assinatura do contrato, onde se juntavam as duas partes, as empresas, e era feita a assinatura formal do contrato.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Ele foi lá representando a Saipem?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Ele foi lá como representante da Saipem, mas não representando. Quem estava representando a Saipem era o signatário do contrato, que era, na época, o CEO da Saipem no Brasil.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Ele estava lá pela Saipem ou não estava lá pela Saipem?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Estava lá pela Saipem, mas não representando a Saipem na assinatura.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Na assinatura. Perfeito. Desculpe.



O primeiro depoente de hoje, o Sr. Vitor, disse que a estimativa inicial da PETROBRAS era de 228 milhões de reais, e, depois, a estimativa final ficou em 198. É isso?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E que, dessa estimativa inicial até a estimativa final, embora várias reuniões tenham sido realizadas, várias idas e vindas, praticamente o projeto era o mesmo.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Sim. O projeto... Eu posso discorrer um pouquinho sobre essa questão?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Por favor.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Quando nós recebemos as propostas... Esse processo aqui é um processo que segue um procedimento específico, que é um procedimento pautado num JOA, que é um acordo de cooperação mútua entre os parceiros. E, quando nós recebemos a proposta, nós recebemos uma proposta da Saipem. Eu vou falar da ordem de grandeza de milhões, porque os números são quebrados.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Aliás, desculpe-me interrompê-lo, mas 198 foi uma das estimativas durante a negociação. A estimativa final foi de 210 milhões de reais. Não é isso?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Perfeito.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Por favor.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Mas, então, o que aconteceu? Quando nós recebemos a proposta da Saipem... Recebemos as propostas, e a única que apresentou proposta de preço foi a Saipem, no valor de 286 milhões. A estimativa da PETROBRAS era de 228. Mas esses 228 — cabe destacar — era o valor de referência. Como toda estimativa, ela tem uma margem para mais e para menos, em torno desse valor. Esse aqui era o valor central. O valor máximo... O valor apresentado pela Saipem, de 286, era superior ao valor máximo.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Que era de 274.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Sim, 274. Perfeito. E, por conta disso, nós não podíamos aceitar essa proposta. Bem, o que foi feito? Foram feitas várias reuniões com a Saipem, tentando melhorar esse valor, obter algum tipo



de vantagem, em termos de redução de custo, para trazer esse valor para alguma coisa que fosse aceitável, dentro das expectativas da PETROBRAS e de seus parceiros. Foram feitas várias reuniões técnicas. A Saipem chegou a reduzir o seu preço. Sugeriu algumas... Deu algumas indicações do que poderia trabalhar em cima dos preços. E, como nós não conseguimos sucesso, foi decidido uma nova solicitação de propostas às três empresas que, num primeiro momento, apresentaram propostas técnicas. E, infelizmente, num segundo momento, somente a Saipem havia apresentado a proposta comercial. Bem, nesse momento em que a gente recebe as propostas substitutivas, as chamadas propostas substitutivas, a Saipem apresenta o preço de 273 milhões. Nessa época, por conta das alterações que haviam sido feitas nas propostas... E por que essas alterações? Durante as discussões, como eu havia dito, a gente obtém das empresas o que pode ter levado a empresa, em função de risco, percepção de risco, dificuldade de alguma condição contratual, o que poderia ter levado a empresa a ter colocado uma proteção no seu preço. Então, com isso sinalizado, nós fazemos um dever de casa, tiramos essas questões, o que é possível... Nem tudo é possível, por questões jurídicas, enfim, para você não descaracterizar o certame, o escopo final que era desejado... Então, você também faz uma revisão na sua estimativa, porque, se eu tiro alguma coisa, altero alguma condição contratual, eu também tenho de fazer a mesma coisa na minha estimativa.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sim, mas... Desculpe. Nessas idas e vindas dessa negociação, dessa conversa entre a PETROBRAS e a Saipem, eu queria entender o seguinte: a última, que acabou conseguindo acertar o preço dentro dessa margem até mais 20%, resultou numa estimativa da PETROBRAS de 210, cujo limite era 252. Certo?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Perfeito.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito. Essa estimativa de 210... E, nesse momento, o escopo era o mesmo do inicial?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Ele era o mesmo do inicial.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Então, quer dizer, ao final, a PETROBRAS calculou uma estimativa de 210 para o mesmo escopo em que, inicialmente, a estimativa era 228?



O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Para o mesmo escopo em que era... O escopo era o mesmo; fisicamente, ele era o mesmo. Eu não consigo, neste momento, precisar o que houve de algum ajuste. Eu acredito que houve algum ajuste para que o preço fosse reduzido, da nossa estimativa, de 228 para 210. Uma redução de 18 milhões.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Dezoito milhões. Mesmo para os números da PETROBRAS, eu ainda acho 18 milhões um valor significativo.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Perfeito.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu não consigo compreender, e o depoente anterior disse isso, que era o mesmo escopo, mas a estimativa caiu 18 milhões de reais.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Perfeito.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor também não consegue ver qual era a diferença de escopo entre uma e outra que justificasse esses 18 milhões?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - No detalhe, aqui, neste momento, eu tenho as informações comigo, e eu poderia discorrer. Porque, na verdade, resumidamente, nessas discussões, o que a gente constatou, dentro do que a Saipem sinalizou, como reduções de preços, coisas que impactaram a sua formação de preço, percepção de risco etc., eles sinalizaram vários itens que finalizariam com uma redução de 33 milhões do preço deles, que era o 273, levando o 273 para 240. O que foi possível aceitar, a gente... Revendo a nossa estimativa, nós não caíamos, na nossa estimativa, na mesma proporção; até porque as percepções são diferentes. Então, nós caímos 18 milhões na nossa estimativa, e eles caíram 33 no preço ofertado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe estimar quantas reuniões houve entre a PETROBRAS e a Saipem, para conseguirem chegar a esse valor final?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Eu posso lhe dar, *grosso modo*, para não ter que...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Uma ordem de grandeza, pelo menos.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Uma ordem de grandeza. Eu acredito que dez, em torno de dez.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O Sr. Renato Duque participava dessas reuniões?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Nenhuma reunião.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O Sr. Roberto Gonçalves participava dessas reuniões?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Nenhuma reunião.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito obrigado.

Eram essas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Deputado Mário Covas.

O autor do Requerimento nº 662, de 2015...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

Bruno Covas. É pela história, não é? *(Risos.)*

O Deputado João Carlos Bacelar não se encontra. Então, vou passar para os inscritos.

O primeiro inscrito é o Deputado Izalci, por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, diferentemente do que foi dito aí, é evidente que houve algumas modificações, sim. Houve algumas modificações em relação à proposta inicial: exclusão de alguns critérios, extensão do prazo contratual, antecipação para dezembro da disponibilidade dos tubos. Houve uma flexibilização em relação a isso, de acordo com o depoimento que foi feito, que consta aqui dos autos.

Mas eu só vou fazer uma pergunta. V.Sa. conhecia João Bernardi?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Não, não conhecia João Bernardi. Até o momento que eu citei anteriormente, quando ele participa da assinatura de um contrato.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Segundo informações, ele era o representante comercial ou fazia as negociações da Saipem. Não houve nenhum contato com esse Bernardi? Porque ele, em princípio, foi o interlocutor junto ao Renato Duque, que ofereceu a propina etc. Inclusive, em determinado momento em que ele foi levar a propina, ele foi assaltado — 100 mil reais em dinheiro. Nunca ouviu falar desse jovem João Bernardi? Nem, assim, nenhum comentário?



O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Não, nós nunca tivemos... Eu nunca tive contato direto com o João Bernardi para tratar de assuntos desta natureza: instalações de dutos submarinos. O meu contato com a Saipem era exclusivamente com o Sr. Roberto Mendes, que, para mim, era a pessoa da Saipem para tratar de projetos dessa natureza.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tenho uma informação aqui: dia 6 de outubro de 2011, na parte da manhã, os representantes da Saipem visitaram a PETROBRAS, sendo que na parte da tarde João Bernardi, junto com Roberto Noce, identificado como visitante da Saipem também, visitaram a estatal. Na mesma data, no período da tarde, Marcos Guedes Gomes Moraes, funcionário da PETROBRAS, envia a Ênio Queiroz Jorge, funcionário da estatal, e a Renato Duque mensagem eletrônica indicando que as negociações do contrato da Saipem haviam sido fechadas. Houve essa comunicação por parte de...?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Houve. Perfeito. Houve.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Uma das orientações e a própria legislação diziam o seguinte: no caso de licitação, quando se anuía a uma licitação por questão... Aqui tinha: menos 15%, mais 20%. Era o limite da PETROBRAS — por incrível que pareça —, que é muito alto. Mas quando se extrapolava isso havia uma nova licitação.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Perfeito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E aí a recomendação era de que na nova licitação se convidassem mais empresas, e a PETROBRAS, em alguns casos, e nesse caso em especial, V.Sa. confirmou isso, chamou os mesmos que participaram da licitação anterior. Não houve a inclusão de novos participantes, novas empresas para participar, por quê? Quem é que indicava essas empresas? Porque nós já sabemos que o grande problema da PETROBRAS era este: havia um cartel, e Renato Duque, Paulo Roberto Costa e outros, como Barusco, vazavam para essas empresas — porque tinham o clube deles — quais as empresas que seriam convidadas, e entre elas faziam lá o acerto, quem é que ia ganhar, e botavam o preço que achavam melhor.



Nesse caso aqui dessas empresas, houve recomendação para não chamar outras empresas? Só essas foram chamadas novamente na segunda... na segunda licitação?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Posso responder?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pode.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Bem, o convite originalmente foi estendido a oito empresas; dessas oito empresas, somente, na verdade, quatro, porque duas empresas se apresentaram consorciadas, que foram: a Technip, junto com a Allseas, elas se apresentaram consorciadas, e nós recebemos também a Subsea 7. Então, quem apresentou as qualificações para comprovar a sua capacidade de participar do certame foram quatro empresas: a Saipem, a Technip e a Allseas, e a Subsea 7. Bem, as outras empresas declinaram de apresentar proposta e justificaram. Depois dessa fase aqui, nós tivemos uma avaliação de propostas comerciais, então, em que as empresas mostravam como é que pretendiam fazer o trabalho. Toda essa informação é de natureza técnica, única e exclusivamente. Foi quando, passada essa fase, foram solicitados os envelopes comerciais. Cabe destacar que nesse processo aqui, diferentemente de uma licitação do 2.745, esses eventos não ocorrem em ato público. Então, as empresas não sabem quem está participando, quem apresentou proposta, quem não apresentou proposta, diferentemente de um ato público, em que estão todas presentes lá, todo o mundo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas isso é o normal, não é?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - É o normal.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas na PETROBRAS não era normal. Todo o mundo sabia quem ia participar. Eles eram informados. No caso das empreiteiras, todas sabiam antes quais as empresas que seriam convidadas exatamente para fazer o cartel e fazer o preço.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Então, o senhor disse...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso já foi... Já foi... Isso aqui é notório, é público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Deputado...



O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Não, o senhor desculpe, mas essa informação nesses processos aqui eu não tenho, não tinha. Então, o que foi que aconteceu? Quando nós decidimos... Não é? Porque foi uma decisão envolvendo parceiros etc. Nós temos problemas de cumprimento de prazos, cumprimento de atendimento dos projetos. Esses aqui são projetos longos. Quando nós decidimos pedir novos preços, se nós voltamos lá na estaca zero, em que empresas haviam declinado — e eu não consigo, aqui, neste momento, mas tenho alguns registros, justificando por que é que não estão apresentando proposta, e outras simplesmente declinam sem justificar —, não fazia... Primeiro, não haveria outras empresas. Nós chamamos todas as empresas capazes de fazer esse serviço, oito empresas. Então, não fazia sentido eu incluir mais uma etapa num processo que não ia trazer benefício. Então, chamar quem já havia me dito que não queria participar não fazia muito sentido. Então, nós voltamos às mesmas empresas, porque aí três empresas, uma consorciada e mais uma outra, que eram: Technip, Allseas e Subsea 7, elas haviam declinado na apresentação de preço. E aí o que foi que aconteceu? Nesse momento aqui, nós tínhamos várias coisas acontecendo simultaneamente no processo. Então, nós não sabíamos se elas não haviam apresentado preço porque elas não tinham mais disponibilidade na janela para atendimento do projeto. Nós não sabíamos se a informação que nós havíamos dado... Porque, nesses processos aqui, o fornecimento dos tubos era pela PETROBRAS, então nós não sabíamos da parte deles se essa entrega, esse fornecimento, o prazo de fornecimento dos tubos comprometia a disponibilidade das embarcações. Então, são esses ajustes que são citados, não é? Que nós aumentamos, antecipamos a entrega do tubo, que nós alteramos o prazo de entrega do sistema como um todo. Isso aí visava ao quê? Visava motivar as duas empresas que haviam declinado a reverem as suas posições e apresentarem proposta. Então, esse foi o motivo por que nós chamamos as três. Por quê? Elas conheciam integralmente toda a documentação do processo de contratação, e por conta de um ou outro detalhe que nós tínhamos condição de ajustar, em detrimento de tudo que estava acontecendo simultaneamente, nós acreditávamos que elas poderiam mudar de posição e apresentar proposta. Só que, infelizmente, nós recebemos uma proposta da Saipem, que reapresentou uma proposta. A Subsea 7 manteve o



declínio, não é? Ela abriu mão de apresentar essa proposta. E a Technip e a Allseas, infelizmente, infelizmente elas não apresentaram uma proposta. Elas apresentaram uma sugestão de chegar lá, lançar o duto no fundo, colocar o duto no fundo, entregar os equipamentos para a PETROBRAS, e a PETROBRAS faria o resto. Então, nós não tínhamos... Se nós vislumbrássemos isso como uma boa alternativa, nós teríamos de voltar lá para o início do *bid*, redefinindo todo o processo, não é? Teria de ser outra coisa. Então, eu não estou mais contratando um duto instalado, pronto para operar, não; eu vou comprar vários componentes, e depois eu vou lá, eu vou e monto o meu quebra-cabeça. Então, foi essa a motivação. Agora, não porque tenhamos recebido alguma orientação: essa empresa sim, essa empresa não. Não. Todas essas empresas participaram com a anuência dos nossos parceiros, inclusive. Enfim, já respondi...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Faltou uma resposta, sobre Bernardi. Tomou conhecimento desse episódio: Bernardi, que era representante da Saipem, foi assaltado no...

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ninguém comentou nada na empresa sobre isso?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Desculpe, eu tomei conhecimento desse episódio lendo a documentação recente que foi publicada inclusive pelo Ministério Público Federal, então é que foi feita essa ligação. Eu, para lhe ser sincero, eu não me lembrava nem do evento, de algum roubo ocorrido ali naquelas imediações, até porque, infelizmente, isso não é um fato novo naquelas redondezas. Então, ouvir falar de que alguém foi roubado, ou houve algum evento dessa natureza, naquelas imediações ali do EDISE, no Largo da Carioca, é um fato infelizmente corriqueiro, infelizmente. Então, agora, recentemente, lendo, é que eu pensei: poxa, o que é que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Pois bem, Deputado Izalci. O Deputado João Gualberto não se encontra, nem o Deputado Alberto Filho. Tem a palavra o Deputado Aluisio Mendes.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, as perguntas que eu tinha para fazer praticamente todas aqui foram feitas pelo Deputado Izalci, mas eu queria perguntar para o Sr. Marcos Guedes algumas coisas.

O senhor tinha... tem 36 anos de PETROBRAS. Já tem tempo para aposentar, não é?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E optou por ficar na empresa, com todo esse problema. O senhor teria alguma perda salarial, aposentando-se agora da PETROBRAS?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - É... Posso responder?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Lógico!

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Pois não. Vários são os motivos que não me animam à aposentadoria; um deles, porque eu gosto muito do que eu faço, e tenho orgulho do que eu faço. Então, isso aí me dá muito prazer. Então, trabalhar naquilo que eu faço me dá muito prazer. Uma outra questão é que me sinto jovem, eu me sinto novo, embora eu tenha idade, não é? Eu tenho 59 anos. Eu me sinto novo e capaz de contribuir ainda por um tempo. Não sei quanto tempo Deus vai me permitir.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Não, eu também concordo com o senhor. O senhor é muito novo, ainda tem muito a contribuir. Mas a minha preocupação é a seguinte: com todo esse vendaval, esse turbilhão que passou pela PETROBRAS, eu pergunto: a sua opção é por ficar; além de gostar do que faz, o senhor teria alguma perda financeira aposentando-se? Perderia alguma coisa "salarialmente", se se aposentasse da PETROBRAS?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Isso também, também há essa perda de salário.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Perderia. O senhor conhece Pedro Barusco há muito tempo. Ele, como o senhor, tem anos de casa. O senhor já o conhecia há bastante tempo dentro da casa, não é?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Perfeito.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Até o ponto de ser chamado de Marcão por ele, não é? Era o nome pelo qual ele o tratava. Isso demonstra certa intimidade com o Sr. Pedro Barusco, não é verdade?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor... Qual era a imagem que o Sr. Pedro Barusco tinha dentro da empresa? Nós tivemos vários depoimentos aqui, alguns relatos, inclusive judiciais; o Sr. Pedro Barusco era considerado uma pessoa arrogante e tal, e externava sinais de riqueza incompatíveis com o seu excelente salário. O senhor tinha conhecimento disso? O senhor desconfiava disso? Ou o senhor nunca percebeu isso?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Olhe, o... Eu...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Vários colegas seus estiveram aqui, e essas perguntas foram feitas. Essa fama do Sr. Pedro Barusco transitava pela PETROBRAS. Eu quero saber se o senhor também tinha essa impressão, e se tinha ouvido já falar, como seus colegas, de que era de estranhar a aparente riqueza do Sr. Pedro Barusco. Ele não ganhou na Mega-Sena, não é? Ele tinha um poder aquisitivo, ou aparentava, bem superior ao dos seus colegas de empresa que ganhavam o mesmo salário.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - É, eu não posso... Eu não posso afirmar, não é? Com relação ao poder aquisitivo, porque embora próximo, no sentido de ele me chamar de Marcão, não era ele...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor o chamava de Pedrão, por acaso? Não, não é?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Não, não, não. Ele me chamava de Marcão, mas isso aí foi um fato inusitado dentro da empresa, porque num determinado momento eu trabalhava numa gerência em que tinha... Éramos três Marcos trabalhando na mesma gerência; um era baixinho, era Marquinho; tinha um que tinha a estatura normal, era Marcos; e eu era o mais alto, era Marcão. E assim eu carreguei esse codinome dentro da empresa, nome de guerra, há 25 anos, já.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Meu tempo está terminando, só para o senhor... Mas, em princípio, o senhor não me disse ainda qual era a impressão



que o corpo técnico, os funcionários tinham a respeito do Sr. Pedro Barusco, durante o tempo em que o senhor trabalhou com ele.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Perfeito. Então, eu... Eu sempre... Ele sempre aparentava ser uma pessoa assim: muito ambiciosa, muito orgulhosa de si, mas que eu pudesse dizer: “*Não, ele apresentava sinais de riqueza*”... Eu não tinha uma relação próxima. Eu não sabia onde...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor nunca foi à casa do Sr. Pedro Barusco?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Eu nunca fui. Eu não sabia onde o Sr. Pedro Barusco morava. Eu nunca fui à casa do Sr. Pedro Barusco. Então, eu... Assim, ele era uma pessoa que gostava de... Parecia, assim... Ele era uma pessoa que gostava do *status* que tinha dentro da empresa, gostava do *status*.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E isto nunca lhe chamou a atenção, e a de outros colegas, que o Sr. Pedro Barusco poderia... Porque ele disse que há muitos anos, bem antes do advento da Lava-Jato ele já vinha beneficiando-se dos esquemas, dos contratos, vinha roubando da PETROBRAS. Ele declarou aqui, ele mesmo, que há muitos anos ele fazia isso, inclusive de forma isolada, e depois entrou dentro de um grande esquema. Isso nunca foi comentado na empresa? Nunca se suscitou isso no âmbito dos seus colegas?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Não, no âmbito dos meus colegas, no âmbito em que nós trabalhávamos, não.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Bom, Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Deputado Aluisio Mendes.

O Deputado Onyx Lorenzoni não se encontra, nem o Deputado Carlos Andrade, nem o Deputado Ivan Valente, nem o Deputado Altineu Côrtes, nem a Deputada Eliziane Gama.

Não havendo mais inscritos para o debate, quero perguntar ao Relator Luiz Sérgio se deseja falar. Não? Então, concedo a palavra ao depoente para suas palavras finais.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Bem, eu queria agradecer a atenção aos senhores, e coloco-me à disposição para qualquer informação com que



eu possa vir a contribuir, a colaborar, em qualquer outro momento. Com relação à solicitação feita pelo Deputado...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - É, com relação ao pedido do Deputado Altineu, vou encaminhar um ofício para o senhor responder.

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Seria importante, está bem?

O SR. MARCOS GUEDES GOMES MORAIS - Não há problema nenhum. Eu estou sempre à disposição, e sempre estarei à disposição para elucidar qualquer caso, desde que eu tenha competência de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Sr. Marcos Guedes. O senhor está dispensado.

Convido o Sr. Paulo Pires de Almeida para tomar assento à Mesa, conforme o Requerimento nº 784, do Deputado Altineu Côrtes. *(Pausa.)*

Só estava aguardando o Deputado Izalci chegar para retomar a sessão.

Sr. Paulo Pires de Almeida, registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos no disposto nos arts. 213 e 210 do Código de Processo Penal.

Advirto-o ainda de que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal fará incidir sobre si as penas culminadas no crime de falso testemunho previsto no art. 342 do Código Penal.

Eu solicito ao senhor a leitura do juramento.

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Concedo ao senhor a palavra, por até 20 minutos, para as suas considerações iniciais.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Isso. Se quiser, obviamente. Por até 20 minutos.



O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Acho que podemos... Na verdade, eu não sei por que é que estou aqui. Para mim é uma surpresa. Mas estou aqui à disposição, como cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Pois bem, muito obrigado. Eu vou passar então a palavra ao nosso Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. é filho de Antônio Pires de Almeida, não é?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Correto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Que, segundo o relatório da CPMI do BANESTADO e a agência dos Estados Unidos de combate às drogas, segundo a agência, o pai de V.Sa. negociava com criminosos ligados a lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. V.Sa. teve conhecimento dessa afirmação da agência de combate a drogas dos Estados Unidos?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Tive conhecimento, foi no início de um processo que meu pai sofreu. Tive conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E... Teve conhecimento, não é? O pai de V.Sa. já faleceu. V.Sa. assumiu todas as atividades do seu pai na área, todos os negócios que ele movimentava?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não, não assumi. Eu na verdade, só aproveitando, sou pecuarista. Moro em Mato Grosso do Sul, e essa é minha atividade profissional.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quem toca os negócios que seu pai movimentava?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Ele não tem mais negócios, meu pai.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A família desfez-se da ação dele na área?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Quando ele faleceu, ou acho que até antes do falecimento dele, quando ele foi processado, ele cessou todos os negócios.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conhece ou manteve algum relacionamento com o Sr. Marcos Glikas?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nunca ouviu falar?



O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Nunca ouvi falar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas V.Sa. já operou no mercado paralelo de moedas estrangeiras?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só o seu pai?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Só o meu pai.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. chegou a firmar algum acordo de delação premiada no Ministério Público?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nenhum?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Nenhum.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E já sofreu algum tipo de investigação?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Fui processado nessa operação, junto com o meu pai, nessa questão do BANESTADO, e fui absolvido.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ah, V.Sa. foi absolvido?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Positivo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. possui bens no exterior?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não tem contas no exterior?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não tenho contas no exterior.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. é administrador, procurador, beneficiário, ou proprietário, ou representante legal de alguma empresa *offshore*?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Fui... Fui procurador de uma empresa, porque meu pai pediu que eu assinasse junto com ele, por motivo de falta, inclusive eu e minha irmã, que também é falecida, num momento de falta. Só esse o fato que eu fiz.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quer dizer que V.Sa. já foi sócio de uma *offshore*, não é mais; já operou, já trabalhou com o seu pai no mercado de câmbio, hoje não trabalha mais. Isso tudo é página do passado. Já foi processado.

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Já fui processado. Eu... Eu não disse que eu trabalhei com o meu pai em câmbio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não trabalhou com ele em câmbio?



O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não trabalhei com ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas conhecia a atividade dele?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Conhecia a atividade dele.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E o doleiro Dario Messer, V.Sa. conheceu?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Conheceu algum doleiro?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E o Sr. Raul Srour?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não conheceu?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não conheci. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E quais os... Mas aqui no Brasil V.Sa. manteve conta no Banco Delta?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não, eu nunca tive conta nesse banco.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nunca teve?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E nunca teve também nenhuma atividade com o Sr. Raul Srour?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E por que é que o senhor deduz que apresentaram requerimento aqui, convocando o senhor a esta CPI?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Eu deduzo que foi por ter, a pedido do meu pai, ter assinado junto com ele nessa empresa, como procurador. Ele disse: *“Eu queria que você assinasse, você e sua irmã. Vai que, por motivo de morte ou alguma coisa, teria alguém para responder”*. Só e somente por esse motivo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Essa empresa hoje não existe mais?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Eu nem sei o nome da empresa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Assinou...?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Assinei na confiança do meu pai, um pai pedindo a um filho para se... Eu confiava no meu pai.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas o seu pai...



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - *(Fora do microfone.)* Em que ano foi isso?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em que ano, isso? Em que ano o senhor assinou?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não me lembro. Não me recordo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas o seu pai era...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Relator, para contribuir, pergunte quando foi que o pai dele faleceu.

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Faleceu em 2013.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, é muito recente. Então, durante todo esse período, qual era a atividade profissional que o senhor exercia? Nunca teve negócio com o seu pai? Sempre foi pecuarista?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Eu sempre fui pecuarista.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E o capital inicial para começar esse negócio de pecuarista? Porque para ser pecuarista é preciso comprar uma fazenda, é preciso comprar o primeiro lote de gado, o gado de raça, o comércio...

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - É, nós começamos comprando... Nós começamos comprando vacas, não é? E com touros. E foram reproduzindo-se, e foi aumentando o plantel.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Seu pai o ajudou nesse começo?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Ajudou.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas estou dizendo... Mas seu pai era uma pessoa que operava no câmbio, tinha empresa *offshore*, estava nessa atividade, e ele só precisou dessa vezinha de que você fosse o procurador? Nunca atuou com ele, nunca trabalhou? Nem sabe... O patrimônio que seu pai construiu, o que foi que ocorreu com ele, ao longo desses anos?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - O patrimônio que ele construiu está aí com... Ficou com a minha mãe, entendeu? O apartamento em que ela mora, os imóveis que ela tem, que... Isso aí está inclusive sendo inventariado ainda, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, vamos dar prosseguimento, porque nós já vimos muita coisa aqui nesta CPI, mas esta de hoje de pouca memória...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Desde 97.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu, V.Exa. tem a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Paulo Pires de Almeida, esta CPI foi a Curitiba e ouviu a doleira Nelma Kodama, e ela citou o seu nome, e a relação que ela tinha com o seu pai, e é por isso que o senhor foi... Que foi feito esse requerimento. Eu assinei o requerimento em nome dos Deputados que estavam lá em Curitiba. Eu fui o autor de diversos requerimentos de presença das pessoas que foram citadas na nossa primeira visita, da CPI, a Curitiba. É por isso que o senhor foi aqui convocado, no intuito de nós sabermos o envolvimento seu — o senhor seu pai já não está aqui, não é? Infelizmente —, nessa questão da lavagem de dinheiro, da corrupção na PETROBRAS. Por isso é que...

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Eu posso?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Fique à vontade.

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - O meu pai era conhecido como Pires; então, eu não sei, eu não conheço essa senhora. Conheço pela imprensa, de ler, não é? Essa Nelma. Então, o meu nome... O nome do... Meu pai era conhecido como Pires; agora, eu não sei se ela se referiu a mim ou a ele.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É, ela citou o nome do senhor, e de outros doleiros que estiveram aqui, não é? Ela inclusive citou uma frase, ela disse que doleiro é sinônimo de quem tem palavra, no fio do bigode, e que as operações que ela fazia... Porque nessa fraude... Veio aqui o ex-gerente do Banco do Brasil; para o senhor ter uma ideia, a Sra. Nelma — eu vou fazer uma pergunta em seguida ao senhor, mas vou relatar um pouquinho do que ela falou —, a Sra. Nelma movimentou, segundo o depoimento dela própria, nas comissões que ela levava, ela e uma funcionária, mais de 1 bilhão de reais em 2 anos, não é? Esse senhor que era do Banco do Brasil, que está sendo extraditado aí para o Brasil agora, ele movimentou no mensalão 70 milhões. Então, só o esquema da D. Nelma... E aí ela citou o nome do senhor, do seu pai, não é? Que fazia câmbio para ela. Esse é o assunto. O senhor conheceu Alberto Youssef?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não, não conheci.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas seu pai era amigo dele?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não sei dizer. Eu acho que não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Olhe, Sr. Presidente, eu acho que o nosso intuito aqui seria ouvir de um doleiro — não é? — que participou da operação, dessa questão, do que Nelma já denunciou. Nós ouvimos aqui Raul Srouf, nós sabemos bem, já, eu já estou bastante tranquilo em relação à engrenagem dessa questão, de como é que eles usavam as casas de câmbio e faziam as operações fraudulentas, e então eu acho que o Sr. Paulo Pires está dizendo aqui que não participou com o pai, não trabalhava com o pai dele nessa questão... O senhor não trabalhou com seu pai em câmbio?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não, não trabalhei com ele em câmbio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É. Então, eu acho que nesse caso o senhor não vai ter nada a acrescentar aqui com os meus questionamentos.

Na época do BANESTADO, o senhor só foi citado por causa da empresa?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Acho que foi por causa da empresa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não porque o senhor operava?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Eu não operava.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor sempre ficou lá em Mato Grosso?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Mato Grosso do Sul.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Que beleza, não é? Lá na fazenda!
(Risos.)

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - É muito quente lá.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Lá na fazenda, cuidando de gado, não é? Na beira do Pantanal (risos), enquanto a Sra. Nelma Kodama estava lavando tudo, tudo que ela via pela frente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Hã? É verdade, não é? É a situação.

Então está bem, Sr. Paulo, eu acho que o senhor não vai acrescentar, já que... Mas o senhor foi citado lá em Curitiba, junto com a questão de outros doleiros que já estiveram aqui, e do que nós estamos atrás, fazendo o nosso relatório, é de



ouvir para ver realmente, nessas operações, como funcionava o papel do doleiro, e nós já temos aqui outros depoimentos, nessa operação de envios dos recursos, ou de internar recursos do exterior para pagar as propinas aí da Operação Lava-Jato, no caso.

Muito obrigado, o.k.?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Obrigado ao senhor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Bruno Covas abre mão da inscrição. Era o próximo Sub-Relator. Temos aqui: Deputado Izalci, ausente; Deputado João Gualberto, ausente; Alberto Filho, ausente. Aluisio Mendes quer fazer algum questionamento? Também abre mão.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Augusto Coutinho é o último Deputado inscrito, e tem a palavra.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - E vou ser... Vou ser muito rápido. Eu queria só fazer algumas perguntas aí, já que me parece que o Sr. Paulo não tem nenhum conhecimento dos negócios do seu pai. Mas então vou perguntar um pouco dos seus negócios.

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Pois não.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Você mexe com gado em Mato Grosso do Sul?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Isso. Você tem quantas cabeças de gado lá?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Hoje, umas 6.500 cabeças.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - E esse gado é para quê? É para corte?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Gado para corte. Fazemos inseminação artificial, produzimos animais meio sangue Angus, e vendemos, engordamos esses animais e vendemos isso para os frigoríficos.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - E esses animais, é tudo criado em terra própria, ou também você terceiriza a terra?



O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - É terra própria. Não tenho arrendamento.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Quantos hectares de terra?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Sete mil e trezentos.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sete mil. Fica onde exatamente, em Mato Grosso do Sul?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - No Município de Ribas do Rio Pardo.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Ribas do Rio Pardo. Bom, Presidente, eram essas as nossas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais Parlamentares inscritos...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - O senhor conhece Lulinha?

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - *(Risos.)* Não, senhor.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - O filho de Lula? Não conhece, não? *(Risos.)*

O SR. PAULO PIRES DE ALMEIDA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Ah, está bom. Não é fácil, não é? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais Parlamentares inscritos, eu quero aqui dispensar o Sr. Paulo Pires, agradecendo-lhe a sua colaboração à nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Houve aqui um pedido do Deputado Aluisio Mendes que eu quero que ele expresse no microfone, para que fique registrado.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação a V.Exa. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Aluisio.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, nós vamos ouvir na próxima semana alguns integrantes da Polícia Federal sobre alguns fatos acontecidos na Operação Lava-Jato, e para que essa oitiva se mostre profícua nós precisamos de algumas informações que ainda não chegaram até esta CPI.



Então, eu estou pedindo a V.Exa., e com o apoio aí de nosso Relator e do Plenário, que alguns requerimentos que eu apresentei, pedidos de informações, sejam aprovados para que nós possamos ouvi-los já de posse desses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem o número dos requerimentos?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Tenho aqui, Presidente: Requerimentos nºs 1.107, 1.070, 1.069, 1.068 e 1.045, todos de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. pode ler o teor de cada requerimento, pelo menos o pedido inicial de cada um? Disse 1.068 e 1.065?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sim, 1.068 e 1.065... Não, 1.045; 1.068; 1.069; 1.070; 1.071. Vou lê-los, aqui, rapidamente. Vou começar pelo 1.045.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então que haja a leitura, para que nós possamos saber o teor, e aí nós vamos encerrar, em havendo comum acordo, a reunião de oitiva, e abrimos uma reunião deliberativa.

Isso aqui nós estamos fazendo em acordo, porque também são pedidos de informação. Acredito que não haverá maiores problemas, já que regimentalmente as reuniões deliberativas têm de ter a pauta divulgada 24 antes, mas havendo aqui o acordo dos Parlamentares presentes... Temos aqui um Parlamentar do PT, outro do PSDB; então (*risos*), a Comissão está bem distribuída. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - (*Risos.*) No 1.070, Presidente, pede-se a quebra de sigilo e a remessa a esta CPI do Inquérito nº 768, de 2004. Esse requerimento já foi feito e aprovado, só que ele foi com erro: em vez de 2004, colocou-se 2015, e eles mandaram o inquérito errado. Estamos só retificando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O.k.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - ...o pedido que já foi feito.

Deixe-me localizar aqui. O 1.107 é o requerimento em que solicito ao Diretor-Geral da Polícia Federal as informações sobre a perícia feita nos computadores apreendidos no Núcleo de Inteligência da Polícia Federal da Superintendência do Paraná. (*Pausa.*)

O 1.109... Não, este aqui é requerimento de oitiva. Nós descartamos, já. É... Qual é o outro, 1.079?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O 1.069 e o 1.068, que falta ler. E o 1.045.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Deixe-me só localizar aqui, porque são tantos os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. e o Deputado Altineu são campeões na apresentação de requerimentos.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Pois é. Bom, temos o 1.045 também, que é muito importante, em que requeiro informações ao Ministro da Justiça sobre a aquisição de equipamentos de inteligência policial, remetendo a esta CPI a numeração e a data de aquisição desses equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O.k.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Presidente, eu estou com 32 requerimentos. Se o senhor...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E no 1.068, para encerrar, Sr. Presidente, requeiro informações especificamente sobre o equipamento que foi encontrado na cela do Sr. Alberto Youssef, que é um equipamento Modelo AT-160, sobre data de aquisição e tempo de remessa à Superintendência do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E o 1.069?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - No 1.069 requeiro o inteiro teor do Inquérito 768/04. É aquele que eu já relatei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E o 1.070?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Já li também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Há acordo sobre esses requerimentos de informação?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, só... Olhe, apenas...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O 1.070 é sobre o Inquérito 768/04, não é? É aquele.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Bom, primeiro, que isso não vire jurisprudência. Agora são quatro requerimentos de informações, e numa semana em que nós vamos ouvir pessoas da Polícia Federal.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Exatamente, Relator, porque se essas informações não chegarem, as oitivas serão inócuas. Nós precisamos dessas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E o que nós queremos também aqui deixar claro: nós estamos abrindo esta exceção porque a CPI tem aí 1 mês só de prazo de validade. Então, como foi um pedido de um Parlamentar atuante, temos as oitivas na semana que vem...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, eu não me oponho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...eu, como Presidente, não vejo problemas. Também não me oponho. Eu não me oponho. O Deputado Altineu se opõe?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, eu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E o Deputado Bruno?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Presidente, também não vejo nenhum problema, mas queria aqui deixar a sugestão de que o senhor e o próprio Relator possam também, já que nós temos aí um curto prazo até o fim da CPI, verificar com os outros Deputados se há mais algum requerimento nessa mesma linha, para que nós possamos fazer também, na semana que vem, a aprovação dessa última leva...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O.k.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - ...de requerimentos para obter esses documentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Comprometo-me com V.Exa.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - ...até o fim da CPI.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É isto que eu ia pedir: que V.Exa., Sr. Presidente, pudesse marcar uma reunião, pelo menos para requerimentos técnicos, na próxima semana.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Tendo esse mesmo espírito e esse mesmo objetivo, não me oponho à sugestão.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Nós temos alguns também, de informação, mas até levantar, até buscar... Na semana que vem eu acho que dá, sem nenhum problema.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Poderíamos inclusive construir sem...
tentar construir...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, eu queria fazer só mais uma observação que já levei a conhecimento de V.Exa. e do Relator. É sobre uma resposta que chegou da 14ª Vara Federal a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós já estamos recorrendo.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - É, pronto, mas eu queria só comunicar aos colegas, porque isso aqui eu considero um desrespeito a esta CPI. Nós fizemos uma solicitação de compartilhamento do teor de um inquérito policial que está na 14ª Vara Federal de Curitiba, e a resposta do juiz é de que não iria compartilhar com esta CPI essas informações em função de que os objetos da investigação desse inquérito policial diferem daqueles que estão sendo apurados pela Comissão Parlamentar de Inquérito da PETROBRAS. Essa é a resposta que o juiz dá para nos negar o acesso.

Eu gostaria de ler aqui rapidamente, Presidente, a capa de instauração desse inquérito policial que ele disse que não tem relação com o que esta CPI está investigando. O Inquérito nº 737, de 2015, foi instaurado; o Presidente do Inquérito é o Delegado Mário Renato Castanheira Fanton; e ele diz exatamente o seguinte:

“(...) instaurar inquérito policial para apurar a autoria de materialidade dos crimes previstos no art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.850, de 2013; apurar a violação de sigilo funcional praticada, e associação criminosa, denúncia caluniosa, corrupção ativa e violação de sigilo funcional praticados pelo Delegado de Polícia Federal Paulo Renato de Souza Herrera e agente federal Rodrigo Gnazzo, os quais teriam confeccionado um dossiê com dados funcionais sigilosos e inverídicos sobre a investigação criminal denominada Operação Lava-Jato.”

É a capa do inquérito. Então, isso aqui é um desrespeito a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós já estamos recorrendo, a pedido de V.Exa. A CPI não vai admitir esse tipo de tratamento. Vamos entrar com medida cautelar no Supremo Tribunal Federal para pedir o compartilhamento desse inquérito.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Agradeço, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nada mais havendo a tratar, eu convoco reunião extraordinária para agora, às 15h19min, com a seguinte pauta: apreciação dos Requerimentos nºs 1.045, 1.068, 1.069, 1.070 e 1.107, todos de 2015.

Está encerrada a reunião.